

An abstract sculpture made of white paper ribbons, twisted and looped into various shapes, set against a black background. The ribbons create a sense of movement and depth, with some loops forming circular or spiral patterns.

O ESPAÇO ENTRE NÓS

CONFRONTOS DISCIPLINARES EM ARQUITETURA E URBANISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LÍGIA GOMES CHAVES

O ESPAÇO ENTRE NÓS
CONFRONTOS DISCIPLINARES EM ARQUITETURA E URBANISMO

VITÓRIA, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LÍGIA GOMES CHAVES

O ESPAÇO ENTRE NÓS
CONFRONTOS DISCIPLINARES EM ARQUITETURA E URBANISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Profa. Dra. Orientadora: Flávia Ribeiro Botechia
(PPGAU_UFES)

VITÓRIA, 2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G633e Gomes Chaves, Maria Lígia, 1993-
O espaço entre nós : Confrontos disciplinares em Arquitetura
e Urbanismo / Maria Lígia Gomes Chaves. - 2024.
128 p. : il.

Orientadora: Flávia Ribeiro Botechia.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Colonialidade. 2. Ensino. 3. Arquitetura. 4. Urbanismo.
5. Espaço. 6. Decolonialidade. I. Ribeiro Botechia, Flávia. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III.
Título.

CDU: 72

MARIA LÍGIA GOMES CHAVES

“O ESPAÇO ENTRE NÓS: CONFRONTOS DISCIPLINARES EM
ARQUITETURA E URBANISMO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 17 de junho de 2024.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Flavia Ribeiro Botechia
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Martha Machado Campos
(membro interno – PPGAU/UFES)



Prof. Dr. Fernando Luiz Camargos Lara
(membro externo – University of Pennsylvania)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARTHA MACHADO CAMPOS - SIAPE 1172697
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 18/06/2024 às 19:24

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/940360?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
FLAVIA RIBEIRO BOTECHIA - SIAPE 2345030
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 19/06/2024 às 13:06

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/940664?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Desde a aprovação no mestrado até esse momento - e tudo que está entre – todo esse caminho percorrido tem sido cotidianamente fonte de aprendizado. Apesar dessa frase ser carregada de clichê, o desenvolvimento dessa dissertação é sua confirmação retórica. Após passar por três mudanças de temática & objeto & objetivo & método & referencial teórico; por três mudanças de cidade, esse processo está imerso em um fazer-descobrir contínuo, embora inconstante.

Por isso, agradeço à Flávia por toda compreensão, por ter me encorajado a seguir esse caminho marcado de mudanças de rotas.

Obrigada por ter me ajudado, sobretudo, a aterrissar.

Agradeço ao Pedro, meu lugar nesse mundo, meu companheiro e parceiro, meu apoio e maior incentivador, meu leitor e crítico, obrigada por ter acreditado em tudo, desde o começo.

Agradeço à minha família, em especial Andréia, Gervásio e Virgínia pelo cuidado incondicional.

Agradeço a Sônia, minha terapeuta, por ter segurado minha mão para enfrentar os desafios emocionais dessa jornada.

Agradeço aos colegas de laboratório do Núcleo de Arquitetura e Urbanismo pelas trocas intelectuais e também de conhecimento “inútil”, obrigada por terem sido “respiros” em tantos momentos.

Agradeço aos meus amigos pela presença sem fronteiras.

Agradeço aos novos amigos por entenderem meus silêncios e ausências.

Agradeço ao encontro inesperado com a decolonialidade, que me inspira e me move em direção a um futuro que acredito; com a autodescoberta geopolítica da minha própria “voz”, suas contingências e contrapartidas.

Por fim, agradeço à oportunidade que esse estudo e todo processo investigativo proporcionou, não deixando dúvidas que somente o tempo realmente coloca as coisas no lugar.

RESUMO

Este estudo, situado no campo da arquitetura e urbanismo, assume uma postura política ao confrontar as origens históricas de dominação do discurso epistêmico-espacial que envolve o ensino, aprendizado e prática nessa área de conhecimento, e como se manifesta na produção da cidade e nas políticas físico-territoriais. Inicialmente, compreende-se que mesmo após a descolonização, os atuais padrões de uso da terra fazem parte de uma estrutura enraizada no sistema de dominação colonial. Em face a isso, adentra-se em um território onde a decolonialidade atua como lente para revelar as intrincadas conexões entre colonialismo e modernidade, reconhecendo a continuidade dessa relação no tempo e no espaço, a "colonialidade"; e a extensão desse domínio sobre o conhecimento, a "colonialidade do saber". Partindo dessas premissas, a hipótese subjacente é o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil ainda é, consideravelmente, fundamentado em paradigmas referenciados em culturas e realidades de origem colonial, o que dificulta a emancipação epistêmica e ontológica deste campo. Portanto, a justificativa de estudo reside na necessidade de ampliação teórica e prática sob o viés decolonial, entendendo que essa abordagem pode suscitar processos reflexivos-críticos situados. Isto posto, o objetivo é investigar como a abordagem da Teoria Decolonial pode contribuir para a transformação pedagógica, curricular e das práticas disciplinares na arquitetura e urbanismo; o que pode acontecer tanto pelo desenvolvimento de uma consciência frente a realidade histórica colonial, quanto pelo engajamento docente e discente em uma mudança de atitude com relação aos conteúdos teóricos, metodológicos e projetuais. O estudo tem foco no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil contemporâneo e subdivide-se em dois recortes: sistemas hegemônicos de matriz colonial que influenciam este ensino; desenvolvimentos teóricos e práticos decoloniais no âmbito educacional como contraponto à dominação epistêmica-espacial. À medida que a lógica colonial no ensino são identificadas, os contrapontos tencionam caminhos para a descolonização. Assim, os contrapontos constituem o segundo recorte de pesquisa e complementam o recorte um. Amparada na decolonialidade, a metodologia de pesquisa se desdobra em três procedimentos: o acúmulo teórico situado no contexto de produção do sul global, a autorreflexão epistêmica e ontológica, e o confronto entre esses dois procedimentos. O confronto permite identificar os pontos de inflexão disciplinar, ou seja, os principais marcos de virada teórica e prática na disciplina, assim como e sintetizar novas hipóteses, conceitos e práticas pedagógicas. Estas sínteses suscitam outras formas de imaginar, pensar e fazer arquitetura e urbanismo no espaço entre nós.

Palavras-chave: Colonialidade; Ensino; Arquitetura; Urbanismo; Espaço; Decolonialidade;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: "Skyline" em cidade na Índia reproduz formas de "progresso" de "skylines" ocidentais. Fonte: "Schooling the World 2010" (2014).....	17
Figura 2: Doutrinação de crianças. Em suas roupas, sugerem-se as culturas que passaram por esse processo. Fonte: "Schooling the World 2010" (2014).....	40
Figura 3: Crianças indígenas sob o sistema educacional ocidental. Fonte: "Schooling the World 2010", 2014	40
Figura 4: A representação da "Árvore da Arquitetura". Fonte: Fletcher (1924)	45
Figura 5: The Mosque of Sultan al-Mu'ayyad. Fonte: Kostof (1995, p.368)	46
Figura 6: a) Ospedale degli Innocenti e b) The Complex of Sultan Bayezid II. Fonte: Kostoff (1985, p.457)	47
Figura 7: Primeira missa no Brasil, Vitor Meireles (1960). Fonte: IBRAM.....	59
Figura 8: Primeira Missa de Brasília 1957. Fonte: (SILVA; QUEIROZ, 2010).....	59
Figura 9: Latas de sopa Campbells por Andy Warhol. A "art pop" emerge como crítica à cultura de consumo e transformação dos objetos de arte em produto. Por outro lado, também sugeria aproximação entre vida e arte ao "celebrar" os objetos do cotidiano em suas representações.	87
Figura 10: " vernáculo, anônimo, espontâneo, indígena, rural, conforme o caso" (RUDOLFSKY, 1964, p.4). A figura 10a mostra um exemplar de edificações escavadas em Loess. Loess é uma forma de sedimentação do solo, o qual é transportado e depositado pelo vento. Devido à sua grande maciez e alta porosidade pode ser facilmente esculpido. Na década dessa pesquisa, Rudofsky identificou essa tipologia urbana nas províncias de Honnan, Shansi, Shensi e Kansu, onde cerca de dez milhões de pessoas habitam nessas tipologias arquitetônicas. Na figura 10b, mostra exemplares da arquitetura Dogon, suas formas de organização comunitária e religiosa esculpidas em rocha de arenito e madeira.	88
Figura 11: Figura 11a) Estudo de nudez de Josephine Baker. 11b) Plan Obus para Argélia. Este caso específico do modernismo na Argélia representou a superação dos planos modernos pelas forças da tradição. Apesar da ocupação colonial francesa no território, o projeto foi considerado desrespeitoso às tradições sociais e religiosas, para além de delinear a segregação espacial entre os trabalhadores e as comunidades europeias. Fonte: (ACKLEY, 2006)	90
Figura 12: Perspectiva de Paris com a implantação do Plano Voisin. Montagem: "The Paris of Tomorrow That Thankfully Never Was" Fonte: (GRITL, 2022)	90
Figura 13: Representação gráfica da aplicação metodológica. Identificação de cânones na arquitetura moderna brasileira. Fonte: (ZEIN, 2020)	93

Figura 14: Representação gráfica do mapa mundi localizando/quantificando citações de produções arquitetônicas em livros de referência da disciplina. Fonte: Lara, 2023a.	94
Figura 15: Perspectivas de Baalbek. A figura 15a) mostra uma vista do conjunto; a figura 15b) mostra um recorte do conjunto, identificando o Trilithon, um bloco megalítico com dimensões em metros de: 20x4,60x3,60, pesando aproximadamente 800.000 kilogramas. Fonte: Tourism Ministry of Lebanon (2024)	97
Figura 16: Símbolos egípcios encontrados no quarto do imperador romano Augusto. Fonte: Morshed, 2020.....	98
Figura 17: Villa Adrianno em Tivoli, Italia. Fonte: René Seindal, 2024.....	98
Figura 18: "Archeology & Ancient Ruins". Fonte: Bonnie Alberts (2011).....	99
Figura 19: “Onde você incorpora as especificidades do programa em mudança? Basta pensar um minuto antes de confessar que o espaço euclidiano é o espaço em que os edifícios são desenhados no papel, mas não o ambiente em que os edifícios são construídos – e menos ainda o mundo em que são vividos” (LATOUR; YANEVA, 2013, p. 82).	107
Figura 21: Paisagem da Rua Maranhão, Salvador-BA. Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).	118

LISTA DE FIGURAS

Montagem 1: Esquema do processo entre reflexão-práxis. Conforme Waisman, a prática concede os objetos a serem refletidos, ao passo que a reflexão concede a base conceitual que orientará a prática. Nesse processo, tanto na prática, quanto na reflexão, existem conceitos previamente embasados em circunstâncias e valores de uma realidade histórica específica.	83
Montagem 2: Esquema da autorreflexão epistêmica e ontológica pela ótica decolonial.	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Arquitetura e Urbanismo, Incertezas e Futuro	10
1. HORIZONTES COMUNS: Desvendando as raízes da dominação: uma jornada pelos fundamentos teóricos	25
1.1 A condição colonial e moderna	25
1.1.1 Operações coloniais e a perpetuação ao longo do tempo	31
1.1.2 Ocupação colonial e assimilação cultural	35
1.2 Colonialidade e legados nos campos do conhecimento	37
1.3 Contextualização histórica da arquitetura e urbanismo a partir do legado colonial-moderno.....	41
1.3.1 Uma régua para medir o mundo	42
1.3.2 Elaboraões e distorções conceituais.....	49
1.3.3 Práticas e confrontos disciplinares no contexto brasileiro	51
2. POÉTICA DECOLONIAL DO ESPAÇO: Desvendando a descolonização: uma jornada pelos fundamentos teóricos	64
2.1 A condição decolonial contemporânea	66
2.1.1 Uma máquina geradora de alteridade: perspectiva crítica às alternativas epistêmicas e ontológicas.....	70
2.2 Atitude Decolonial: Desfazer e Refazer	72
2.3 Espaço decolonial: a cidade se faz e refaz.....	76
3. ENSINANDO FORA DO CENTRO: Desvendando perspectivas decoloniais no ensino de A&U	81
3.1 Confrontos disciplinares: autorreflexão decolonial	82
3.2 Contra narrativas disciplinares: possíveis direções epistêmicas	87
3.3 Desafios disciplinares: a jornada em terreno desconhecido	109
CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS	121
APÊNCIDES.....	127
Apêndice A - Considerações situadas.....	127

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1996, p. 38).

INTRODUÇÃO

Arquitetura e Urbanismo, Incertezas e Futuro

INTRODUÇÃO: Arquitetura e Urbanismos, Incertezas e Futuro

A temática dessa dissertação de mestrado não tem um ponto de partida temporal específico, embora tenha sido delineada há pouco mais de um ano. Ela vem se desabrochando desde o período de formação em arquitetura e urbanismo, portanto, é resultante de uma acumulação construída dentro da experiência no espaço-tempo nesse campo disciplinar. Processo de onze anos, ainda curto, mas que despertou muitos questionamentos, desconfortos e profunda preocupação com os discursos teóricos e práticas relacionadas a profissão escolhida.

Grande parte das transformações planejadas no espaço urbano contemporâneo brasileiro nas últimas décadas foi executada por agentes privados do setor imobiliário e grandes empreiteiras em parceria com o estado (FERREIRA, 2011). As obras que modificaram o espaço urbano do Brasil nas últimas décadas (CALDEIRA, 2017; CARERI, 2013; FERREIRA, 2011; MONTANER; MUXÍ, 2019) podem ser relacionadas, por exemplo, com as crises migratórias, a explosão demográfica, a insegurança pública, o aumento da desigualdade, o congestionamento, a pulverização espacial, a segregação socioespacial e autoconstrução precarizada. Apesar das implicações materiais, ambientais e humanitárias decorrentes de um modelo de ocupação territorial baseado no lucro, discursos de agentes da esfera público-privada e do campo arquitetônico reforçam a ideia de que tais consequências são sacrifícios necessários em nome do progresso e desenvolvimento (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 175; FERREIRA, 2011).

No contexto histórico do final do século XIX, mais especificamente nas repúblicas latino-americanas, o início da industrialização provocou significativos movimentos migratórios da população rural para as áreas urbanas, sucedendo em uma crescente demanda por habitação que não obteve resposta adequada por parte dos governos (MOASSAB, 2020, p. 37). Apesar do discurso progressista e dos investimentos bilionários nas cidades, estas ainda refletem a insuficiência política voltada para as populações mais pobres, resultando em condições precárias de moradia para muitos indivíduos e famílias (MOASSAB, 2020, p. 38). Na cidade contemporânea, esses sujeitos ainda vivem os resultados desses problemas não solucionados por décadas, como a falta de saneamento básico, o transporte público deficiente, o espraiamento das populações de baixa renda e o alto índice de violência urbana.

Para diversos autores, esses fatores podem ser correlacionados com um contraste de valores entre iniciativas que usam do solo urbano para obtenção de lucro e iniciativas que deveriam promover o uso do solo para solucionar problemas urbanos. Nas instituições de ensino, é observada uma tendência em orientar a formação, principalmente, para o atendimento às

demandas do mercado, sem muitas reflexões críticas sobre estas, inclusive no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo (NAME; MOASSAB, 2020a, p. 15).

Como possibilidade de contrapor criticamente esse modelo de produção do espaço, propõe-se situar de forma reflexiva os discursos teóricos e práticas que vem embasando a construção e modificação do espaço urbano brasileiro nas últimas décadas. Alguns pensadores compreendem os atuais modos de uso da terra como a evolução de uma estrutural social, política, econômica e cultural muito maior e mais antiga que a disciplina arquitetônica, a qual está enraizada em um sistema de dominação há séculos, mais especificamente no período colonial (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018; BOZDOGAN, 1999; GRUBBAUER, 2019; LARA, 2023a; MOASSAB, 2020; PORTER, 2010; ROZAS-KRAUSE, 2022; TAVARES, 2020; YIFTACHEL, 2008).

O atual estado de pobreza e precariedade habitacional na América Latina não está desconectado da sua história de dominação colonial, vinculada à forte concentração da terra e a regimes escravocratas com vistas à manutenção de elites econômicas e à própria gênese e manutenção do capitalismo (MOASSAB, 2020, p. 37).

Para esses teóricos mencionados acima, a arquitetura e o urbanismo não são disciplinas isoladas, mas parte integrante do conjunto social e cultural que influenciam e são influenciados pela sociedade em seu contexto urbano. Reconhecer essa interconexão, ressalta que as decisões e intervenções arquitetônicas e urbanísticas têm um impacto significativo na configuração e na transformação das cidades, e na vida dos habitantes. Portanto, é fundamental assumir uma postura reflexiva e prática para lidar com os desafios urbanos de forma propositiva, com maior responsabilidade com o espaço e com o projeto (LARA, 2023a, p. 11)

Embora não seja diretamente um agente responsável, o arquiteto urbanista é, além de profissional, um ser político, um cidadão que pode participar de modo ativo a respeito do ambiente construído. Exatamente porque a cidade se transforma cotidianamente em bem de consumo, se torna fundamental a este campo do conhecimento – com vocação para a transformação espacial – se voltar ao horizonte urbano de forma reflexiva e crítica, repensando sua própria atuação. Muitos pesquisadores da área têm realizado essa tarefa, como CALDEIRA; HOLSTON, 2016, 2016; FERREIRA, 2011; LARA, 2023a; MARICATO, 2014; MOASSAB, 2020; MUSSI, 2019; NAME, 2023; ROLNIK, 2021; ROY, 2011; SANTOS, 2002; SEGRE, 2005).

Entretanto, parte do setor produtivo no campo da arquitetura e urbanismo se mantém refém do mercado de alta renda e “[...] Pouco se debate sobre a responsabilidade social que tal profissional deveria ter com os espaços onde intervém, como é o caso da cadeia produtiva da

construção civil – e, sobretudo, a exploração do trabalho nos canteiros de obras” (NAME; MOASSAB, 2020b, p. 15). Para Ferreira (2011)¹ nossa condição social reitera uma mentalidade de desprezo acerca dos problemas urbanos, e reproduz “essa lógica social elitista e segregadora em todas as instâncias... e não só no âmbito urbano/arquitetônico”, sustentando a ideia de um problema mais complexo que abrange muitas camadas da sociedade. A reprodução desse pensamento no campo disciplinar dificulta a transgressão dos padrões de elitização da profissão e mantém o distanciamento da realidade urbana, de modo que parte dos “nossos jovens continuam aprendendo que este é o modelo a seguir” (FERREIRA, 2011).

Conforme Montaner e Muxí em “*Política e Arquitetura*” (2019, p.20), é possível verificar que parte considerável da prática da arquitetura e urbanismo segue, em grande parte, atendendo ao mercado da especulação urbana para construção civil. Por consequência, ainda é dentro desses cenários pouco democráticos em que se situam os projetos de maior importância no contexto ocidental (MONTANER; MUXÍ, 2019, p. 23).

Ao confrontar a neutralidade das formas arquitetônicas e urbanas, estes autores questionam a postura ética, crítica e humana na prática profissional “[...] é lícito que os arquitetos aceitem qualquer condição contanto que possam projetar e construir?” (2019, p.21). Portanto, ainda que este campo das ciências sociais aplicadas abra possibilidade para múltiplas atuações voltadas à democratização no ensino, no espaço e ao acesso profissional, ainda é muito difícil enfrentar as burocracias e transpor os muros do pensamento dominante (FERREIRA, 2011). Diante desse contexto, o pesquisador, professor e arquiteto Lara (2023a, p. 11), argumenta em entrevista: “Eu não vejo a arquitetura preparada para ser propositiva, para liderar os debates necessários. Eu vejo a arquitetura muito a reboque de todas essas questões”.

É importante reiterar que o serviço prestado aos grupos sociais mais abastados não é, em si, o maior obstáculo. Um dos desafios centrais reside na profissão orientada por conceitos teóricos e práticos de origem colonial, que por sua vez reproduzem dinâmicas de poder sobre o espaço, como constatado por Caldeira e Holston (2016), Ferreira (2011), Lara (2023; 2023a; 2023b), Montaner e Muxí (2019), Mussi (2019), Name (2020; 2023), Segre (2005), Tavares (2020).

Apesar de mudanças recentes apontarem caminhos para uma abordagem epistemológica mais democrática e integrada com a realidade histórica e urbana do país, parte dos conhecimentos disciplinares ainda hoje reproduzidos parecem não se inserir em um universo

¹ Em “Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?” publicado originalmente na seção Arqtextos da revista online Vitruvius em 2011, João Sette Whitaker Ferreira problematiza a atuação do Arquiteto Urbanista diante dos contextos políticos, econômicos e sociais contemporâneos.

de atuação que se torna cada vez mais diferente, diverso e complexo. Conforme os autores Caldeira (2017), Ferreira (2011), Mussi (2019), nota-se a configuração de uma situação marginal em relação às práticas construtivas correntes, mesmo diante de uma acumulação teórica reflexiva e crítica em torno da atuação da profissão. Portanto, há um estado de observação que ainda não resulta em transformações práticas significativas em suas próprias linguagens, referenciais e métodos de atuação sobre o espaço.

Nesse contexto apresentado, compreende-se o espaço pela ótica híbrida de Milton Santos em *“A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”*, na qual o autor propõe que a cidade se divide em espaços luminosos e espaços opacos formando um organismo urbano. O primeiro, é o espaço dominado pelas técnicas, constituído pelas diretrizes da modernidade, organizado pela rotina mecânica e prática do controle, resultando em espaço racionais e racionalizadores. O segundo, é o espaço não dominado pelas técnicas, onde vivem os pobres urbanos ou sujeitos comuns, que contrapõem o uso da cidade racional pela aproximação e criatividade, configurando-se como um espaço aberto (SANTOS, 2002, p. 221).

Esta investigação, situada no campo da Arquitetura e Urbanismo, mais especificamente na linha de pesquisa *“Processos urbanos e políticas físico-territoriais”* delineada pelo programa de pós-graduação (PPGAU-UFES), assume um *ethos* investigativo que se volta ao cerne de fundamentação teórica e prática como postura política de confronto com as origens históricas de dominação do discurso epistêmico-espacial. Essas origens, por sua vez, alimentam uma conduta de controle para produção dos espaços luminosos, enquanto majoritariamente marginalizam contextos locais e populares dos espaços opacos.

A postura investigativa de confronto é orientada por uma postura divergente suscitada por Marina Waisman em *“O Interior Da História: Historiografia Arquitetônica Para Uso De Latino-Americanos”* (2013). Para a autora, existe uma diferença entre resistir e divergir: a resistência mantém determinada situação para defender o que se é e não sucumbir ao sistema; a divergência questiona e desafia a situação ao “deixar de lado suas estruturas, empreender em rumos inéditos” (2013, p. 98). Assim, explora-se o campo disciplinar de forma reflexiva e crítica com a intenção de encontrar caminhos alternativos aos delimitados pelo sistema. Confronta-se para abrir possibilidades de construir outros conhecimentos, formas de atuação e para pensar futuros possíveis no espaço entre nós.

Escrita Situada como ética para transformação

A interconexão entre vida, academia e a escrita pode ser entendida como uma ferramenta que teoriza e impulsiona a autonomia e uma ética voltada para a transformação (LIVHOLTS, 2020, p. 4). Ao propor a escrita situada como método qualitativo de produção científica, Mona

Livholts² em “*Situated Writting as Theory and Method*”, considera o posicionamento social e experiências do pesquisador como possibilidade de reivindicar o que a autora identifica como “conhecimento situado” (2020, p. 29).

A identificação da posição pode ser configurada como princípio decolonial que convida a contextualizar as circunstâncias históricas, sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais do pesquisador, bem como elas atravessam suas experiências, suscitam reflexões e orientam sua investigação. Assim, o engajamento de uma escrita situada tem como ponto de partida a diversidade de “porquês e comos” (LIVHOLTS, 2020, p. 5) derivados de processos geopoliticamente localizados.

O método de escrita situada se apresenta como ferramenta que desafia o distanciamento e as estruturas tradicionais do conhecimento ao promover a inclusão e a diversidade de vozes a partir da localização estruturalmente contextualizada na pesquisa acadêmica. Uma vez que os pesquisadores são mobilizados e incentivados a refletir sobre o contexto relacional e interseccional de suas produções, as fronteiras - entre ciência, academia e vida - podem ser dissolvidas, resultando na elaboração de saberes e na expansão dos campos do conhecimento (LIVHOLTS, 2020, p. 29).

A postura ética presente na escrita situada não se limita ao pesquisador. A ampliação da consciência acerca das origens da escrita e a importância de sua localização, enfatiza que toda produção é influenciada pelos contextos históricos, sociais, políticos, econômicos, raciais e culturais, o que vai de encontro com alguns discursos de neutralidade das produções. Ao chamar atenção para as parcialidades investigativas, Livholts (2020, p. 43) ilumina as relações de poder e privilégios que se entrelaçam na pesquisa:

A escrita situada leva a sério as questões relacionadas ao poder e trabalha nas interseções de privilégio e marginalização. O escritor situado não usa o poder da invisibilidade para falar do nada, mas usa a modelagem textual e visual para aprender e desafiar a desigualdade por meio da escrita. Situar-se como escritor envolve uma complexa relação entre o pessoal e o político no contexto da história e da geopolítica. O eu corporificado, a coleção de objetos, itens, imagens, memórias, espaços internos e externos e paisagens fazem parte da formação da escrita.

Essa perspectiva reflexiva, crítica e argumentativa permite “abrir oportunidades para explorar as complexidades das relações de poder na vida das pessoas e interromper o som dominante da narrativa” (LIVHOLTS, 2020, p. 42) abrindo espaço para questionar a própria produção do

² Mona Birgitta Livholts é professora de Serviço Social na Universidade de Helsinque, Finlândia. Participa de organizações de pesquisa interdisciplinar acerca da Desigualdade de Helsinque (INEQ) e de Estudos Urbanos e Regionais de Helsinque (Urbaria), e desenvolve pesquisas com temáticas que envolvem Feminismo e Interseccionalidade, Escrita criativa da vida, Discurso e Métodos Narrativos, Pós-antropocentrismo, entre outras.

conhecimento: “Quem pode escrever? Quem está escrevendo? O que pode ser escrito? e, além disso, O que pode ser pensado?” (LIVHOLTS, 2020, p. 37). Essa postura dá corpo e sustenta um processo fundamental de questionamento de muitas verdades tidas como incontestáveis.

Assim, esse método investigativo vivo, corporificado e em movimento foi apropriado na investigação ao conectar os contextos históricos sociais, políticos, econômicos, raciais e culturais que atravessaram as experiências acadêmicas e profissionais (APÊNDICE A). Estes, por sua vez, introduzem perguntas e problemas de pesquisa que conduzem ao objeto a ser investigado. Paralelamente, também orienta para um referencial teórico situado e sintonizado com a localização das instituições, tensionando os limites de seus campos de conhecimento a partir de abordagens interseccionais e interdisciplinares.

Problema

O aprofundamento teórico vai deixando evidente que parte considerável dos desafios enfrentados na construção espacial, mesmo no contexto plural Latino-Americano, estão enraizados em um sistema de dominação epistêmica-espacial há séculos que impacta o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo e sua relação com a realidade histórica e urbana. Atribui-se esse sistema ao projeto de expansão colonial e modernidade em que civilizações (como Portugal e Espanha, no caso da América Latina), ao se colocarem como superior a outras (como as populações indígenas), julgavam ter o direito de controlar seus corpos, territórios e narrativas. Essa complexa relação, que consolida uma matriz de poder hegemônica de origem colonial, é definida por Aníbal Quijano em 1992 como “colonialidade do poder”:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido (QUIJANO, 2005, p. 117).

A ocupação territorial de origem colonial, em escalas nacionais e internacionais, neutralizou as diferenças por meio da assimilação (QUIJANO, 2005, p. 117). No caso da América Latina, como em outras sociedades que passaram pela colonização, esse processo pressupõe o apagamento e marginalização das subjetividades, dos conhecimentos e tradições locais para a imposição dos sistemas de valores europeus.

Alguns autores argumentam que os modos de dominação do período colonial se reproduzem na sociedade mesmo após a descolonização, uma vez que a superação das formas de poder

nunca é completa (MCCLINTOCK, 2018, p. 4). Esse fato revela o papel ideológico na produção, disseminação e manutenção das estruturas de poder nas diversas camadas da sociedade. O processo cumulativo de ajustes às novas realidades emergentes leva a transformação do regime colonial, o qual se atualiza no tempo e no espaço promovendo novos modelos civilizatórios hierárquicos.

Assim, a incorporação das instituições coloniais europeias ainda hoje molda as dimensões sociais, políticas, econômicas, raciais, culturais, espaciais e epistêmicas. Waisman argumenta que a autoridade de tais ideologias “levou-nos a assumir como certo que o único caminho para o progresso é aquele que esses países tenham percorrido, aceitando de fato esse conceito de progresso”, de modo que “parece urgente definir o que o conceito de ‘tecnologia avançada’ significa para nossos países” (2013, p. 93).

Portanto, existem muitas conexões entre a orientação cognitiva do colonialismo, da modernidade, da globalização e do capitalismo e as modalidades de subjetivação coletiva. No entanto, o capital global contemporâneo complexifica as relações de poder em comparação com os séculos anteriores, o que demanda perspectivar a cidade como um lugar de reprodução de tensões históricas mais diversas e complexas. No que diz respeito aos processos de urbanização, Santos (2012) explica que esta ocorre em dois circuitos, o superior e o inferior. O primeiro incorpora as lógicas exógenas de ação e consumo nos espaços luminosos, dispondo de capital, técnica, trabalho e investimento do estado. O segundo circuito constitui-se da informalidade, uma condição geral na qual os “pobres urbanos” se inserem para fazer parte da cidade (SANTOS, 2012, p. 66).

Esse é o fio condutor que possibilita compreender como “a globalização e seu imaginário comum ao da técnica hegemônica” (SANTOS, 2012, p. 61) reproduz no planejamento urbano, inserido no contexto do capital global, a ideia do que é progresso e as lógicas coloniais modernas, tanto em suas formas materiais quanto do conhecimento.



Figura 1: "Skyline" em cidade na Índia reproduz formas de "progresso" de "skylines" ocidentais. Fonte: "Schooling the World 2010" (2014)

Estes símbolos de progresso e desenvolvimento alienam os imaginários e as subjetividades humanas, de modo que parcela considerável da sociedade é levada a acreditar nessas formas de consumo modernas como necessárias para o progresso e para o futuro. As dinâmicas coloniais – implícitas ou explícitas – produzem deslocamentos conceituais e instrumentais que, utilizados para abordar a realidade local, conservam a dependência cultural das antigas colônias e apresentam uma perspectiva deshistoricizada dos acontecimentos. Para Waisman (2013, p.42), em processos reflexivos e práticos de produção do conhecimento, a realidade histórica como fonte de elaboração dos conceitos teóricos para aplicação e experimentação é distorcida nos países colocados à margem, isso porque as ferramentas para explorar a realidade local são forjadas em outras realidades. Tais circunstâncias provocam um fenômeno que a autora identifica como “distorção histórica”.

Para Waisman, o processo de descolonização política não foi suficiente para a construção de um agenciamento sociocultural, o que mantém a produção latino-americana restrita às lentes externas e sem devido reconhecimento. Diante disso, chama-se atenção à centralização em valores hegemônicos, uma vez que esta funciona como mecanismo de manutenção de privilégios de determinados corpos políticos, gerando injustiça cognitiva e compreensão incompleta dos problemas:

Já comentei, antes, como a organização do material histórico por parte da historiografia central situou decisivamente fora de contexto a produção latino-americana: o sistema de valores aptos para entender a arquitetura central mostrou-se inapto para entender a arquitetura periférica³, porém não se criou um sistema alternativo para esse fim (WAISMAN, 2013, p. 17).

Assim, verifica-se a urgência em explorar o espaço – entre nós – em toda sua complexidade e contradições para construção do conhecimento local e dos “outros” colocados às margens da história. Portanto, compreender esse espaço, bem como suas cidades, seus conceitos, linguagens, formas, métodos e práticas, requer confrontar o centro de difusão de ideias que conserva uma visão universal e hierárquica do espaço. Além de aproximar os espaços historicamente marginalizados e subalternizados aos ambientes de produção do saber arquitetônico e urbano, é preciso valorizar seus saberes e formas de vida, bem como superar os sistemas de dominação epistêmicos-espaciais. É pertinente informar que não se pretende negar quaisquer conhecimentos, mas compreendê-los a partir de uma visão crítica de que se constituem em outras realidades. Isso não quer dizer que devam ser excluídos, mas que podem ocasionar em processos cognitivos distorcidos e inacabados dos objetos de análise.

³ A noção de periferia colocada pela autora é construída a partir da relação centro-periferia entre países centrais (colonizadores) e países colocados à margem (colonizados).

Apesar das iniciativas reflexivas e críticas acerca do conteúdo teórico e prático – impregnado pelas dinâmicas de poder colonial – existirem no ensino, pesquisa e extensão no contexto brasileiro, sua ampla difusão nos centros de formação de arquitetura e urbanismo ainda encontra barreiras. Em face ao exposto, a abordagem teórica e prática decolonial é mobilizada como ferramenta que reconhece a herança epistêmica-espacial hegemônica colonial na sociedade e no espaço contemporâneo brasileiro. O processo reflexivo e crítico decolonial pressupõe a elaboração de conceitos e métodos a partir da realidade material, social e histórica local, tencionando descolonizar os sistemas de pensamento teóricos e práticos em uma busca por justiça social, cultural, espacial e epistêmica.

Justificativa

Estudar o Brasil através de seu passado histórico e suas complexidades é uma tarefa crucial para o entendimento de nós mesmos. Nesse sentido, a abordagem decolonial sugere uma perspectiva histórica crítica para esse processo, reconhecendo a persistência das lógicas coloniais nas dimensões sociais latino-americanas, inclusive brasileiras. Trazer essa análise para a presente pesquisa permite elaborações multifacetadas, como os desdobramentos desse sistema de poder sobre o conhecimento, e como este se manifesta sobre o espaço.

Dessa forma, essa dissertação busca oferecer reflexões que reconectam a realidade histórica às elaborações epistêmicas-espaciais, identificando os legados coloniais subjacentes aos conteúdos pedagógicos, teóricos e práticos que constituem o sistema educacional e a prática profissional.

Para além da identificação desse sistema de dominação, a introdução da perspectiva decolonial na arquitetura e urbanismo têm o potencial de promover maior criticidade teórica e epistemológica, maior consciência frente a realidade histórica local, ampliação dos conteúdos tradicionais e elaboração de novos conteúdos pedagógicos. Apesar do crescimento exponencial dessa abordagem nos últimos dez anos (MIGNOLO, 2018, p.108), o debate decolonial no contexto do ensino contemporâneo de arquitetura no Brasil ainda é restrito.

Assim, essa dissertação se justifica pela necessidade de ampliar as possibilidades teóricas e pedagógicas a partir de uma viés decolonial. É considerado que essa abordagem pode oferecer ferramentas para repensar o ensino e a prática da arquitetura e urbanismo, buscando uma formação mais crítica frente a reprodução das lógicas coloniais implícitas nesse campo disciplinar, e ao mesmo tempo, mais engajada com as realidades sociais locais.

Objetivo

O objetivo dessa pesquisa é propor caminhos pelos quais a perspectiva decolonial pode contribuir para o ensino no campo da arquitetura e urbanismo no contexto situado brasileiro, considerando as questões de poder, colonialismo, colonialidade, geopolítica do conhecimento, identidade e justiça socioespacial. Pretende-se explorar, a partir dos pontos de inflexão disciplinar, as possibilidades e potencialidades de transformação epistêmica e ontológica nesse campo do conhecimento, identificando elementos e princípios que podem ser incorporados aos currículos e à prática profissional. Para percorrer essa outra trajetória, traçam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Traçar um panorama histórico das relações coloniais na América Latina e suas influências nas construções epistêmicas e ontológicas, inclusive nos campos de arquitetura e urbanismo brasileiros contemporâneos.
- 2) Descrever o papel da teoria decolonial na construção de uma mudança de atitude como oportunidade de desenvolver novos conteúdos e propostas pedagógicas que renovem o ensino e a prática de arquitetura e urbanismo; uma mudança que visa formar docentes socialmente responsáveis, engajados e críticos frente à realidade histórica do espaço que projetam.
- 3) Descrever os principais pontos de mudança disciplinar na arquitetura e urbanismo e apresentar experiências de ensino orientadas por essa perspectiva, para então discutir estratégias de integração dos princípios decoloniais no ensino acadêmico.

Objeto: recortes teóricos

Para alcançar os objetivos propostos, são delineados dois recortes específicos que se complementam: 1) O primeiro recorte foca na análise da influência da lógica colonial no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil contemporâneo. Isso inclui a avaliação dos elementos cognitivos presentes na construção do conhecimento nesse campo disciplinar, buscando identificar como a colonialidade se manifesta nos currículos, abordagens pedagógicas e práticas educacionais; 2) O segundo recorte concentra-se na introdução de teorias e práticas decoloniais no contexto educacional. Essa abordagem propõe um contraponto à lógica colonial dominante, identificando e explorando possíveis caminhos de transformação no ensino e na formação em arquitetura e urbanismo.

Esse contraponto tem como finalidade delinear os principais pontos de inflexão teóricos e práticos que suscitam a emancipação epistêmica-espacial desse campo do conhecimento.

Hipótese

Através de lentes decoloniais, é reconhecido um passado colonial que estrutura o espaço, bem como as subjetividades e construções epistemológicas no território brasileiro. Assim, a hipótese desse trabalho é que, por ser uma ex-colônia, parte do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda é fundamentado em paradigmas referenciados em culturas e realidades de origem colonial. Entende-se, ainda, que essas referências são barreiras para a emancipação epistêmica e ontológica do campo de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Partindo dessas duas hipóteses, esse trabalho descreverá as influências históricas do conhecimento colonial na construção do pensamento arquitetônico e urbano brasileiro contemporâneo, discutirá barreiras ao conhecimento que surgem dessas influências, e apresentará caminhos pedagógicos decoloniais como possíveis soluções alternativas a esses problemas.

Método

A abordagem metodológica desta pesquisa se baseia em conhecimentos anteriores desenvolvidos no campo de estudo da teoria decolonial aplicada à arquitetura e urbanismo. São adotados três procedimentos para cumprir o objetivo de compreender como a perspectiva decolonial pode contribuir para o ensino no campo da arquitetura e urbanismo: (1) Acúmulo teórico situado no contexto de produção do sul global acerca dos sistemas hegemônicos de matriz colonial que orientam teorias e práticas no campo da arquitetura e urbanismo; (2) Autorreflexão epistêmica e ontológica; (3) Identificação de paradigmas e pontos de inflexão disciplinar a luz do vetor decolonial.

O acúmulo teórico consiste na revisão bibliográfica e análise documental a partir de um recorte que delimita o ensino no campo da arquitetura e urbanismo. No contexto da influência decolonial sobre a pesquisa, isso significa apresentar a desconstrução de narrativas dominantes e descoladas da identidade local, incluindo vozes historicamente marginalizadas. Essa postura busca uma compreensão mais diversa e inclusiva da temática, convergindo gradativamente para a América Latina e, por fim, para o Brasil contemporâneo. Para a realização do acúmulo teórico foi estabelecido como procedimento secundário a localização do pesquisador. Isto é, a definição de sua postura geopolítica situada. Isso reflete como buscam desafiar e transformar as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais que atravessam suas experiências investigativas no campo da arquitetura e urbanismo. É importante informar que os pesquisadores não abordam todos estes fatores combinados em suas investigações.

A partir do acúmulo teórico (1) busca-se traçar as origens e forças históricas atuantes sobre o campo do conhecimento. Em sequência, busca-se examinar criticamente, sob a ótica decolonial, as estruturas de poder e privilégio que moldam o ensino e a prática da arquitetura e urbanismo. O processo de autorreflexão epistemológica e ontológica (2), ocorre através do confronto entre os capítulos 1 e 2, nos quais são questionados os valores pressupostos e como estes influenciam as determinações conceituais, as práticas profissionais e a materialização espacial. Para bell hooks (1995), desafiar as narrativas históricas dominantes abre espaço para reinterpretar os fatos presentes e construir outros futuros:

A historiografia subversiva conecta práticas de oposição do passado com formas de resistência no presente, criando assim espaços de possibilidade onde o futuro pode ser imaginado de forma diferente, de tal forma que podemos nos testemunhar sonhando, avançando e além dos limites e confins de locais fixos (HOOKS, 1995, p.151).

Esse procedimento apresenta um panorama dos paradigmas disciplinares a serem confrontados a luz do pensamento decolonial. Este confronto também permite identificar os pontos de inflexão disciplinar (3), os seja, os principais marcos de virada teórica e prática dentro da disciplina. Essa abordagem possibilita a identificação de novas hipóteses, conceitos teóricos e práticas pedagógicas para além das estruturas tradicionais que envolvem a arquitetura e urbanismo.

A metodologia adotada nesta pesquisa é predominantemente qualitativa, pois visa compreender a complexidade e a profundidade dos sistemas de dominação epistêmicos-espaciais no contexto do ensino e prática da arquitetura e urbanismo.

Estrutura da dissertação

Essa dissertação está organizada em três capítulos e introdução. Nesta última, são abordados aspectos da temática relacionados ao ensino em arquitetura e urbanismo inserido em um sistema de dominação epistêmica e espacial, bem como os impactos no desenvolvimento profissional e espacial. A partir disso, são delineados os elementos de pesquisa, como problema, justificativa, objetivos, objeto, hipótese e o desenvolvimento metodológico.

No primeiro capítulo é traçado um panorama histórico das relações coloniais na América Latina e suas influências na formação da modernidade a partir da interlocução entre autores (DUSSEL, 2015; MIGNOLO, 2005, 2017, 2020; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 1992, 2005). Inicia-se com a contextualização histórica, identificando os conceitos-chave relacionados à dominação epistêmica-espacial ao longo do tempo sob a ótica decolonial. Em seguida, é realizada uma análise crítica do legado dominante nas construções epistêmicas e ontológicas, e posteriormente, como o pensamento colonial e moderno moldou a arquitetura

e o urbanismo, perpetuando desigualdades sociais, políticas, econômicas, raciais, culturais e espaciais (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018; BOZDOGAN, 1999; CALDEIRA; HOLSTON, 2016; CALDEIRA, 2017; NAME, 2023; NAME; MOASSAB, 2020b; TAVARES, 2020; WAISMAN, 2013). A contextualização histórica da arquitetura e urbanismo no Brasil contemporâneo a partir desse legado é discutida tanto no campo da formação de um referencial teórico, quanto na atuação profissional, seguida pela apresentação de exemplos espaciais históricos e atuais que refletem o pensamento dominante.

O segundo capítulo introduz a Teoria Decolonial a partir das perspectivas de alguns de seus principais expoentes (CASTRO-GOMEZ, 2005; DUSSEL, 2015; GROSGOUEL, 2016; MIGNOLO, 2017, 2020; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 1992, 2005). Inicia-se com a apresentação dos fundamentos da teoria decolonial, incluindo sua origem, contexto histórico e principais conceitos. Posteriormente, são analisados os debates em torno do papel da teoria decolonial como caminho para a reformulação crítica dos conteúdos teóricos, práticos e curriculares, a partir do reconhecimento e engajamento com a realidade histórica suscitada por (WAISMAN, 2013). A discussão se estende para a compreensão do espaço decolonial, especialmente no contexto urbano, enfatizando a interação entre ensino e prática na formação de profissionais de arquitetura e urbanismo. O capítulo termina com uma reflexão sobre como a teoria informa a prática e vice-versa, enriquecendo tanto o ensino quanto a aplicação profissional.

O terceiro e último capítulo, dedica-se primeiramente a autorreflexão epistêmica e ontológica da arquitetura e urbanismo, procedimento centrado em uma análise crítica das teorias e práticas nesse domínio. Realizado sob uma perspectiva decolonial, tem como objetivo secundário delinear os principais pontos de inflexão disciplinar, os quais serão apresentados e exemplificados a partir de experiências teóricas e práticas que rompem com os legados coloniais (ARABINDOO, 2011; ARAVECCHIA-BOTAS, 2018; BARRY; AGYEMAN, 2020; BOZDOGAN, 1999; HEYNEN, 2013; HOOKS, 1995; KHAN; MOULAERT; SCHREURS, 2013; MCKITTRICK, 2013; MORSHED, 2020; NAME; MOASSAB, 2020b, 2020a; PYLA, 1999; UPTON, 2002). A discussão prossegue com estratégias para integrar os princípios decoloniais no ensino acadêmico, incluindo modificações curriculares e abordagens interdisciplinares. O capítulo encerra-se com uma reflexão sobre os desafios enfrentados ao incorporar a teoria decolonial, bem como as oportunidades para uma prática arquitetônica e urbanística mais situada contexto brasileiro.

Ver do nada é eticamente irresponsável, é preciso dar conta do posicionamento social tanto do pesquisador quanto do pesquisado. Assim, “o que aprendemos a ver” em termos de interseccionalidade exige que consideremos continuamente as dinâmicas e situações mutáveis e processos envolvidos em vidas diversas e interconectadas (LIVHOLTS, 2020, p.14).

CAPÍTULO 1 - HORIZONTES COMUNS

DESVENDANDO AS RAÍZES DA DOMINAÇÃO: UMA JORNADA PELOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1. HORIZONTES COMUNS:

Desvendando as raízes da dominação: uma jornada pelos fundamentos teóricos

Neste capítulo, adentra-se em um território onde a decolonialidade atua como uma lente com o objetivo de desvelar algumas das intrincadas conexões entre colonialidade, modernidade, conhecimento e produção do espaço. Sob uma abordagem decolonial, é reconhecida uma relação contínua entre o colonialismo e a modernidade, a qual transcende períodos históricos específicos, manifestando-se como uma estrutura de poder na sociedade que se renova no decorrer do tempo e no espaço. Através dessa estratégia, busca-se compreender como os sistemas hegemônicos de matriz colonial - que configuram o padrão de poder global - impactam a produção do espaço, especialmente as construções epistêmicas-espaciais que orientam teorias e práticas no campo da Arquitetura e Urbanismo.

Para isto, o capítulo se divide em três partes: a primeira aborda os conceitos de colonialidade e modernidade, uma relação complexa e paradoxal de exploração do espaço e dos sujeitos. Esses conceitos são analisados à luz dos instrumentos de dominação utilizados durante o período colonial, os quais contribuíram para impulsionar e solidificar as bases da modernidade europeia (CASTRO-GOMEZ, 2005; DUSSEL, 2015; MALDONADO-TORRES, 2016; MIGNOLO, 2017, 2020; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2005). Na segunda parte, apresenta-se uma análise do legado colonial e moderno nas construções epistêmicas (sistemas de conhecimento) e ontológicas (percepção da realidade) em países que passaram por processos coloniais (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007; GROSGOUEL, 2016; LIENUR, 2010; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2005). Na terceira parte, busca-se contextualizar o campo da arquitetura e urbanismo dentro desse processo de dominação epistêmica e espacial (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018; GRUBBAUER, 2019; WAISMAN, 2013), seguida identificação de modelos arquitetônicos e urbanísticos, dentro da realidade brasileira, que reproduzem as formas de dominação espacial na cidades, perpetuando marginalizações e opressões sobre o espaço e os sujeitos (CALDEIRA; HOLSTON, 2016; CALDEIRA, 2017; TAVARES, 2020; YIFTACHEL, 2008).

1.1 A condição colonial e moderna

A tríade composta pela colonialidade, modernidade e decolonialidade apresenta conceitos com suas próprias características e dinâmicas. No entanto, seus conceitos ao mesmo tempo estão relacionados e se influenciam mutuamente, apresentando o colonialismo como eixo de conexão. Em *“On Decoloniality: Concepts, Analysis, Praxis”*, Mignolo (2018, p. 112) explica

essa relação complexa: a decolonialidade emerge como resposta ao colonialismo, enquanto a colonialidade se revela como conceito decolonial que ilumina a face oculta da modernidade.

A modernidade é compreendida, nesse contexto, para além do fenômeno que advém o desenvolvimento tecnológico e científico. Nesse estudo, a modernidade é analisada a partir de sua ideologia hegemônica proposta por Quijano (2005, p. 122) em “*Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*”: “a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa”.

Pensar decolonialmente, segundo Mignolo (2018, p.111), torna possível ver a história por outros prismas: nesse enredo, a colonialidade, necessariamente, como um conceito decolonial, irrompe enquanto uma dimensão fundamental da modernidade, e não como uma circunstância resultante. É por meio dessa perspectiva que se tornam visíveis as relações de poder estabelecidas no colonialismo, as quais constituem o vínculo colonialidade-modernidade, de modo que “[...] não pode haver modernidade sem colonialidade; e não haveria colonialidade sem modernidade” (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 109). Portanto, para compreender cada um desses conceitos é essencial considerar sua relação com os outros.

É importante diferenciar a colonialidade do colonialismo. Nas américas, a partir de 1492, o que é um processo de salvação e civilização na perspectiva de alguns sujeitos, é o início da marginalização e opressão para outros por meio do colonialismo. Nesse sentido, o colonialismo se refere ao processo de ocupação, exploração e controle político, econômico e cultural de um território por parte de uma civilização estrangeira. Já a colonialidade, se refere aos efeitos duradouros desse processo de dominação que persistem além do período colonial formal.

Pela perspectiva de expoentes da teoria decolonial, como Mignolo (2018) e Quijano (2005), é também por meio da ocupação e exploração colonial na América que se criam as bases para o desenvolvimento da modernidade eurocentrada:

A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, com sua avançada tecnologia na mineração e na agricultura, e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata, o tomate, o tabaco, etc (QUIJANO, 2005, p. 127).

Isto é, a exploração dos territórios, dos povos nativos e dos recursos naturais pela colonização europeia resultou na acumulação de capital, impulsionando o desenvolvimento tecnológico e industrial que, por sua vez, moldaram a modernidade dentro do colonialismo. Segundo Quijano (2005, p.129), esses processos também foram utilizados para legitimar a perpetuação da missão civilizatória sobre os grupos humanos “considerados inferiores”. Nesse sentido,

para este autor, “a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida” (2005, p. 125).

Com base nesse dualismo entre indivíduos “superiores e inferiores”, surge a concepção de modernidade com a Europa como epicentro, de modo que “não europeus” são organizados do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mítico ao científico e em sujeitos que se modernizariam (QUIJANO, 2005, p. 129). Em consequência, justifica-se a ocupação colonial realizada pelos sujeitos “civilizados” ao sujeitos “atrasados”. Desse modo, tanto para Mignolo, quanto para Quijano, a ideia de modernidade é forjada enquanto ficção eurocêntrica no seio do processo de colonização, ou seja, do colonialismo:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas (QUIJANO, 2005, p. 122).

E

Decolonialmente falando, é uma ficção, uma construção feita por atores, instituições e linguagens que beneficiam aqueles que construíram o imaginário e o sustentam, através do conhecimento e da guerra, de meios militares e financeiros (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 110)

Em “*Europa, Modernidade e Eurocentrismo*”, Dussel (2005, p. 29) sugere que, desfazer e superar a “falácia desenvolvimentista” da modernidade só é possível por meio de uma “razão libertadora”. Mediante essa postura, torna-se possível revelar a face oculta da modernidade, bem como reconhecer suas práticas “irracionais de violência” e seus mitos, o quais são identificados pelo autor:

- 1) A sociedade moderna se autoproclama mais avançada e superior, o que implica, de forma inconsciente, uma posição eurocêntrica.
- 2) Essa suposta superioridade leva à ideia de que é moralmente necessário desenvolver os povos considerados mais primitivos, bárbaros ou rudes.
- 3) O processo educativo para esse desenvolvimento deve seguir o modelo europeu, refletindo uma visão unilinear de progresso, conhecida como “falácia desenvolvimentista”.
- 4) Quando os “bárbaros” resistem ao processo civilizador, a práxis moderna recorre à violência, se necessário, para eliminar os obstáculos à modernização, justificando-a como uma “guerra justa colonial”.

- 5) Essa dominação resulta em vítimas de diversas formas, e a violência é muitas vezes interpretada como um sacrifício necessário para o avanço civilizatório, como no caso dos povos colonizados, escravos africanos, mulheres e danos ambientais.
- 6) A "Modernidade" atribui aos "bárbaros" uma suposta "culpa" por se oporem ao processo civilizador, permitindo que se apresente não apenas como inocente, mas também como libertadora dessas "culpas" de suas próprias vítimas.
- 7) Por fim, devido à natureza "civilizadora" da "Modernidade", os sofrimentos ou sacrifícios resultantes da "modernização" de outros povos considerados "atrasados" são vistos como inevitáveis e até mesmo justificados.

A perspectiva decolonial, portanto, refuta a construção histórica⁴ eurocentrada da modernidade, logo, esta não se classifica como um período histórico. Ver a modernidade através da lógica decolonial é uma forma de suspender a noção de fases históricas destes fenômenos, ampliando a compreensão destes para uma estrutura ou “matriz” de poder, exploração e opressão – a colonialidade – que persiste e se manifesta de maneiras complexas na contemporaneidade, mesmo após o fim do colonialismo formal. Por isso, ainda que a modernidade se manifeste em muitos lugares e de muitas formas, a concentração do poder e influência colonial da Europa Ocidental se impôs como modelo civilizatório, deliberando a incorporação de seus valores culturais, de suas elaborações intelectuais e instituições (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 129).

Dessa maneira, a modernidade se atualiza no tempo e no espaço, tendo a colonialidade como arcabouço. Dussel (2008, p.130) sugere que a modernidade, enquanto uma ideologia, se origina aproximadamente no ano de 1630. De modo semelhante, Mignolo (2018, p.110) argumenta que sua forma ideológica anterior foi, por exemplo, a missão civilizatória que justificou o colonialismo no século XV. Quijano (2005, p.117) mostra que o fenômeno da globalização neoliberal hoje, se configura como um padrão de poder global que se consolidou a partir da conquista e colonização. Em síntese, a relação estabelecida entre colonialidade e modernidade não se limita a um período histórico específico.

A globalização enquanto um fenômeno de raízes coloniais também é identificada pelo filósofo Castro-Gomez (2005, p.80). Para ele, o “fim da modernidade” é uma reconfiguração do padrão de poder que se manifesta no novo contexto global. Logo, a globalização apresenta a mesma estrutura ou “matriz” de poder de origem colonial. Assim, as correntes teóricas pós-modernas e pós-coloniais, apesar das divergências em métodos, argumentações ou formulações

⁴ A origem da Modernidade tem um “movimento” de Sul a Norte, de Leste a Oeste, na Europa do século XV ao século XVII que é aproximativamente o seguinte: a) do Renascimento italiano do Quatrocento; b) a Reforma luterana alemã; c) a Revolução científica do século XVII; e culmina com d) a Revolução política burguesa inglesa, norte-americana e francesa. Observe-se a curva do processo: da Itália, a Alemanha, a França para a Inglaterra e Estados Unidos (DUSSEL, 2015, p. 13).

(ARAVECCHIA-BOTAS, 2018, p. 77), convergem ao reconhecer uma conjuntura inerente às relações de poder que se estabelecem no mundo moderno. Para Castro-Gomez (2005, p.80) essa conjuntura se configura a partir de um “caráter dualista e excludente”, que “em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas”.

Mais recentemente, em “*Descendo à Terra: Política no Novo Regime Climático*”, Latour (2018, p. 8) elabora um paralelo entre o colonialismo e a globalização contemporânea, apontando esta como um fenômeno contraditório: deslocar-se de uma perspectiva local para uma global, deveria abarcar “um número maior de seres, culturas, fenômenos, organismos e pessoas”. No entanto, o autor identifica que a globalização é “exatamente o oposto”, de modo que opera reproduzindo o padrão de poder através de concepções construídas por poucos sujeitos, limitando-se aos interesses de uma parcela ínfima da população e restringindo-se a métodos e protocolos de avaliação “provincianas”. Latour argumenta que, “Se isso é globalização, então entendemos retrospectivamente por que resistir sempre foi a única solução, porque os colonizados sempre estiveram certos em se defender” (2018, p. 6). Essa relação de dominação estabelecida, segundo o antropólogo, cria e sustenta ao longo do tempo o dualismo entre colonizadores e colonizados, entre avançados e atrasados, entre uma “classe dominante” e os outros marginalizados:

É para estimular esse povo atrasado que os globalizadores os submeteram à grande alavanca da modernização. Por dois séculos, a flecha do tempo tornou possível localizar de um lado aqueles que estão avançando - os modernizadores, os progressistas - e, do outro, aqueles que permanecem para trás (2018, p.9).

Portanto, a retórica discursiva da modernidade é renovada como uma reinterpretação de um panorama de matriz colonial (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 110). Essa perspectiva examina a história não como um conjunto de eventos isolados, mas como um processo contínuo de dominação, resistência e transformação (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 117). Portanto, devido à natureza contínua da dominação colonial, a digressão temporal é utilizada nesta pesquisa para desviar momentaneamente a atenção do tempo presente com o intuito de explorar eventos e reflexões que aconteceram no passado, ou que podem vir a ocorrer no futuro (SILVA, 2018). Apesar do desvio no agora, o olhar no passado como procedimento metodológico tenciona conectar os fatos históricos ao presente, com a finalidade de traçar os elos que impõem suas recorrências e repercussões futuras.

Na breve publicação “*O evento racial e aquilo que acontece sem o tempo*”, Silva (2018) propõe a suspensão da dimensão temporal para ler os eventos de 1770 e de 1970 a partir da composição, recomposição e decomposição de uma figura fractal. Assim, em vez de pensar nos “tempos de outrora” ou em um episódio “lá longe”, a autora desloca os eventos do tempo

em uma composição “caleidoscópica” (SILVA, 2018, p. 410). Para Silva, observar os eventos a partir da sucessão sequencial temporal, isola-os no tempo, deixando-os distantes dos acontecimentos presentes como se não tivessem relação entre si.

Segundo a filósofa, a composição enquanto prática analítica pode suscitar olhar o passado não apenas como registro material, mas como um conjunto de atravessamentos que permite avaliar o que aconteceu, o que acontece agora e o que está para acontecer sob um prisma de repetição das formas de dominação que se atualizam no tempo e no espaço de acordo com os modelos civilizatórios (SILVA, 2018, p. 411).

A interrupção na “flecha do tempo” é estrategicamente incorporada nesta dissertação com o propósito de explorar as diferentes camadas e contextos que compõem o sistema colonial-moderno. Este sistema, identificado como “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), persiste e continua a influenciar as sociedades contemporâneas, inclusive em “[...] uma perspectiva do conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão de poder global [...] que se reconhecem como eurocentrismo⁵” (2005, p. 126). É pertinente destacar que o autor também considera os limites desse padrão de poder, indicando que este não causa a supressão completa das estruturas-históricas locais. Assim, ele sugere que existe uma referência de valores que homogeneíza certos aspectos da vida social e cultural, promovendo a disseminação de modelos e práticas comuns em todo o mundo:

O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 124).

A introdução da ótica decolonial busca situar como colonialismo e modernidade, enquanto ideologias, promoveram uma ideia de superioridade que não apenas impulsionou e justificou a ocupação territorial e apropriação dos recursos naturais, mas também exerceram dominação sobre os campos subjetivos e cognitivos do conhecimento. É importante informar que essa construção do saber não se refere a toda história do conhecimento e a todas as formas de conhecer de todos os europeus, mas a um processo cognitivo identificado como:

[...] uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as

⁵ Eurocentrismo é apresentado nesse estudo pela perspectiva de Quijano (2005, p.126) como um conhecimento que se origina na Europa Ocidental, elaborado sistematicamente em meados do século XVII, embora sua gênese remonte a período mais antigos. Este, consolida-se como hegemônico globalmente nos séculos seguintes, acompanhando a expansão do domínio da Europa burguesa.

demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (QUIJANO, 2005, p. 126).

A produção teórica do espaço pode ser investigada, por exemplo, através de aspectos ambientais, políticos, socioeconômicos, geográficos, topográficos, morfológicos e tipológicos. Nesse estudo, essa produção é analisada diante do entrelaçamento entre as fronteiras do colonial e do moderno, por um ângulo que considera as relações de poder advindas do colonialismo. Para Mignolo (2018, p. 118), essa estratégia possibilita “descolonizar conhecimentos e subjetividades”.

Para isso, evidencia-se a conexão entre o padrão de poder global e os processos de dominação cognitiva e espacial que permearam a sociedade, deixando sua marca na construção do conhecimento e na organização do espaço. Partindo do nexos colonialidade-modernidade, Dussel (2015), Mignolo (2018) e Quijano (2005) sugerem algumas das operações coloniais (Racialização, Expropriação e Controle de Mercado) que explicam a formação e consolidação do paradigma de relações de dominação entre a Europa e os povos tradicionais das colônias (DUSSEL, 2015; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2005).

1.1.1 Operações coloniais e a perpetuação ao longo do tempo

A colonialidade desenvolveu-se em torno de três eixos centrais que se tornaram fundamentais para a imposição da modernidade e para a atual globalização neoliberal (QUIJANO, 2005, p. 117). O primeiro é a configuração da diferença entre conquistadores e conquistados, racionais e irracionais, civilizados e atrasados, a partir da racialização. O segundo é o despojo das terras, justificados pela divisão desses grupos sociais. Com base no poder estabelecido sobre os corpos e as terras, o terceiro e último eixo é a constituição de uma estrutura de trabalho fundamentada na escravidão e na servidão, a qual configura o controle do capital no mercado mundial.

A análise dos três eixos centrais de matriz colonial - racialização, expropriação e controle de mercado – apresenta uma perspectiva decolonial sobre as dinâmicas coloniais e suas consequências contemporâneas. Além disso, procura mostrar como esse sistema contribuiu para a estruturação do padrão de poder global e para a subjugação das populações colonizadas, resultando em processos de assimilação cultural.

Racialização

Conforme Quijano (2005, p.117) sugere, a história da dominação e exploração está estreitamente vinculada ao conceito de racialização. Essa noção, presente na categorização social da população global com base na noção de raça, é, para o autor, uma construção

mental que reflete a experiência da dominação colonial e atravessa os aspectos mais significativos do poder mundial contemporâneo.

As novas dinâmicas sociais fundadas na concepção de raça deram origem a novas identidades sociais na América, tais como índios, negros e mestiços, resultando na reconfiguração de termos linguísticos anteriormente associados apenas à origem geográfica. Sobre esse processo de simplificação, Quijano (2005, p.127) apresenta a redução dos diferentes povos a identidades genéricas:

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: *astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc.* Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: *achantes, iorubás, zulus, congos, bacongós, etc.* No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros.

Essas novas identificações foram associadas às hierarquias sociais, à espaços e ao *status quo* correspondentes às divisões raciais. Dessa forma a classificação social básica da população se estabeleceu como o mais eficaz instrumento de dominação dos sujeitos “[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Ao longo da história, o paradigma racial representou uma abordagem que justificaria concepções e comportamentos que perpetuavam relações de superioridade e inferioridade entre os que detinham o poder e os subjugados. Certas raças, como negros, índios, asiáticos e outros, são percebidas como mais próximas da “natureza” do que os brancos (QUIJANO, 2005, p. 129). De acordo com esse “mito do estado de natureza” e do progresso civilizatório, essa narrativa hierárquica implica uma classificação racial onde os brancos são considerados o ápice da civilização, enquanto os demais grupos étnicos são relegados a posições inferiores.

A distinção entre pessoas consideradas completamente humanas e outras cuja humanidade era questionada representou uma nova forma de divisão, não somente baseada apenas em diferenças de conhecimento ou entendimento (epistemológicas), mas também em concepções sobre a natureza humana e espiritual. Dessa forma, a aproximação de certos sujeitos à natureza foi associada à falta de alma nas pessoas (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 81).

Tanto Mignolo (2018, p.113), quanto Quijano (2005, p.129) identificam dois desdobramentos principais na produção cultural decorrente do processo colonial. O primeiro é a privação das identidades históricas distintas em todas essas comunidades. O segundo é a exclusão desses grupos sociais da produção cultural da humanidade. Ao absorverem uma nova identidade colonial – depreciativa - foram relegados a meras raças inferiores e considerados incapazes de contribuir para a produção intelectual de valor.

Expropriação

A expropriação de terras emerge como um dos eixos que estruturam a sociedade global neoliberal, enraizada no colonialismo. Inicialmente, ao mapearem a África e as Américas como terras "inabitáveis" ou "inabitadas", os europeus as rotularam como *Terra nullius*, ou seja, "terras de ninguém" (MCCLINTOCK, 2018, p. 3). Essa classificação desumanizou os habitantes originais dessas terras, também servindo como justificativa para sua subjugação e o subsequente roubo de terras. A descrição dos povos indígenas vivendo em harmonia com a natureza também serviu aos interesses coloniais europeus de exploração e dominação.

A expropriação das terras dos habitantes locais resultou em uma ampla disponibilidade de terra, recurso básico de produção. No entanto, Quijano (2005) argumenta que apesar das semelhanças nos processos coloniais, a ocupação vai ocorrer de formas distintas nas Américas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a divisão da terra em proporções médias e pequenas proporcionou uma “participação notavelmente democrática no controle da geração e da gestão da autoridade pública” (2005, p.132). Por outro lado, em países como Argentina, Chile e Brasil, as terras apropriadas são distribuídas de maneira altamente desigual, concentrada nas mãos de poucos, resultando na construção de Estado e sociedade oligárquicos, onde o poder político estava nas mãos de uma elite privilegiada (QUIJANO, 2005, p. 133). Em outros termos, a divisão de terras em grandes latifúndios tornou muito mais difícil o desenvolvimento de relações democráticas.

Além da ocupação colonial, a divisão das terras a partir de uma divisão hierarquizada da sociedade deixou um legado de desigualdade, exclusão e dominação, moldando profundamente as estruturas sociais e econômicas que ainda são evidentes nos dias de hoje.

Controle de mercado

Como visto nos tópicos anteriores (Racialização e Expropriação) a ocupação colonial como missão civilizatória, construiu narrativas de superioridade e inferioridade entre os grupos sociais propiciando condições para despojar os sujeitos colonizados de suas humanidades e territórios. Em “*Meditações Anti-Cartesianas: Sobre a origem do anti-discurso filosófico da*

Modernidade", Dussel (2015, p. 23) argumenta que, nesse processo, os "corpos coloniais" perdem suas qualidades, tornando-se objetos quantitativos: uma "máquina física", uma "mercadoria quantificada com um preço". Para Quijano (2005, p.118), é a partir dessa intrincada relação que são definidas as novas funções e espaços a serem ocupados dentro da estrutura colonial do trabalho.

A associação entre raça, espaço e controle de mercado foi estabelecida de forma estrutural e reforçada mutuamente, ainda que uma não dependesse necessariamente da outra para existir ou evoluir. Isso resultou na imposição de uma divisão sistemática do trabalho justificado na racialização, onde diferentes grupos étnicos foram designados para funções específicas com base em sua origem étnica.

Os sujeitos que passam a integrar a estrutura colonial de trabalho, sob domínio europeu, são envolvidos em relações de trabalho sem remuneração, como servos ou escravos (QUIJANO, 2005, p. 119). Assim, os produtos e recursos produzidos eram transferidos para a Europa, acarretando a monetização e acúmulo de capital, sobretudo, na parte ocidental desse continente. Para Quijano, esse crescimento do mercado europeu possibilitou o controle do capital comercial e a dominação de outros mercados pré-existentes, como os da China, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo: "E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais" (QUIJANO, 2005, p. 119).

Esse arranjo estabelecido no período colonial, de controle sobre os corpos, espaços e trabalho, configurou as dinâmicas de mercado mundial, bem como o padrão de poder global contemporâneos:

Tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (QUIJANO, 2005, p. 120).

Isto posto, é possível analisar como a dominação colonial não apenas explorou os recursos naturais e humanos das regiões colonizadas, mas também influenciou profundamente a estrutura social, econômica e espacial dessas áreas. No que diz respeito a configuração espacial do controle do trabalho, observa-se como as atividades econômicas organizam o espaço, por exemplo: as áreas colonizadas tendem a ser destinadas à produção de matérias-primas e produtos agrícolas para exportação, enquanto os centros colonizadores geralmente controlam as indústrias e o comércio global.

Para Quijano (2005, p. 120), essas relações determinam a organização do espaço tanto a nível local quanto global. Em outras palavras, a disposição geográfica das diversas formas de

inserção no sistema econômico molda o espaço social conforme a geografia do capitalismo. Desse modo, a configuração do espaço em relação ao controle do trabalho espelha as desigualdades de poder arraigadas no sistema capitalista global, delineando suas hierarquias sociais e econômicas.

1.1.2 Ocupação colonial e assimilação cultural

A partir da análise dos mecanismos coloniais de dominação - como a simplificação das identidades culturais através da racialização, da apropriação dos espaços e territórios e das divisões do trabalho e controle da economia - delineia-se como a Europa começa a se situar no epicentro da ordem mundial a partir do século XVII. Nesse cenário, a colonização europeia estabelece um processo de assimilação cultural que não apenas impõe sua autoridade sobre os sujeitos colonizados, mas molda suas identidades culturais de acordo com os interesses e perspectivas. Segundo Quijano (2005, p.122), a Europa impõe sua própria visão de mundo, suas normas culturais e seu modelo de poder sobre esses indivíduos, incorporando-os ao que ele chama de "sistema-mundo".

É importante informar que o autor também reconhece o desenvolvimento social, político, econômico, cultural e intelectual de cada região que passou pelo processo de colonização. No entanto, identifica o padrão colonial de poder como uma determinação do desenvolvimento interno dessas sociedades. De maneira semelhante, Waisman (2013, p. 45) argumenta que cada região tem uma história cultural única e características que a diferencia das outras. No entanto, compreende que tais características são moldadas por um passado histórico, reconhecendo a “persistência de cordões umbilicais”.

A incorporação ao “sistema-mundo” implicou em um processo de “re-identificação” histórica para as regiões e populações colonizadas. Em outras palavras, elas passaram a ser definidas e reconhecidas de acordo com as categorias impostas pela Europa, como América, África, Ásia e Oceania. Essas categorias geoculturais foram atribuídas a essas regiões e populações a partir da perspectiva europeia, refletindo o poder colonial e a hierarquia global estabelecida (QUIJANO, 2005, p. 121).

O sucesso da Europa Ocidental em se tornar o centro do moderno “sistema-mundo” propiciou o desenvolvimento do etnocentrismo. Este, por sua vez, se define pela tendência de avaliar outras culturas com base nos valores e padrões da própria cultura, considerando-a superior às demais. Mignolo (2018, p.113) salienta que o conhecimento eurocêntrico domina enquanto desmerece a lógica de outras práticas de conhecimento, sistemas de crenças e formas de compreensão. Ao considerarem sua própria cultura como superior e mais civilizada, os colonizadores europeus viam as culturas dos povos colonizados como inferiores e até mesmo primitivas, justificando assim sua subjugação.

Além disso, desenvolveram como estratégia de dominação, a repressão das formas de produção de conhecimento, como: “descobrimientos culturais”, “padrões de produção de sentidos”, “padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” e “universo simbólico” das populações colonizadas (QUIJANO, 2005, p. 121). Isso incluía a proibição de línguas nativas, práticas religiosas e formas de expressão cultural, de modo que essa supressão cultural enfraquecesse a identidade dos sujeitos colonizados, facilitando sua assimilação à cultura colonial. Para Quijano, a repressão foi especialmente profunda sobre as populações indígenas na América, as quais foram relegadas a uma condição de subcultura analfabeta e despojada de sua herança intelectual (2005, p.121). O autor também considera que situação semelhante aconteceu com os africanos escravizados.

O agrupamento e homogeneização das diversas histórias culturais - tanto na América, quanto na África, Ásia e Oceania - em uma perspectiva dominada pela Europa durante a ocupação colonial, resultou na configuração de uma cultura global, intelectual e intersubjetiva que refletia a hegemonia europeia (QUIJANO, 2005, p. 121). Isso implica que o colonialismo também exerceu controle sobre as formas de pensar, as cosmovisões, as identidades culturais e aquilo que era reconhecido como conhecimento legítimo. Em outras palavras, Quijano (2005, p.121) explica que:

Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial o conhecimento, da produção do conhecimento.

A referência de Grosfoguel (2016) acerca do “extrativismo ecológico” ressalta uma interseção entre a exploração dos recursos naturais e a exploração dos saberes locais, apontando para uma dinâmica de dominação que não se restringe apenas aos aspectos econômicos e políticos, de forma que opera desde o “extrativismo econômico” ao “extrativismo epistêmico”. Ao examinar as consequências da colonialidade do poder na emergência de uma “colonialidade do saber”, Castro-Gomez (2005, p. 84) sugere que ambas compartilham uma origem comum, uma “matriz genética”, revelando, também, essa a intrincada ligação entre os sistemas de dominação social, político, econômico, racial e cultural e epistêmica que definem a modernidade colonial. Essa perspectiva sugere que a imposição do poder colonial sobre os territórios colonizados não se limitou apenas à exploração econômica e à subjugação política, mas também se estendeu ao controle dos sistemas de produção de conhecimento e das estruturas cognitivas, definindo um lugar de enunciação a partir de uma “geopolítica do conhecimento” eurocentrada (MIGNOLO, 2020).

1.2 Colonialidade e legados nos campos do conhecimento

Compreender a formação do “sistema-mundo” a partir da matriz de poder colonial possibilita identificar um *locus* de enunciação que emerge no “hemisfério ocidental” (MIGNOLO, 2005, p. 33), ou no espaço “nortatlântico” (LIENUR, 2010). Segundo Mignolo (2020), esse lugar hegemônico ocasiona em uma distribuição desigual de poder no campo do conhecimento – que configura as “geopolíticas do conhecimento” - onde certos centros de produção intelectual assumem uma posição de autoridade e centralidade no campo do conhecimento e tendem a não questionar sua autoridade ao formular teorias e práticas gerais.

A classificação hierárquica do conhecimento tende a manter a marginalização, a subordinação e o apagamento dos conhecimentos e perspectivas das sociedades colonizadas. Isso pode significar que as desigualdades no acesso, na produção e na validação do conhecimento não decorrem necessariamente de diferenças naturais de habilidade ou intelecto entre grupos distintos, mas sim refletem o legado colonial. A extensão do domínio colonial sobre o conhecimento é reconhecida como “colonialidade do saber” (LANDER, 2005, p. 3). Para este autor,

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo [...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Sobre esse deslocamento da própria realidade, Quijano (2005, p.129) sugere, de forma metafórica que, ao examinar a experiência histórica da América Latina sob a ótica eurocentrista, o resultado será uma distorção da realidade. O autor argumenta que o reflexo não é de todo “quimérico”, haja vista as particularidades em comum. No entanto, o continente possui características históricas, políticas, sociais, econômicas, raciais e culturais completamente distintas, as quais não serão refletidas. Além disso, salienta que os sujeitos colonizados foram conscientemente ou não influenciados a aceitar a imagem refletida desse espelho:

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (QUIJANO, 2005, p. 130).

A colonialidade do saber se manifesta tanto sobre as construções epistêmicas (os sistemas de conhecimento), quanto ontológicas (percepções da realidade), configurando as estruturas da realidade dos sujeitos colonizados, bem como a forma que o conhecimento é produzido e validado, tanto ao nível do pensamento, quanto da prática. Isso sugere que, em campos de

produção do conhecimento, práticas educacionais em culturas e espaços que passaram pelo processo colonial podem ser, ainda hoje, influenciadas por essa perspectiva eurocentrada de matriz colonial.

A análise dos sistemas de dominação, baseada nos processos previamente mencionados (racialização, expropriação, controle de mercado e assimilação cultural), permite identificar os impactos deixados pela colonialidade nos domínios epistêmicos e ontológicos. Em outras palavras, assim como a “colonialidade do poder” reconhece os efeitos duradouros do colonialismo, busca-se também reconhecer a persistência dessa mesma influência sobre os saberes. Assim, a identificação dos legados da colonialidade na educação surge como uma proposta desafiadora para superar as estruturas de poder estabelecidas nos campos do conhecimento. Através de uma revisão bibliográfica sobre perspectivas decoloniais nos campos epistemológicos e ontológicos (DUSSEL, 2015; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2017; MIGNOLO; WALSH, 2018; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2013), são identificados os seguintes legados coloniais no campo do conhecimento:

Perspectiva Eurocêntrica: A modernidade, como concebida a partir de uma perspectiva eurocêntrica, aproximadamente desde o início dos anos 90 (QUIJANO, 2005), promoveu a ideia de que o conhecimento científico e racional ocidental era superior a todas as outras formas de conhecimento. Isso levou a uma narrativa de progresso linear, na qual as sociedades ocidentais eram vistas como mais avançadas e civilizadas do que as sociedades não ocidentais.

Hierarquias Epistêmicas: O colonialismo estabeleceu hierarquias epistêmicas (MIGNOLO, 2017) que valorizam o conhecimento produzido pelo colonizador em detrimento das perspectivas e saberes das culturas colonizadas. Isso resultou na marginalização e desvalorização dos sistemas de conhecimento locais, perpetuando a noção hegemônica de formas de conhecimento ocidentais validadas e legítimas.

Extrativismo Epistêmico: O colonialismo muitas vezes envolveu a exploração e a apropriação dos conhecimentos das culturas colonizadas sem o devido reconhecimento ou compensação. Esse processo, conhecido como “extrativismo epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016), resultou na coleta e utilização não consentida de conhecimentos indígenas, tradicionais e locais para benefício do colonizador.

Formação do Cânone Acadêmico: As estruturas acadêmicas, moldadas pela modernidade e pelo colonialismo desde o século passado (NAME, 2023, p. 224), tendem a privilegiar determinados tipos de conhecimento e perspectivas, muitas vezes ignorando ou marginalizando vozes e experiências não alinhadas com a visão dominante (ROZAS-

KRAUSE, 2022). Isso contribui para a reprodução de um cânone acadêmico que reflete e reforça as relações de poder existentes.

Construção de Narrativas Históricas: As implicações da narrativa histórica que centraliza a Europa como único sujeito significativo destacam principalmente como as relações de poder e os silêncios influenciam a construção dessa narrativa (NAME, 2021, p. 4). Em casos em que se reivindica o reconhecimento de saberes afro-latinos e indígenas, por exemplo, Name (2021, p.5) argumenta que tais demandas são frequentemente reduzidas ao essencialismo ou ao revanchismo. Portanto, a interpretação seletiva dos eventos históricos pode ser empregada para legitimar determinadas visões de mundo, fortalecendo noções de superioridade ou legitimidade (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2017; MIGNOLO; WALSH, 2018).

Epistemologias do Sul: Em resposta a essas dinâmicas, surgiram movimentos de resistência e de construção de epistemologias do Sul, que buscam valorizar e legitimar os saberes e as perspectivas das culturas colonizadas e marginalizadas (SANTOS, 2013). Esses movimentos desafiam as hierarquias epistêmicas existentes e buscam criar espaços para uma produção de conhecimento mais inclusiva e diversificada.

O delineamento crítico desse panorama universal e unilinear (MIGNOLO, 2017), ou da racionalidade específica (QUIJANO, 2005), da racionalidade ocidental (GROSFOGUEL, 2016), ou ainda, de uma visão única (LATOUR, 2018) mostra como a construção hegemônica dos saberes - seja pela imposição, ou pelo apagamento - pode perpetuar ao longo do tempo uma visão eurocêntrica dos saberes na educação. Assim, o conhecimento é moldado dentro dos limites impostos pelo espaço que é “disponibilizado” e por uma episteme “oferecida” (DA SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 70).

No contexto educacional, o documentário "*Schooling the World*" (2014) critica a imposição do sistema ocidental sobre culturas tradicionais e colonizadas – como as asiáticas, caribenhas e americanas – argumentando que não existe sistema educacional sem processos de doutrinação (figura 2). Ele levanta preocupações, denunciando que esse tipo de educação pode: desvalorizar o conhecimento e as habilidades ancestrais desses povos; promover valores materialistas e consumistas; desconectar as crianças de sua cultura e estilo de vida. Ao identificar o processo de homogeneização (figura 3) como um dos efeitos dessa imposição, sugere que a padronização dos currículos e métodos de ensino pode ocasionar a perda da própria linguagem, dos valores tradicionais e de suas práticas culturais e formas de conhecimentos específicas.



Figura 2: Doutrinação de crianças. Em suas roupas, sugerem-se as culturas que passaram por esse processo.
Fonte: “Schooling the World 2010” (2014)



Figura 3: Crianças indígenas sob o sistema educacional ocidental. Fonte: “Schooling the World 2010”, 2014

A predominância de uma abordagem universalista hegemônica, no contexto acadêmico, muitas vezes descolada das realidades locais, pode limitar o desenvolvimento de práticas e conhecimentos contextualizados. Em *“Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras”*, Figueiredo e Grosfoguel identificam essas adversidades no ensino das universidades públicas brasileira, argumentando que,

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica. Esta epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários (2007, p. 38).

No caso da América Latina, Quijano (2005) afirma que a lógica eurocêntrica foi incorporada pelos grupos dominantes como a própria cosmovisão, resultado na reprodução do modelo europeu nas estruturas de organização da sociedade, dos saberes e do espaço. Essa dinâmica de dependência no campo das ideias pode se traduzir na dominação de padrões de investigação, ensino e estudo. No entanto, ainda que não impeça completamente a produção de conhecimento divergente à perspectiva dominante, essa relação de dependência dificulta o reconhecimento e o desenvolvimento dessas alternativas, marginalizando-as e limitando seu alcance e impacto (DA SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 72).

Pela ótica decolonial, essa circunstância pode dificultar investigações mais detalhadas sobre as problemáticas locais, sociais e político-territoriais, raciais, econômicas e culturais, deixando de considerar demandas e soluções específicas que poderiam ser estudadas de forma mais aprofundada e diversa.

As estratégias de resistência e desconstrução à “colonialidade do saber” e à centralização eurocêntrica da “geopolítica do conhecimento”, buscam revelar os sistemas de dominação - ou, conforme descrito pela arquiteta e pesquisadora Ramos (2020, p. 155), o “currículo implícito nas instituições universitárias” - juntamente com seus legados sobre os campos específicos do conhecimento. Para isso, segundo a autora, é necessário examinar as dinâmicas de poder presentes nas reflexões epistêmicas e ontológicas que fundamentam as disciplinas. Além disso, como será apresentado no terceiro capítulo, considerar como os sujeitos colonizados/marginalizados geram conhecimento a partir das experiências que atravessam seus cotidianos e produções científicas, representa outra forma de dismantlar e descentralizar a estrutura colonial do conhecimento, promovendo a produção de conhecimento situado/contextualizado (MIGNOLO; WALSH, 2018).

1.3 Contextualização histórica da arquitetura e urbanismo a partir do legado colonial-moderno

Situar a decolonialidade no processo investigativo, permitiu descortinar algumas estruturas de poder arraigadas no passado, denunciando o legado colonial eurocêntrico sobre as dimensões sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais, bem como sobre as dimensões epistemológicas e ontológicas. Mediante essa proposta, compreende-se a dimensão da colonialidade sobre as sínteses intelectuais. Estas envolvem a integração de ideias, teorias, conceitos e perspectivas para formar uma visão abrangente sobre determinado tema ou área de estudo e se expressam de diferentes formas, como teorias, paradigmas, modelos explicativos, narrativas históricas, entre outros. Essas sínteses são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento humano e para a construção do conhecimento em diversas áreas do saber, incluindo a arquitetura e urbanismo.

A partir das interconexões entre colonialismo e processos cognitivos estabelecidos pela colonialidade e modernidade, são delineadas as influências da matriz colonial sobre o desenvolvimento do conhecimento no campo da arquitetura e urbanismo. Essas influências se manifestam tanto na construção disciplinar quanto na produção do espaço. Nesse enquadramento, as formas espaciais são compreendidas através dos conceitos desenvolvidos por Santos (2002, p. 221), que as divide em dois tipos: o espaço racional e racionalizador, dominado pelas técnicas e caracterizado pelo controle dentro das normas da modernidade; e o espaço não dominado.

Portanto, no desenvolvimento desta dissertação, a teoria decolonial não é apenas posicionada como uma lente para o passado. Olhar o passado faz parte do procedimento de pesquisa, a fim de reconhecer a colonialidade e a modernidade enquanto estruturas de poder e ideologias que persistem no tempo e no espaço mesmo após o fim do colonialismo. Isso levou a questionar a existência de polaridades e abordar os desdobramentos dos padrões de poder na elaboração de currículos e na educação contemporânea no campo da arquitetura e urbanismo.

1.3.1 Uma régua para medir o mundo

No campo da arquitetura e urbanismo, as obras consideradas como modelos ou referências foram estabelecidas, predominantemente, através de tratados e livros localizados no centros hegemônicos (NAME, 2021, p. 7). Em “*No se trata del Canon, sino de como se usa*”, Zein (2023, p.38-41) sugere que essa seleção propõe uma perspectiva totalizante da história da arquitetura, criando critérios para identificar o que é legitimamente arquitetura dentro de um conjunto de obras restritos a Europa Central. Essa conduta, para além de refletir valores e orientações deslocados e tendenciosos, também evidencia as dinâmicas de poder que envolvem a história e a produção da arquitetura.

Conforme aponta a arquiteta, pesquisadora e professora Zein (2023), a formação dos paradigmas científicos - ou dos cânones⁶ - é um processo complexo que transcende a mera busca pela objetividade e imparcialidade, portanto, não ocorrem no vazio; diversamente, são influenciados por fatores políticos, disputas de poder e por disputas acadêmicas. Para ela, a consolidação canônica ocorre devido a uma interação de várias forças sociais, econômicas, culturais e políticas que se reúnem em um lugar e momento específicos (2023, p.39). Embora seja possível identificar a persistência dessa situação, Zein (2023, p.41) destaca que as estruturas e ideologias que promovem estes aspectos podem ser pouco evidentes, de modo que a elaboração dos “paradigmas” ou “cânones” apresenta contradições: Se por um

⁶ Em seu artigo “*No se trata del Canon, sino de como se usa*” (2023), Ruth Verde examina os cânones na arquitetura a partir de uma analogia “à ideia de ‘paradigma’ ou ‘paradigma científico’”.

lado operam como discursos “naturalizados” que assumem o direito de serem aceitos como verdadeiros e importantes sem necessidade de justificativa, por outro, constituem uma espécie de “característica oculta, nunca expondo por quem, ou segundo quais poderes explícitos o ‘*status* canônico’ foi concedido” (2023, p.42).

De modo geral, o delineamento de modelos e referências auxiliam na estruturação disciplinar e apresentam uma base sólida para o desenvolvimento da própria prática, podendo controlar incertezas e propiciar confiança, portanto suas contribuições podem ser muito positivas (ZEIN, 2023, p. 38). Não obstante, esses referenciais podem ser prejudiciais, pois limitam a compreensão das complexidades que a disciplina abrange, como a “variedade e vastidão de realizações arquitetônicas e urbanas em todo o mundo”; além disso “[...] definem fronteiras que se baseiam em outras realidades e reduzem as nossas a uma miragem ou, pior ainda, a uma distorção”, de modo se perde a oportunidade de “continuar aprendendo, tanto com suas qualidades quanto com seus erros” (ZEIN, 2023, p. 38–41).

Ao concentrar-se em ideias, conceitos, métodos, ferramentas, histórias, narrativas e formas específicas, os paradigmas – cânones – que compõem a base do referencial teórico e prático, vão sendo forjados na exclusão (ZEIN, 2023, p. 38). Essa exclusão é evidente no campo da arquitetura e urbanismo, onde é possível observar uma tendência de valorização em excessiva de perspectivas, narrativas, cânones e epistemologias hierárquicas eurocêntricas e norte-americanas, em detrimento das outras culturas e regiões do mundo (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018, p. 78). Embora essa circunstância seja vista como problemática, estudos revelam que tanto arquitetos quanto professores – dentro de seus campos de atuação – endossam essa postura, reforçando implicitamente a validação desse referencial no ensino e na prática (NAME; MOASSAB, 2020b, 2020a; ZEIN, 2020, 2023).

Frente a essa realidade, conforme observado por Zein (2023, p.38), a crítica ao referencial canônico se faz essencial porque destaca como essa exclusão impacta negativamente a educação e a prática arquitetônica globalmente, sobretudo “[...] no hemisfério sul, onde, por razões óbvias, representa um prejuízo ainda maior”.

Segundo Aravecchia-Botas (2018, p.78-79), em sua publicação “*O pensamento decolonial: Caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina*”, em instituições brasileiras de ensino de arquitetura e urbanismo, personagens e movimentos europeus e norte-americanos ainda recebem prioridade. Para a arquiteta, a naturalização pouco crítica da abordagem cronológica embasada em conceitos instrumentais e em correntes europeias - como renascimento, barroco, neoclassicismo, ecletismo e modernismo - corrobora com uma ideia da história da arquitetura universal que evolui de um “ponto zero” que não corresponde à realidade histórica global, nem local. Waisman (2013, p.58-59) indica que uma “análise

superficial da história” tanto europeia quanto latina, revela que os repertórios estilísticos ou sintáticos não são aplicáveis à determinação temporal da arquitetura no continente latino-americano, e, portanto, no Brasil:

Na verdade, na América Latina não ocorreu um desenvolvimento estilístico coerente, ou que permita descobrir uma continuidade nas ideias arquitetônicas, pois, ao longo dos séculos, a arquitetura baseou-se em ideias transculturais que foram interpretadas, modificadas ou transformadas de acordo com circunstâncias histórico-cultural-tecnológicas locais.

Em “*Desobediência projetiva? Esboço para o ensino de arquitetura*”, Name (2023, p.224) informa que a idealização da arquitetura a partir de uma origem europeia, começando com a cultura grega e alcançando o renascimento europeu como o ápice da civilização moderno-ocidental nas ciências, nas artes e em humanidades, omite as influências egípcias e islâmicas, por exemplo. Para Aravecchia-Botas (2018), Name (2020, 2023) e Zein (2021, 2023), essa prática reproduz uma visão de mundo que marginaliza e subestima as contribuições de outras culturas e regiões no desenvolvimento do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. Nesse contexto, recorda-se argumento posto pela arquiteta e escritora Waisman (2013, p. 75), sugerindo que “de um modo mais ou menos explícito, os mecanismos do poder orientaram, possibilitaram ou impediram a produção da arquitetura – ou de certas arquiteturas”.

A representação da “árvore da arquitetura” (Figura 4), por Bannister Fletcher em “*A History of Architecture*” (1924), é simbólica ao delinear uma linhagem da arquitetura até o renascimento - desde arquitetura egípcia e grega, variando entre os estilos italiano, francês, anglo-saxão, germânico e espanhol, belga e escocês dos séculos XVIII e XIX - dentro de uma condição de cultura predominantemente ocidental. Outras arquiteturas, como a Hindu, Persa, Turca, Árabe, entre outras, são deliberadamente configuradas como “*The non-historical styles*” (FLETCHER, 1924, p. 14) e despojadas de qualquer implicação na história da arquitetura.

A árvore da arquitetura, portanto, ilustra uma construção epistêmica hierárquica de matriz colonial, onde a arquitetura euro-americana é posta no topo, ao mesmo tempo que estilos arquitetônicos das colônias e até de regiões não colonizadas são relegados a posições inferiores ou simplesmente ignorados. Segundo Bozdogan (1999, p. 208), a árvore se estabelece como um paradigma dominante - em outras palavras, forma-se um cânone acadêmico - em investigações arquitetônicas, assegurando uma narrativa de singularidade, continuidade e desenvolvimento interno à trajetória da arquitetura ocidental, enquanto relega ou exclui as contribuições das tradições arquitetônicas não europeias.

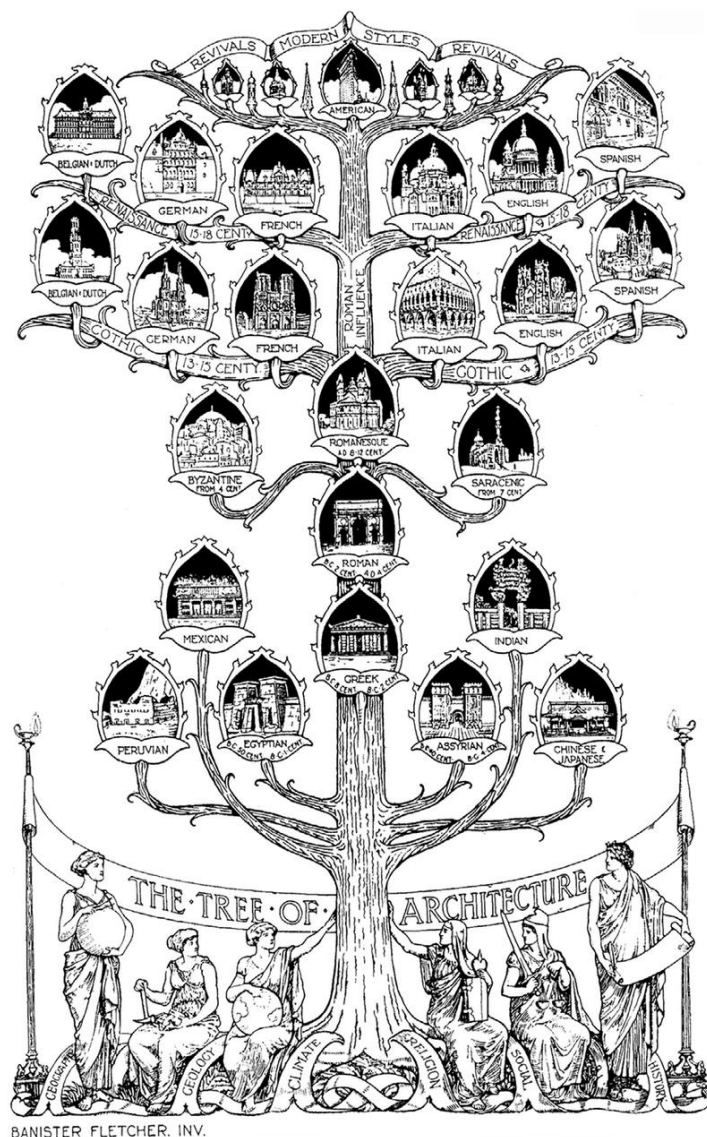


Figura 4: A representação da "Árvore da Arquitetura". Fonte: Fletcher (1924)

Em sentido oposto à Fletcher (1924), Kostof (1985) propõe uma abordagem considerada “pioneira” por críticos de sua publicação (1987). Nesta, o historiador de arquitetura reconhece as lacunas em torno das classificações estilísticas das formas arquitetônicas e destaca a negligência do debate historiográfico acerca das arquiteturas e espaços não-ocidentais. Nesse sentido, o estudo de Kostof é visto como um recurso proveitoso na busca por uma transformação do paradigma eurocêntrico na construção da história da arquitetura.

O livro *“A History of Architecture: Settings and Rituals”* (KOSTOF, 1985) representa uma base frutífera para reavaliar a maneira como a história da arquitetura é produzida, pois marca uma mudança significativa de paradigma em comparação com os textos tradicionais eurocêntricos. Ele se propõe a desafiar as narrativas convencionais à medida que busca reconhecer e

valorizar arquiteturas e espaços não-ocidentais, ampliando assim o escopo e a perspectiva da disciplina.

Nessa trajetória de expansão do cânone dominante, Kostof (1985, 1995) se dispõe a escrever um livro sobre história da arquitetura mundial adotando uma abordagem comparativa, destacando as diferenças entre as diversas formas arquitetônicas. Embora essa prática não seja necessariamente problemática, sua investigação das arquiteturas não ocidentais muitas vezes são “reduzidas” a partir de comparações interculturais anacrônicas e inadequadas, seja em termos de tempo ou de forma (PYLA, 1999). Além disso, ao negligenciar os contextos sociais e analisar a arquitetura apenas através das lentes tradicionais da arquitetura ocidental, ele deixa de considerar importantes fatores que contribuem para as formas territoriais e espaciais em outras culturas.

Uma das comparações feitas por Kostof, é entre Florença e Cairo, onde o autor aborda os processos sociais que influenciaram sua formação urbana desta última ao longo do século XIII (1985, p.363-368). Ao contrapor os planos das cidades medievais europeias, o autor explica a escassez de espaço público no Cairo como um resultado da estrutura social. No entanto, sua compreensão de espaço público difere da compreensão islâmica do Cairo, simbolizada na forma das mesquitas (Figura 5) e não nas ruas medievais.

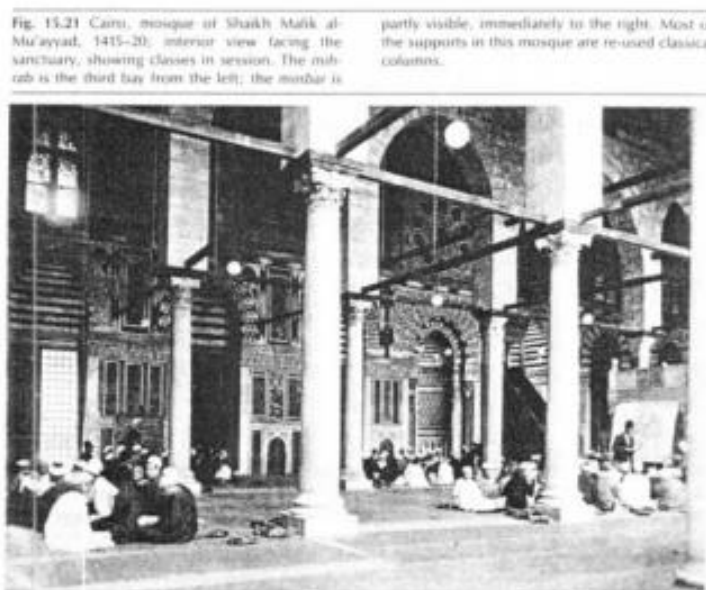


Figura 5: The Mosque of Sultan al-Mu'ayyad. Fonte: Kostof (1995, p.368)

Em outra comparação posta, o autor sugere a existência de contatos entre Istambul e Florença a partir de elementos renascentistas que inspiraram a arquitetura otomana. Para isto, ele compara lado a lado o “Ospedale degli Innocenti” (Figura 6a) projetado por Brunelleschi (1419) ao “The Complex of Sultan Bayezid II” (Figura 6b) projetado por Mimar Hayruddin (1484), exemplificando como este último possui uma “pureza Brunelleschiana” (KOSTOF, 1985, p. 217). No entanto, apesar de sua rejeição aos paradigmas tradicionais, Kostof mantém a tendência de utilizar a arquitetura ocidental como padrão de qualidade arquitetônica.

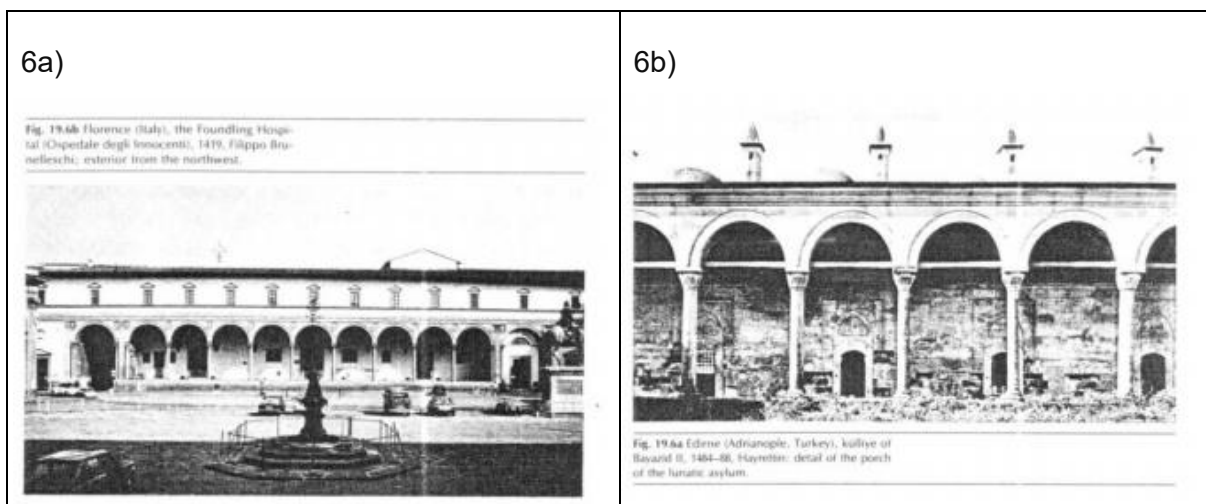


Figura 6: a) Ospedale degli Innocenti e b) The Complex of Sultan Bayezid II. Fonte: Kostoff (1985, p.457)

A abordagem acerca das qualidades da arquitetura e do espaço, se restringiu às possíveis comparações estabelecidas pelo autor (PYLA, 1999). Estas comparações situadas de modo deslocado de alguns aspectos religiosos, sociais, políticos, econômicos e culturais, não reconhecem como estes elementos – analisados localmente – são fundamentais nas construções das formas arquitetônicas e espaciais dos territórios. Dessa forma, o estudo de Kostof (1985) acaba reproduzindo paradigma que havia desafiado, “tendo reduzido seu escopo a uma revisão das obras de grandes mestres”, algo que foi reconhecido na segunda edição publicada em 1995.

As obras de Fletcher (1924) e Kostof (1985, 1995) apresentam atributos significativos no ensino e aprendizado da arquitetura, como a organização sistemática dos conteúdos e a conexões interculturais. No entanto, a leitura destas obras através de lentes decoloniais, possibilitou a identificação do legado colonial no campo do conhecimento (delineados no tópico 1.2). Estes incluem: a própria “perspectiva eurocêntrica” da evolução da arquitetura estabelecendo-a como o “cânone acadêmico”; a “construção das narrativas históricas” que partem da centralização do mundo ocidental como ponto de partida para a formação cultural de outras civilizações; o “extrativismo epistêmico” caracterizado por uma prática de apropriação seletiva e desigual de conhecimentos e saberes, privilegiando certos grupos ou regiões foram em detrimento de outros; a estruturação epistêmica hierarquizada promovida por meio de comparações síncronas ou reducionistas, que por sua vez, tanto de modo autônomo ou correlacionada aos outros aspectos mencionados, garante a manutenção da uma visão canônica da história da arquitetura e do espaço.

Isso explica porque livros como os de Fletcher (1921) e Kostof (1985, 1995), ao apresentarem detalhamentos e certa abrangência, transmitem autoridade e confiabilidade para “aprender

sobre qualquer assunto” (ZEIN, 2023, p. 43). Para Zein, o uso desse referencial de modo “acrítico”, sem questionar sua abordagem ou perspectiva, pode levar a internalização e normalização de um “reducionismo presunçoso” que essas obras podem transmitir (2023, p.43). Isso significa que, majoritariamente, aceita-se passivamente uma visão simplificada e muitas vezes distorcida do conhecimento, da diversidade e da complexidade cultural do mundo. Portanto, conforme a autora, o estudos gerais em quaisquer disciplinas não são neutros, diversamente, configuram-se como dispositivos de controle do conhecimento (ZEIN, 2023, p. 43). Como visto anteriormente, essa dinâmica pode ser reconhecida como colonialidade do saber.

Na arquitetura e urbanismo, a consolidação desse panorama se deve ao fato de que o referencial baseado em paradigmas canônicos, ao longo do tempo, tende a se tornar inflexível e a rejeitar qualquer conhecimento que questione seus princípios estabelecidos: “Ao contrário da ciência, as comunidades profissionais de arquitetura não consideram os relatos canônicos como muletas temporárias”, de modo que “[...] historicamente, foi-lhes atribuído um papel regulador, quase sobrenatural: nada se espera ou se aprecia que mude, nem agora nem nunca” (ZEIN, 2023, p. 41).

Essa base de privilégios e exclusões na qual o referencial canônico se estrutura, apresenta uma significativa inércia, uma vez que ainda continua a dominar a arquitetura e urbanismo (ZEIN, 2020). Em “*O vazio significativo do cânone*”⁷ Zein (2020) evidencia que mesmo a documentação sistemática de uma arquitetura não reconhecida por este campo do conhecimento, não é suficiente para desafiar a constituição canônica da disciplina. Seus argumentos sugerem a dominação e o “fascínio” pelo cânone anestesia as possibilidades de contraposição, como é o caso da construção narrativa da arquitetura moderna brasileira:

Embora procurando afirmar a sua particularidade, não se distanciou nem se isolou da outra (também recentemente construída) narrativa, mais forte e prestes a ser hegemônica e autoproclamada “universal” da arquitetura moderna de origem norte-europeia (ZEIN, 2020, S.p.).

Assim, apesar de seu desenvolvimento consideravelmente autônomo, protagonistas da Arquitetura Moderna Brasileira, como Lúcio Costa, evitaram confrontar o cânone estabelecido (ZEIN, 2020). Em vez disso, buscaram, por exemplo, legitimar a arquitetura moderna brasileira e garantir sua posição entre seus pares sem desafiar as fronteiras de “autenticidade”, “exclusividade e primazia” delimitadas em um panorama social e econômico europeu (ZEIN, 2020).

⁷ Publicado originalmente como “*The Meaningful Emptiness of the Canon*” na revista VIRUS em 2020. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=1&lang=en>.

1.3.2 Elaboraões e distorções conceituais

A ideia de “colonialidade do saber” pode ser retomada a partir desse entrelaçamento entre os elementos de poder - identificados pela colonialidade - e a construção do conhecimento. São observados como as relações de poder não apenas influenciam as perspectivas do escritor/pesquisador, a formação das ideias, as teorias e os conceitos, mas como elas se perpetuam na práticas investigativas e, possivelmente, educacionais e profissionais.

Por esse ângulo é possível inferir que essa estrutura influencia as decisões de pesquisas. Em um contexto colonialista e imperialista de produção do conhecimento, Zein (2023, p. 43) argumenta que o saber é “processado”, “hierarquizado” e “organizado”, apresentando uma perspectiva objetiva e científica. A autora sugere que a educação é um fenômeno condicionado, em que os sujeitos são ensinados a acreditar que o referencial contido em tratados e livros é a maneira “civilizada” de lidar com as complexidades do mundo natural e da humanidade. No entanto, deslocados de suas origens, podem ocasionar em distorção histórica.

Essa mecânica pode ser entendida pela estreita relação entre o processo prático-reflexivo e a realidade histórica durante a elaboração dos conceitos (WAISMAN, 2013, p. 39). A autora descortina a existência de um conjunto de valores subjacentes - mais ou menos explícitos - dentro das práticas e reflexões no campo da arquitetura. *A priori*, a prática concede os objetos a serem refletidos, ao passo que a reflexão concede a base conceitual que orientará a prática. Para Waisman tanto na prática, quanto na reflexão, existem conceitos previamente embasados em circunstâncias e valores de uma realidade histórica específica, argumento que refuta a ideia de neutralidade conceitual:

Os conceitos instrumentais, portanto, não são neutros. Por um lado, seu processo de elaboração impregnou-os de pautas culturais da realidade onde foram formados; por outro lado, o operador - ou os sucessivos operadores - impregnará, igualmente, com sua própria escala de valores, relacionada, sem dúvida, com a realidade histórica na qual intervêm (2013, p.42).

Waisman (2013, p.41) aborda a distorção na relação entre a realidade histórica e a elaboração de conceitos, especialmente em países que não estão no centro das principais produções intelectuais. O problema reside no fato de que os conceitos utilizados para entender e interpretar a realidade muitas vezes são desenvolvidos com base em experiências e perspectivas dos países centrais – ou “civilizados”, podendo levar uma compreensão inadequada ou simplificada da complexidade das realidades locais. Isso cria uma assimetria no processo de produção de conhecimento e uma desigualdade na “geopolítica do conhecimento”, onde as vozes e experiências dos países periféricos são subjugadas ou negligenciadas em favor das perspectivas dominantes. Essa distorção pode impactar

negativamente a capacidade de compreender os desafios e as dinâmicas sociais, culturais e políticas desses países, dificultando a formulação de soluções eficazes e contextualizadas para os problemas enfrentados por essas comunidades.

Como apresentado neste capítulo, ao longo da história, o estabelecimento de critérios centrais, especialmente de origem europeia, foi utilizado para validar ou não arquiteturas. Segundo Waisman (2013, p.44), essa “escala de categorias eurocêntricas” definiu a arquitetura latino-americana como “cidadão de segunda classe” na história global da arte. Além disso, uma parcela considerável das narrativas sobre a história da arquitetura é construída como se esse continente fosse uma extensão da vanguarda europeia espalhada pelo oceano atlântico. Waisman destaca de modo contundente como, historicamente, o padrão de poder alienou contribuições fora da centralidade geopolítica do conhecimento:

Enquanto o centro manteve sua força, os povos da América Latina apareceram necessariamente como marginais no sistema de produção cultural da arquitetura. Uma escala de valores não declarada, porém aceita, colocava - e em boa parte ainda coloca - no plano mais alto as produções de certos países considerados centrais, escala que se afirma e prolonga graças à atitude de epígonos⁸ que assumem, em sua grande maioria, os produtores latino-americanos (WAISMAN, 2013, p. 86).

A compreensão e elaboração de produções marginalizadas ao longo do tempo, por meio de arquétipos deslocados – ou não situados – pode levar a supressão, redução e simplificação destas formas culturais e dos problemas locais. Portanto, a persistência em aderir a estilos dominantes e a aspirações universalizantes, reflete em certos sentidos, uma maneira limitada das perspectivas e narrativas de sujeitos localizados em contextos geopolíticos hegemônicos do conhecimento.

Essa influência sutil, mas abrangente, dos paradigmas canônicos é possível devido à sua “virtual invisibilidade” (ZEIN, 2020). Para Zein (2020), o cânone está tão enraizado em práticas e concepções, que muitas vezes sua presença não é percebida, resultando em uma conformação de seus padrões e limitações sem questionamento. Para a arquiteta e pesquisadora, reconhecer a existência do cânone como uma estrutura que molda a compreensão da disciplina é o primeiro passo para desafiá-lo e buscar uma elaboração mais ampla, diversa e democrática:

O que deve ser feito, para promover uma mudança profunda, é encontrar formas de reconsiderar o que é ou o que pode ser considerado “significativo”. Isto só será possível desvendando as tramas e valores ocultos que enraízam

⁸ Epígonos se referem a: 1) Imitador de um artista importante ou pensador de grande notabilidade de uma geração mais antiga. 2) Continuidor de um filósofo, músico, artista, literário etc. da geração anterior. 3) Que pertence à geração seguinte (“Dicionário Michaelis On-line”, 2024).

e sustentam os atuais discursos canônicos (ZEIN, 2020).

1.3.3 Práticas e confrontos disciplinares no contexto brasileiro

A criação de um cânone, ou seja, o estabelecimento de um conjunto de obras ou ideias consideradas exemplares e dignas de admiração em um determinado campo, para Zein (2020), é como erguer um monumento que se autoafirma e resiste ao tempo. Em outras palavras, “[...] o cânone estabelecido não apenas pressiona para a sua própria perpetuação, mas também estimula novas gerações a desejarem fazer parte de uma tradição fabricada, porém cativante” (ZEIN, 2020, S.p.). Embora exista a compreensão de que os contextos e as práticas se transformam ao longo do tempo e no espaço, a ligação com princípios e ideais tradicionais mantém a continuidade de paradigmas e cânones.

No Brasil, os estudos de Aravecchia-Botas (2018), Name (2023) e Zein (2023) destacam que essa estrutura histórica dominante, de modo geral, deixou marcas profundas no sistema educacional brasileiro. Especificamente, marcas na construção da narrativa histórica da arquitetura nacional, no delineamento de paradigmas, nas formações canônicas e no planejamento pedagógico. O problema da influência dessa narrativa imperialista (ZEIN, 2020) e colonial, é a padronização de conceitos e práticas para avaliar, definir e construir no espaço, ofuscando a diversidade cultural e espacial do local.

As universidades brasileiras, influenciadas pelas academias da França e da Alemanha no início do século passado, se estabeleceram como reproduções do modelo europeu, tanto em seus currículos quanto na formação de docentes até o momento presente (NAME, 2023, p. 224). Assim, as disciplinas consideradas gerais e essenciais na formação tendem a manter o eurocentrismo em seus tópicos, metodologias e bibliografias.

Embora exista grande avanço nos processos reflexivos e práticos no sentido de desconstruir as construções narrativas e as hierarquias epistêmicas centradas em cânones do norte-global, o processo de ensino e aprendizagem no campo da arquitetura e urbanismo, ainda é estruturado dentro de uma construção “universal” do conhecimento e “neutra” dos conceitos, frequentemente descolada das questões cotidianas e realidades históricas (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018, p. 78).

A universalidade, como já comentado, refere-se à convergência em torno de práticas e valores que ocupam uma posição supostamente aplicável e válida em quaisquer culturas, contextos lugares, situações e pessoas. Ela não apenas estabelece um foco de discurso, mas também sugere uma predominância de pensamento, uma corrente principal nas formas de conceber, realizar e publicar a produção arquitetônica de uma determinada região.

É possível identificar como essa dinâmica convergiu tanto na teoria quanto na prática desse campo disciplinar, sendo organizado no Brasil desde o século XX sob a influência do modernismo e do modelo de produção industrializada inspirada na Bauhaus (NAME; MOASSAB, 2020a, p. 43). Atualmente, no bacharelado em arquitetura e urbanismo, referenciais teóricos acerca do espaço, das formas e dos métodos, ainda possuem influência da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (NAME, 2023, p. 224).

Um exemplo prático dessa influência na construção de uma arquitetura local é ilustrado pela trajetória da arquitetura moderna brasileira. De acordo com Zein (2020), a narrativa e o cânone da arquitetura moderna brasileira, a princípio, são construídos a partir do auto-reconhecimento e da auto-valorização de sua existência como um fenômeno de importância significativa. No entanto, essa narrativa consagrada apresenta aspectos paradoxais: por um lado, almeja ser reconhecida por suas características específicas e autonomia; por outro lado, busca ser reconhecida como "moderna" aspirando integrar uma postura universal mais ampla (ZEIN, 2020). Além disso, o estudo acerca da modernidade arquitetônica revela que esta é concebida como uma condição de existência a contextos de centralidade econômica, exilando - inclusive a arquitetura moderna brasileira - "todas as outras situações inconformes a categorias aberrantes, para serem consideradas, na melhor das hipóteses, como casos curiosos, secundários e não merecedores" (ZEIN, 2020).

Portanto, apesar da busca por autonomia e singularidade, a arquitetura moderna brasileira ainda está sujeita a padrões e exigências impostos por estruturas econômicas globais, o que contradiz a noção de autonomia e liberdade criativa. Assim, o paradoxo está na tentativa de conciliar a identidade nacional com a dependência de um contexto econômico globalizado, que muitas vezes subordina as expressões locais a padrões e normas impostos de fora. A aceitação acrítica desse enredo, conforme discutido por Zein (2020), deriva de um "fascínio" que leva à normalização dessa situação como algo intrínseco e inquestionável, "[...] de tal forma que mal percebemos como isso não é nada natural, e como se baseou num mecanismo estrutural que favoreceu alguns e excluiu quase todos os outros". De maneira análoga, no ensaio "*A black box*", publicado no fim do século passado, o crítico de arquitetura e arquiteto Banham argumenta que, "a aceitação orgulhosa, mas não admitida, da arquitetura deste livros de regras paroquial só pode parecer uma limitação incapacitante ao poder da construção de servir a humanidade" (1990, p.25).

Apesar das críticas contundentes às influências hegemônicas sobre os contextos locais, Zein (2020) reconhece a importância do modernismo, assim como Moassab e Name (2020, p.43) reconhecem a importância indiscutível da Bauhaus na produção arquitetônica. Portanto, pelas palavras de Waisman (2013, p.41): "É evidente que o acervo de conhecimentos e conceitos

acumulados ao longo do tempo está longe de ser inútil”. O intuito não é desmerecer quaisquer conhecimentos, mas, como colocado por Zein (2020) é “ser contra algumas crenças, incrustadas no ensino e na prática da arquitetura, que podem ter dificultado o caminho para uma mudança de perspectiva sobre o assunto”.

O escopo se volta à construção de abordagens contemporâneas de maneira crítica, reconhecendo que ferramentas de análise e produção desenvolvidas em contextos culturais específicos – aplicadas em culturas diferentes – podem resultar em distorções e inadequações, como no contexto situado brasileiro. Isso pode acontecer porque tais ferramentas podem não levar em consideração as nuances, valores e dinâmicas sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais únicas do novo contexto, como justificado por Waisman (2013, p.139):

[...] se utilizamos instrumentos surgidos e refinados em relação a uma realidade diferente daquela que pretendemos conhecer, é quase certo que, em vez de revelar os problemas reais, eles permaneçam escondidos, e problemas fictícios sejam “descobertos”, problemas próprios das culturas originárias dos instrumentos em questão.

Nessa prática, o deslocamento das ferramentas da sua realidade de origem transforma-se o processo em “esquema vazio” (WAISMAN, 2013, p. 139). Além disso, Moassab e Name (2020, p.13) alertam que teorias e práticas desenvolvidas pela cultura europeia, ao surgirem para resolver problemas locais específicos e, posteriormente, serem aplicadas em contextos coloniais – desconsiderando os problemas locais – promoveram os interesses de minorias privilegiadas em detrimento de outras, favorecendo a hegemonia do Norte Global sobre o Sul Global. Portanto, o fortalecimento de construções conceituais e metodológicas pautadas nessas erudições não é imprevisto. Marginalizar a diversidade de saberes, estéticas e práticas culturais, é uma estratégia colonial secular que pode viabilizar a institucionalização de estruturas hierárquicas no campo do conhecimento, utilizando-se do epistemicídio⁹ como mecanismo de dominação.

Este conflito estabelecido entre as condições universais e locais no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, indica a persistência do colonialismo ao longo do tempo, mantendo a desconexão das realidades históricas, físicas e culturais específicas. Segundo Waisman (2013, p.89-90) o deslocamento das ideologias arquitetônicas pode também resultar na perda de sua natureza dinâmica e participativa. Assim, em vez de refletirem debates complexos e contínuos sobre propostas e soluções, essas ideologias são percebidas ou apresentadas

⁹ Segundo Sueli Carneiro, epistemicídio é um processo de “negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade, assim como pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso (CARNEIRO, 2014).

como “sistemas fechados”, “de valor universal” e “definitivo”. Nesse processo, a conexão entre prática e reflexão, essencial para a formulação teórica, é negligenciada. No entanto, para a autora, são precisamente essas práticas reflexivas que moldam o arquiteto desde sua formação acadêmica até sua atuação profissional (WAISMAN, 2013, p. 39).

Acervo Teórico-Prático

Em outro contexto, trazendo ao debate questões sobre linguagem padrão e o “modo architectom¹⁰” de projetar, Banham (1990, p. 24) distingue a arquitetura não pelo que se projeta “já que, nos seus bons dias, o mundo inteiro pode fazer melhor”, mas como se projeta. Para o autor, essa situação tem origem na “formação de atitude” do arquiteto na academia, revelando não apenas o “sistema de valores” em que os arquitetos projetam, “mas a estreiteza desse sistema”. Por sua vez, Madanipour (2013) sugere que a institucionalização e a consolidação dos discursos teóricos e práticos na academia podem resultar na formação de “sistemas fechados” de conhecimento. Estes argumentos podem ser correlacionados ao de Quijano (2005), no qual autor revela que a internalização de valores, perspectivas e formas de pensar oriundos da Europa se tornaram tão entranhados nas estruturas sociais e intelectuais – em sistemas fechados – que passaram a moldar não apenas a organização da sociedade, mas também os sistemas de conhecimento, os métodos de investigação, os currículos educacionais, as práticas de estudo e a concepção do espaço.

Os autores mencionados acima refletem sobre o acervo teórico e prático, bem como a mentalidade cultivada durante o processo de formação dos arquitetos e urbanistas. Para eles, esses sistemas estabelecem padrões rígidos de pensamento e prática, o que pode levar a bloqueios significativos e efeitos limitantes que moldam as ações dos membros dessa disciplina:

A produção e aquisição de conhecimento é um processo social, inserido em um contexto social e conduzido por pessoas que internalizaram modos particulares de pensar e se comportar [...] Os cientistas são socializados de forma que, por meio da semelhança de sua educação, instituições profissionais e literatura científica, eles se tornam membros de uma comunidade com seu senso de identidade e propósito (MADANIPOUR, 2013, p. 378).

De modo geral, o conjunto teórico e prático de referências – orientado por um sistemas de valores (BANHAM, 1990) - desempenha um papel fundamental na evolução das competências e na expansão do repertório desses profissionais. Isso lhes permite

¹⁰ Banham define “*architectom*” como o modo de projetar orientado por uma maneira praticada na Europa desde o Renascimento.

desenvolver uma compreensão mais profunda dos princípios subjacentes à prática arquitetônica, que vão desde a resolução de problemas espaciais e funcionais até considerações estéticas e aspectos culturais e sociais. Portanto, o acervo de referências pode servir como uma base na qual se pode aprender lições metodológicas, reflexivas, bem como estimular a criatividade e promover a contextualização cultural e uma consciência histórica.

Frente aos argumentos apresentados, observa-se a importância e as consequências do acervo referencial como base de aprendizado e formação profissional. Em vista disso, Waisman (2013) destaca algumas repercussões a serem enfrentadas na disseminação desse conteúdo no mundo contemporâneo. Para a autora, as condições de divulgação das produções teóricas e práticas, juntamente com a mudança nas dinâmicas de poder entre as nações, têm repercussões significativas (2013, p.89).

A primeira se refere aos efeitos adversos do poder da informação, evidenciados pela tendência ao reducionismo na apresentação e disseminação da arquitetura ao ser retratada de forma bidimensional e destacada de seu contexto completo, deixando de fora sua “riqueza espacial, material, sonora, ambiental etc” (2019, p.89). Estar imerso como parte da existência material da arquitetura, segundo Pallasmaa, amplia a capacidade de aprendizado, uma vez que, ao integrar o corpo à experiência arquitetônica, é possível imprimir a própria individualidade nesse espaço, tornando-o “o próprio local de referência, memória, imaginação e integração” (2011, p. 11).

A segunda repercussão se refere ao “efeito perverso” causado pelo desequilíbrio na qualidade e quantidade de informação emitida e difundida pelos países centrais em comparação com os “periféricos”, contribuindo para um cenário de desinformação. Estes últimos, por sua vez, encontram-se enraizados relações complexas, incluindo a persistência de um sistema de comunicações moldado pela era colonial, “o qual, depois de quase dois séculos de independência política [...] continua privilegiando as relações entre antigas colônias e metrópoles e dificultando o intercâmbio das colônias entre si” (WAISMAN, 2013, p. 89).

O debate sobre a influência do referencial teórico e prático na arquitetura e urbanismo revela uma série de complexidades que permeiam a disciplina. Perspectivas críticas sugerem que a construção desse acervo de referências está impregnada de “conotações geográficas”, sugerindo que as influências culturais e históricas específicas de determinadas regiões moldam profundamente esse processo (ZEIN, 2023, p.39). Além disso, conforme observado por Banham (1990, p.23), o “sistema de valores” subjacente a esse acervo reflete o prestígio cultural atribuído a uma abordagem arquitetônica específica, frequentemente associada à “civilização ocidental”. Essa associação sugere uma hierarquia de conhecimento e prática

associada à colonialidade – os “sistemas fechados” – que continuam a influenciar a produção, disseminação e valoração do conhecimento arquitetônico e urbanístico.

Prática profissional

Nesse emaranhado de alienação do próprio trabalho intelectual, que inclui o descolamento de questões cotidianas e da realidade histórica, bem como a excessiva preocupação formal, muitas vezes com enfoque “belartista”, Aravecchia (2018, p. 79) destaca outros problemas, como a especialização dos saberes em “planejadores” e “arquitetos de edificação”, e a divisão entre projeto e canteiro de obras. Segundo a professora e pesquisadora em arquitetura e urbanismo Baltazar (2020), a partir do renascimento, emerge um processo de trabalho que consolida a arquitetura como um campo distinto e estabelece o arquiteto como um profissional especializado. Nesse período, separa-se o trabalho intelectual e o trabalho braçal na produção dos espaços:

A arquitetura nasce para representar o poder, e não para lidar com o cotidiano. Ao arquiteto é demandado o trabalho intelectual abstrato da representação do poder na forma de projeto (e eventualmente na construção do edifício), que pouco tangencia as demandas ordinárias da vida cotidiana (BALTAZAR, 2020, p. 536).

Essa dinâmica conduziu a uma crescente interiorização dentro do campo disciplinar, onde há uma ênfase cada vez maior na ação individual, com a predominância da “figura estelar” (MONTANER; MUXÍ, 2019, p. 52). A separação entre o campo disciplinar e o espaço social também pode influenciar de maneira significativa a formação dos profissionais. Além dessa divisão intelectual, também tem sido observada uma divisão espacial entre centro e periferia no contexto de produção e atuação da arquitetura e urbanismo.

No caso da fragmentação da cidade contemporânea, Zein (2020) identifica uma condição inevitável a existência das centralidades econômicas: a periferia “atrasada”. Em outras palavras, a autora afirma que “[...] para que tal centralidade exista, deve haver desigualdade e desequilíbrio noutros lados”. A canção “Cidadão”, composta por Zé Ramalho em 1992, ilustra o cenário de divisão intelectual e espacial na produção do espaço que permeia a arquitetura e urbanismo:

"Tá vendo aquele edifício, moço?	E me diz, desconfiado Tu 'tá aí admirado	E na maioria das casas Eu também não posso
Ajudei a levantar	Ou 'tá querendo roubar?	entrar
Foi um tempo de aflição	[...]	Fui eu quem criou a terra
Era quatro condução	Rapaz deixe de tolice	Enchi o rio, fiz a serra
Duas pra ir, duas pra voltar	Não se deixe amedrontar Fui eu quem criou a terra	Não deixei nada faltar Hoje o homem criou asas
Hoje depois dele pronto	Enchi o rio, fiz a serra	E na maioria das casas
Olho pra cima e fico tonto	Não deixei nada faltar	Eu também não posso
Mas me vem um cidadão	Hoje o homem criou asa	entrar"

A distância do canteiro de obras pode resultar em uma formação arquitetônica que deixa de lado a prática social inerente à arquitetura, de modo que os estudantes têm um contato predominantemente teórico com os problemas sociais, mas não têm a oportunidade de vivenciá-los e experimentá-los diretamente (MOASSAB, 2020, p. 45). Além disso, o diálogo estabelecido com os estudantes na prática projetiva, raramente os encoraja a formular problemas por meio de processos práticos-reflexivos do espaço existencial que vivem (NAME; MOASSAB, 2020a, p. 13).

Em processos reflexivos, conforme mencionado anteriormente, ocorre a identificação do objeto de análise, seguida pela produção de conceitos para analisá-lo, ressaltando a importância de um "diálogo constante com a realidade" na construção de "sistemas de valores", paradigmas, ferramentas e conhecimentos que vão além do já estabelecido (WAISMAN, 2013, p. 42). Portanto, é essencial desenvolver práticas pedagógicas no campo da arquitetura e urbanismo que fomentem diálogos com as circunstâncias locais de cada projeto e com os desafios enfrentados pelos arquitetos nesse contexto específico. Isso significa evitar a simples importação ou adaptação de soluções estrangeiras, muitas vezes inadequadas, para realidades históricas que não se encaixam nos centros tradicionais.

Produção do espaço

Em países da América Latina, realizaram-se tentativas de criar uma arquitetura nacional, colocando ênfase na linguagem¹¹ (WAISMAN, 2013, p. 139). No entanto, estudos mostram que em muitos casos, a intenção de transmitir um conteúdo nacional não foi devidamente

¹¹ Nesse contexto, a linguagem é entendida como a maneira pela qual os arquitetos articulam e traduzem seus paradigmas e valores em formas físicas tangíveis.

esclarecida desde o início (CALDEIRA; HOLSTON, 2016; TAVARES, 2020; WAISMAN, 2013; ZEIN, 2020, 2023). Em outros termos, as razões ou motivações por trás da tentativa de comunicar um conteúdo nacional através da arquitetura e produção espacial, podem não ter sido completamente compreendidas ou articuladas, levando a mal-entendidos ou abordagens inadequadas para expressar elementos culturais ou identitários locais (WAISMAN, 2013, p. 139).

De acordo com Waisman (2013, p.139), a construção de um conteúdo nacional nesse contexto recorre a uma “linguagem espúria” – ou, conforme Banham (1990), ao modo “architectom” – incorporando elementos arquitetônicos de forma descontextualizada ou arbitrária, resultam na falta de integridade cultural. Isso causou uma produção espacial embasada em elementos estilísticos ou conceituais de uma realidade histórica deslocada, sobre um espaço onde estes não se integram organicamente ou não foram desenvolvidos de forma autêntica, como “é o caso dos neocolonialismo” (WAISMAN, 2013, p. 139), por exemplo, identificado na construção de Brasília.

Os estudos de Tavares (2020), Caldeira e Holston (2016) identificam a persistência da estrutura colonial de poder, exploração e opressão – a colonialidade – sobre os processos cognitivos e epistemológicos que orientaram o planejamento e a construção de Brasília: Concebida como uma proposta modernista de vanguarda, o projeto da nova capital operou como “agente civilizador, missionário de um novo sentido de espaço, tempo e propósito nacionais, colonizando o todo em que está inserido” (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 5).

A criação de Brasília como um esforço pioneiro para estabelecer um sistema de desenvolvimento que projetasse a nação para o futuro (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 2), estava igualmente alinhada aos propósitos de expansão do território nacional para o centro-oeste (TAVARES, 2020). Nesse sentido, é possível perceber uma continuidade histórica que conecta os modelos de civilização - suas expressões materiais e espaciais, e o conhecimento produzido sobre eles - às lógicas coloniais. Identifica-se a presença dessas lógicas não apenas nas estruturas físicas e geográficas das cidades e territórios, mas também nas ideias, valores e teorias que moldam o espaço.

Segundo Tavares (2020), para várias comunidades indígenas, mais especificamente os Karajás, a construção da nova capital representou a extensão de um longo processo de colonização e desapropriação de terras. O autor destaca a consciência da colonialidade na fundação de Brasília ao fazer uma comparação entre a primeira missa celebrada pelos colonos em terras americanas (figura 7) e a missa realizada na nova capital como o primeiro evento histórico (figura 8). Esse paralelo indica que a reprodução simbólica da missa funciona como decodificador da mensagem simbólica do colonialismo sobre aquele cenário urbano:



O público é chamado a aprender – e mais do que isso, a compartilhar e tolerar – a ideia de que a modernidade nacional representada por Brasília só adquire sentido pleno quando observada em continuidade com a colonização territorial, destino manifesto de uma nação que “marcha em direção ao oeste” (TAVARES, 2020).

Figura 7: Primeira missa no Brasil, Vitor Meireles (1960).
Fonte: IBRAM

Arquivo Público do Distrito Federal/Reprodução



Carlos Eduardo/CB/Reprodução



Adauto Cruz/CB/Reprodução



REGISTROS DA PRIMEIRA MISSA, REZADA EM 1957, NA ÁREA ESCOLHIDA PARA ABRIGAR A NOVA CAPITAL DO PAÍS: CERIMÔNIA É RECRIADA TODO ANO, NO DIA DO ANIVERSÁRIO DE JK

COMO NA PRIMEIRA MISSA

Tenda de lona no lugar de um teto de alvenaria. Em 12 de setembro, o Arquivo Público realizará mais um evento para ajudar a manter viva a memória da cidade. Pela sexta vez, a primeira missa oficial será recriada no canteiro central do Eixo Monumental. A primeira missa foi rezada em 3 de maio de 1957. Mas passou a ser celebrada em 12

de setembro, em homenagem ao aniversário de Juscelino Kubitschek. Este ano, não será diferente. A tenda, parecida com a primeira, de lona verde-musgo, será erguida no canteiro central, próximo ao Memorial JK.

As armações de madeira também estarão de pé. O objetivo é chegar bem perto do que foi feito em 1957, quando

era preciso passar pelo cerrado para chegar até o Cruzeiro e rezar. Todos os anos, a missa reúne devotos de Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Brasília, pioneiros e autoridades. No próximo mês, a missa será celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz. “É mais uma forma de lembrar o passado. É muito importante recriar o que se viveu na-

quela época”, diz Luiz Mendonça.

Embora reconheçam a importância da celebração na data do aniversário de JK, Luiz Mendonça e Ernesto Silva compartilham a ideia de que seria melhor manter a data original. “A homenagem é justa, mas alterar a data pode trazer algum prejuízo para a história”, acredita o superintendente do Arquivo Público.

Figura 8: Primeira Missa de Brasília 1957. Fonte: (SILVA; QUEIROZ, 2010)

A dimensão simbólica do colonialismo também se faz presente na ideologia subjacente, bem como na materialização da cidade. O projeto norteado pelas estratégias totalizantes do modelo urbanístico propostas pelo CIAM, não concebeu Brasília como uma mera réplica; ao contrário, conforme enfatizado por Caldeira e Holston (2015, p.162), sua construção é original e apresenta uma versão brasileira do modernismo “inserida nas ambições modernistas de uma pós-colônia”.

O planejamento urbano modernista, de modo geral, é concebido como uma ferramenta de mudança radical tanto do espaço urbano, quanto da sociedade. Seus ideais preconizavam que as condições urbanas seriam a chave de eliminação de conflitos na sociedade a partir da ordem total (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 161). A partir da redefinição das funções da vida

urbana, por exemplo, pretendia-se criar uma ordem urbana unificada e coesa, onde cada elemento do ambiente construído contribuísse para a realização da visão utópica dos planejadores:

Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: mesma fachada, mesma altura, mesmas instalações poderiam impedir a odiosa diferenciação de classes sociais; isto é, todas as famílias compartilham a mesma vida juntas, o escalão superior funcionário público, o médio e o inferior (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 162).

Caldeira e Holston (2016, p. 165) argumentam que, ao permanecer fiel aos princípios e diretrizes do planejamento urbano em conformidade com a ideologia modernista, a construção de Brasília enfrentou seu próprio dilema utópico: A falta de compromisso com a realidade contingente brasileira enfatizou "a descontextualização, a desfamiliarização e a deshistoricização". O esforço para eliminar a contingência resultou em uma cidade que materializava os conflitos urbanos que se buscava evitar.

Por exemplo, o plano não contemplava a inclusão dos "candangos", como eram chamados os trabalhadores migrantes que ergueram a cidade, fazendo com que eles respondessem à exclusão planejada, tornando-se invasores em assentamentos ilegais:

O governo considerou esta solução inaceitável porque a inclusão teria violado o modelo preconcebido de que o propósito essencial de Brasília [era ser] uma cidade administrativa com absoluta predominância dos interesses dos servidores públicos (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 166).

A criação das cidades satélites legais, ocasionou em uma divisão entre o centro e a periferia, o que para Caldeira e Holston (2016), é uma exemplificação de como a imposição de modelos urbanos predefinidos podem falhar em reconhecer e lidar com as contingências, complexidades, contradições e realidades sociais e espaciais. Assim, a cidade concebida como agente civilizador e modernizador, acabou reproduzindo muitas das injustiças e desigualdades que pretendia superar, como a formação de favelas e os possíveis conflitos urbanos.

A estruturação de Brasília, marcada pela privação de direitos, marginalização e segregação, tanto legal quanto espacial, impactou a conformação da cidade. Segundo Caldeira e Holston (2016, p167) não foram, necessariamente, as ações ilegais dos candagos que moldaram a identidade da cidade. Em vez disso, os autores destacam que a "estratificação e repressão" foram determinantes para "abrasileirar" a cidade.

Essa análise revela uma dinâmica complexa em que o paradigma da colonialidade se manifesta. Através de mecanismos de controle e exclusão institucionalizados, Brasília reflete a marginalização e as hierarquias sociais e espaciais que permeiam as estruturas coloniais

instituídas no país. Nesse sentido, é possível descortinar como os processos de racialização, expropriação e controle de mercado se adequam aos novos modelos civilizatórios, persistindo no tempo e no espaço. Portanto, ainda que Brasília seja um dos maiores exemplares da arquitetura moderna brasileira, sua originalidade em território nacional é projetada “sem de fato alterar ‘a caixa preta’¹² que aprendeu na escola para a produção de projetos extraordinários” (BALTAZAR, 2020, p. 536).

Este estudo não visa aprofundar-se em estudos de caso, mas em identificar a “matriz genética” colonial de poder por trás dos discursos ideológicos e das construções epistêmicas-espaciais que caracterizam o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. Embora sejam reconhecidas as significativas contribuições de arquitetos e urbanistas no Brasil, ainda existem lacunas na construção de ferramentas teóricas e práticas adequadas às realidades locais e históricas. Isso implica em uma compreensão crítica e autônoma do espaço e que leve em consideração as especificidades culturais, sociais e materiais do contexto brasileiro. Em outros termos, identifica-se a urgência de uma emancipação epistêmica a fim de romper os padrões coloniais de dominação espacial, mais ou menos explícitas, nesse campo disciplinar.

Esses padrões podem ser reconhecidos em projetos como: Porto Maravilha (Rio de Janeiro, 2009), Vila Autódromo (2014), revitalização do centro histórico de Salvador (desde 1991), revitalização do Porto da Barra e da orla do Rio Vermelho (Salvador, 2013), requalificação do Recife Antigo (1990), reurbanização do Vale do Anhangabaú (São Paulo, 2020), construção do Cais Mauá (Porto Alegre, ainda em fase de projeto). Além desses exemplos específicos, diversas intervenções em favelas, privatizações dos espaços públicos, construções de empreendimentos aliados à especulação urbana ou desenvolvimento de infraestruturas voltadas ao turismo, carregam consigo os paradigmas da colonialidade na produção e execução arquitetônica e urbanística. Frente a este panorama, observa-se que mesmo após o fim do período colonial, os eixos estruturantes da matriz colonial (Racialização, Expropriação e Controle de Mercado) persistem na contemporaneidade, reproduzindo o padrão de poder global em forma de hierarquias sociais e espaciais (MIGNOLO, 2017; MIGNOLO; WALSH, 2018; MOASSAB, 2020; NAME, 2023; QUIJANO, 1992, 2005). Estas, por sua vez, se manifestam sob a forma de remoção forçada de comunidades tradicionais, gentrificação, segregação, destruição de ecossistemas, relação de dependência centro-periferia, exploração de mão de obra, concentração de investimentos públicos em áreas privilegiadas.

¹² A caixa preta nesse contexto faz referência ao texto “A Black Box” de Banham (1990), em que o autor denomina como “caixa preta”, o modo de projetar arquitetura, ou modo “architectom”.

Diante dos confrontos – disciplinares – enfrentados pela educação mediante às demandas e transformações sociais contemporâneas, especialmente ao considerar a necessidade crescente em reconhecer a dimensão colonial como parte da herança intelectual, questiona-se o papel das instituições de ensino e dos professores em meio a esse cenário desafiador. A importância de repensar o conteúdo curricular e as abordagens pedagógicas é enfatizada como forma de proporcionar uma educação que vá além da preparação dos alunos para o mercado. Em vez disso, busca-se prepará-los para uma participação ativa, situada e crítica na sociedade, capacitando-os a entender e questionar as estruturas de poder e as injustiças sociais, incluindo aquelas de origem colonial.

Ao enfrentar esses desafios, a abordagem do pensamento decolonial emerge como uma ferramenta para superá-los. Conforme explicado por Zein (2020), perceber os fatos que contradizem as narrativas, os personagens, os movimentos, os sistemas de valores, os paradigmas e modelos padrões canônicos, possibilita desmistificá-los. Ao questionar os princípios e as raízes da própria profissão, essa crítica radical proporciona uma oportunidade para uma reflexão mais profunda e abrangente sobre a prática e o ensino da arquitetura. Esses caminhos apontam para processos reflexivos-críticos, baseados em realidades históricas locais, promovendo deslocamentos e mudanças significativas dos paradigmas epistêmicos-espaciais.

*“Por que vocês não sabem do lixo ocidental?
Não precisam mais temer
Não precisam da solidão
Todo dia é dia de viver*

*Por que você não verá meu lado ocidental?
Não precisa medo não
Não precisa da timidez
Todo dia é dia de viver*

*Eu sou da América do Sul
Eu sei, vocês não vão saber [...]”*

Para Lennon e McCartney, Milton Nascimento

POÉTICA DECOLONIAL E ESPAÇO

2. POÉTICA DECOLONIAL DO ESPAÇO:

Desvendando a descolonização: uma jornada pelos fundamentos teóricos

Em sua investigação acerca das formulações canônicas – ou de paradigmas – presentes na produção da história da arquitetura, Zein (2020; 2023) defende a importância de não apenas ampliar os paradigmas existentes, adicionando novas informações, mas também de questionar os princípios fundamentais que sustentam os paradigmas dominantes. Nesse sentido, a autora argumenta sobre a necessidade de compreender para além do que está presente nos paradigmas: o que está ausente. Assim, se reconhece que as lacunas são tão significativas quanto os elementos presentes na compreensão da estrutura subjacente aos paradigmas.

No entanto, durante esse processo de reexame historiográfico, epistemológico e prático no domínio da arquitetura e urbanismo, Zein (2020) e Name (2021) destacam a importância de evitar a reprodução de metodologias e procedimentos paradigmáticos. Para Name (2021, p.9), a renovação de padrões perpetua a colonialidade ao transformar as novas produções epistêmicas em valor agregado. Zein (2020), por sua vez, observa que novos paradigmas muitas vezes são fortalecidos pela tendência de algumas instituições de arquitetura em incluir seletivamente autores ou obras apenas para seguir modismos ou tendências internacionais. Portanto, para efetuar uma mudança genuína, é essencial reexaminar o que é considerado "significativo", um processo que, nas palavras de Zein (2020), "somente será alcançado ao desvendar as tramas e valores ocultos que fundamentam e perpetuam os atuais discursos canônicos".

Como apresentado no capítulo anterior, a teoria decolonial é posta como ponto de entrada para a análise do primeiro recorte do objeto de estudo. Por meio dessa perspectiva teórica, foi possível descortinar um sistema de poder de origem colonial e sua extensão sobre as construções epistêmicas e ontológicas – a colonialidade do poder e a colonialidade do saber – que persistem no tempo e no espaço. Isso inclui elaborações subjetivas, cognitivas e intelectuais historicamente negligenciadas e consideradas inferiores no contexto das contribuições culturais. Em outras palavras, revelou-se significativamente alguns desses elementos “ocultos” relacionados às lógicas coloniais na organização social, nos sistemas de conhecimento, em métodos de investigação, em currículos educacionais, nas práticas e concepções do espaço.

No ensino em arquitetura e urbanismo no Brasil contemporâneo, mais especificamente no que concerne às construções epistêmicas-espaciais examinadas nessa dissertação, as sínteses decoloniais permitiram demonstrar "tramas e valores ocultos" decorrentes dessa perspectiva

totalizante. Foi identificada a “caixa-preta” da arquitetura, ou o “modo architectom”, ou ainda, o sistema de valores: um conjunto teórico e prático que orienta a formação de atitude do arquiteto urbanista (BALTAZAR, 2020; BANHAM, 1990; MADANIPOUR, 2013). Como resultado, constatou-se que esse sistema de conhecimento, geralmente fechado, estabelece pouco diálogo com as realidades históricas e locais, de modo que esse contexto situado¹³ é predominantemente abstraído em processos reflexivos e críticos essenciais às soluções projetuais. Nesse sentido, observaram-se produções teóricas e espaciais “desfamiliarizadas, descontextualizadas e deshistoricizada” (CALDEIRA; HOLSTON, 2016, p. 162). Em outros termos, a excessiva fidelidade à esse sistema revelou conceitos e ferramentas que abrangem questões sobretudo “fictícias”, enquanto problemas reais são ocultados ou negligenciados (WAISMAN, 2013, p. 139).

Paralelamente, a teoria decolonial, enquanto proposta de “mudança de atitude” divergente a esse sistema de conhecimento de origem colonial, também desponta como contraponto a estas sínteses a partir de um movimento entre “desfazer-se e refazer-se” intrínseco a “atitude decolonial”. Tais conceitos abrem espaço para a transformação no ensino e na formação em arquitetura e urbanismo, o quais serão aprofundados no decorrer do capítulo.

Frente ao exposto, neste capítulo adentra-se em um território a partir do qual decolonialidade atua como lente para desvelar os fundamentos teóricos que suscitam uma atitude decolonial frente à realidade histórica da produção do conhecimento e do espaço apresentadas no capítulo anterior. Além disso, analisam-se as oportunidades de descolonização da arquitetura e urbanismo.

Para isto, o capítulo se divide em três partes distintas, cada uma dedicada a explorar diferentes aspectos da poética decolonial e sua relação com o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. Na primeira parte, investiga-se a condição e concepção da teoria decolonial, destacando sua origem, contexto histórico e principais conceitos teóricos. Essa etapa é realizada por meio do diálogo entre expoentes da teoria decolonial (CASTRO-GOMEZ, 2005; LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2008, 2016; MIGNOLO, 2005, 2017; MIGNOLO; WALSH, 2018). A segunda parte se concentra na formação de uma atitude decolonial, uma postura crítica e reflexiva que busca desafiar e dismantelar as estruturas de poder nas dimensões sociais, políticas, econômicas, raciais, culturais e epistêmicas. Ao invés de simplesmente aceitar as normas e valores impostos pelo colonialismo, uma atitude decolonial

¹³ Dentro desse contexto, entende-se “situado” como o método de escrita proposto por Livholts, mencionado no tópico “Escrita Situada como ética para transformação”. Neste, a escrita situada se apresenta como ferramenta que desafia o distanciamento e as estruturas tradicionais do conhecimento. Os pesquisadores, por sua vez, são mobilizados e incentivados a refletir sobre o contexto relacional que intersecciona sua experiência cotidiana e suas produções.

procura reconhecer e valorizar os conhecimentos e perspectivas marginalizadas e subalternizadas (ESCOBAR, 2017; MALDONADO-TORRES, 2016; WAISMAN, 2013). Essa atitude envolve ações e práticas voltadas para a identificação, questionamento e transformação dos padrões de colonialidade que permeiam diversas esferas institucionais. Por último, examina-se como essa abordagem se manifesta na arquitetura e urbanismo, proporcionando a oportunidade de abrir esse campo do conhecimento ao diálogo com a realidade histórica pós-colonial brasileira. Tal postura requer um engajamento com o entorno e o contexto situado, visando à desconstrução e reconstrução de um "espaço entre", um espaço de negociação e representatividade onde os profissionais podem atuar de maneira mais inclusiva e politicamente engajada (ARAVECCHIA-BOTAS, 2018; ESCOBAR, 2017; MALDONADO-TORRES, 2016; MOASSAB, 2020; NAME, 2021; NAME; MOASSAB, 2020a; WAISMAN, 2013; ZEIN, 2020, 2023).

2.1 A condição decolonial contemporânea

Conforme observado por Waisman (2013, p.44), o século XX testemunhou um despertar de consciência entre diversos grupos marginalizados, os quais passaram a compreender melhor sua posição na sociedade e no mundo. Nesse contexto, Maldonado-Torres (2008, p. 68) argumenta que a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria em sequência, tiveram repercussões significativas na consciência global, evidenciando as fragilidades do continente europeu e minando sua posição de dominação global. Para o filósofo, esses eventos impulsionaram uma tomada de consciência global em relação à necessidade de descolonização.

Assim, o processo de descolonização passou a ser considerado relevante por diferentes grupos, que passaram a buscar alternativas e soluções fora do paradigma europeu, antes visto como “chave” ímpar para o desenvolvimento (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 70). Segundo Waisman, esse despertar não se limitou à consciência política, incluindo uma crescente consciência histórica e cultural, de modo que os grupos marginalizados impulsionaram o reconhecimento e a valorização de sua própria história, cultura e identidade, muitas vezes desafiando narrativas dominantes e lutando por reconhecimento e justiça:

Dessa forma, começou-se a desconfiar do mito do progresso representado pela imitação dos grandes países desenvolvidos, e a apreciar os valores culturais seculares dos países menos favorecidos econômica e tecnicamente (2013, p.44).

Embora o processo de descolonização tenha concedido liberdade política às antigas colônias, Waisman (2013, p.44) ressalta que essas novas nações não conseguiram atingir plena autonomia econômica e cultural. Essa situação, segundo a autora, é particularmente evidente

nos países da América Latina, os quais enfrentam desafios contínuos sobre essas dimensões institucionais. Mignolo, por sua vez, ressalta que a descolonização envolve o processo de desfazer os efeitos da colonização, especialmente no contexto do Estado-nação (2018, p.106). Segundo o autor, o processo de independência dos Estados não resultou em um verdadeiro desenvolvimento em direção aos Estados-nação modernos, uma vez que a sociedade não passou por um processo de descolonização simultâneo. Em vez disso, o que ocorreu foi uma reorganização da colonialidade do poder em bases institucionais diferentes. Essa mentalidade, ao longo do tempo, tornou-se internalizada pelos colonizados, passando a fazer parte de sua percepção habitual, como se fosse algo naturalizado, ou seja, como se a colonização fizesse parte intrínseca de sua própria identidade e realidade.

Isto pode ser explicado a partir de algumas sínteses apresentadas anteriormente: o término do colonialismo não significou o fim do sistema de dominação colonial. Essa percepção deu origem ao termo “colonialidade¹⁴”, uma construção decolonial que expõe uma perspectiva da modernidade permeada por um padrão de poder que se desdobra sobre as dimensões sociais, políticas, econômicas, raciais, culturais, epistêmicas e espaciais. A partir desse entendimento, percebe-se a importância de uma descolonização abrangente para alcançar a liberdade e autonomia econômica, cultural e na produção do conhecimento.

Quanto à concepção da decolonialidade, esta reside fundamentalmente na relação entre colonialidade e modernidade, e no engajamento na liberdade, autonomia e emancipação das esferas sociais. Como ressalta Mignolo, “[...] Sem modernidade/colonialidade, não haveria necessidade de decolonialidade, porque não haveria nada para descolonizar” (2018, p.109). A reiteração aqui destacada expressa a profunda ligação entre esses conceitos e seu caráter transdisciplinar, os quais transcendem debates disciplinares ou interdisciplinares específicos, abarcando as experiências vividas em territórios pós-coloniais ao longo do século XX e, especialmente, na América do Sul desde a década de 1960 (MIGNOLO, 2018, p.112). Dessa maneira, essa correlação conceitual é articulada de forma não linear.

Nesse ponto, é importante diferenciar descolonização de decolonialidade:

A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria (BALLESTRIN, 2013, p. 108).

A revisão de literatura realizada nesta dissertação aponta que a elaboração do termo “decolonialidade” só acontece no início do ano 2000 após a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Embora o termo “decolonialidade” estivesse ausente dos

¹⁴ O conceito de colonialidade é elaborado por Quijano em “*Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*” (1992).

debates, seus conceitos já estavam implícitos nas produções teóricas de Quijano desde 1992, quando ele desenvolveu a ideia de "colonialidade" e a urgência da descolonização. Ainda que esse fato possa parecer contraditório, a pesquisa genealógica do desenvolvimento da teoria decolonial pode explicar como a decolonialidade existe enquanto conceito mesmo sem existir enquanto termo.

De modo geral, a origem da decolonialidade remonta ao trabalho de diversos ativistas, bem como de intelectuais e acadêmicos que se dedicaram a desafiar as estruturas de poder colonial e promover formas de pensamento e ação que rompessem com a lógica colonial dominante. A decolonialidade, como campo teórico e prático, tem suas origens nos "estudos étnicos" que surgiram na academia dos Estados Unidos na década de 60, conforme o filósofo Maldonado-Torres (2016, p. 77). Segundo o autor, mesmo antes da concepção do termo, tais estudos interdisciplinares tinham caráter "emancipatório" ou "decolonizador":

O termo étnico, a bem dizer, expressa o ponto de vista que considera alguns sujeitos como nacionais ou com todo direito de reivindicar cidadania e participação na ordem moderno-ocidental, enquanto relega outros a uma condição na qual sua existência nacional ou sua existência na ordem moderno-ocidental é constantemente questionada (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 77).

Os estudos étnicos, por sua vez, foram integrados aos estudos pós-coloniais, abrangendo uma vasta gama de áreas, como os estudos afro-americanos (*Black studies, African American studies, African studies*), os estudos indígenas (*American Indian studies, Native American studies*), os estudos asiático-americanos (*Asian American studies, Asian diaspora studies*), e os estudos voltados aos sujeitos latino-americanos residentes nos Estados Unidos (*Latino studies*) (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 77).

Nesse ponto, distinguem-se os conceitos de decolonial e pós-colonial. Este último pode ser interpretado de duas maneiras distintas: primeiramente, refere-se ao período histórico que sucede os processos de descolonização do chamado "terceiro mundo", a partir da segunda metade do século XX. Nesse contexto, o termo evoca a conquista da independência e a emancipação das sociedades colonizadas. Em segundo lugar, a utilização do termo está associada a um conjunto de contribuições teóricas, principalmente provenientes dos estudos literários e culturais que se tornaram proeminentes a partir dos anos 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

No contexto da América Latina, formou-se o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos de corrente pós-colonial. No entanto, para alguns integrantes dos estudos pós-coloniais latino-americanos, o cerne do movimento pós-colonial ainda não havia realizado rupturas necessárias com

epistemes hegemônicas. As dissidências conceituais levaram à construção do Grupo Colonialidade/Modernidade, consolidado no ano de 1998 (BALLESTRIN, 2013, p. 97).

Esse novo grupo argumentava que os latinos subalternizados não deveriam necessariamente se fundamentar nos estudos pós-coloniais, uma vez que a própria trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ausente desse debate (BALLESTRIN, 2013, p. 96). Além disso, o Grupo Colonialidade/Modernidade entendia que a história da América Latina em relação ao desenvolvimento do capitalismo mundial foi distinta, resultando em outras relações e respostas à colonialidade (MIGNOLO, 2008). Conforme Walsh (2018, p.28), isso se explica porque as geografias do conhecimento – ou as “práticas incorporadas” – moldam os debates de maneiras distintas dadas as diversas tradições locais, culturais, sociais, econômicas e políticas.

Assim, desde a década de 1990, o grupo se concentra na análise crítica e reflexiva sobre questões cruciais relacionadas à identidade, política, economia, cultura e poder na região. Em pouco mais de duas décadas de existência, o Grupo Modernidade/Colonialidade desenvolveu e compartilhou ideias, raciocínios e conceitos que inseriram a América-Latina dentro do debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2013, p. 99). Essas contribuições foram fundamentais para a renovação do pensamento crítico nas ciências sociais latino-americanas do século XXI.

A mobilização em torno dessas descobertas e valorização das teorias e epistemes latino-americanas resultou na conformação de uma divergência prática e política que deu origem ao termo “Giro Decolonial”, introduzido por Maldonado-Torres em 2005 (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Assim, a decolonialidade emerge como um projeto teórico e prático que busca se envolver ativamente no processo de descolonização na América Latina. Esse projeto reconhece a persistência da relação entre colonialidade e modernidade até os dias atuais, articulando de forma contextualizada e emancipadora as várias dimensões, incluindo as sociais, políticas, econômicas, raciais, culturais e epistêmicas (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 78). Isso implica questionar e reformular os processos cognitivos e subjetivos, bem como os sistemas de conhecimento, buscando valorizar perspectivas e saberes não ocidentais.

A abordagem decolonial tem suas origens na práxis elaborada na América do Sul, contudo, sua genealogia é reconhecida como “planetária”, uma vez que irrompe como resposta às necessidades e às histórias locais em países colonizados, representando uma narrativa diversificada e interconectada que se estende muito além das fronteiras geográficas e temporais (MIGNOLO, 2018, p. 112). Esse percurso não linear incorporou movimentos e foi influenciado desde a década de 1960 por muitos nomes proeminentes do ativismo anticolonial como Mahatma Gandhi, W. E. B. Du Bois e Juan Carlos Mariátegui até líderes

contemporâneos como os zapatistas em Chiapas e os movimentos indígenas e afrodescendentes na Bolívia, Equador e Colômbia (BALLESTRIN, 2013, p. 106). Além disso, a genealogia do pensamento decolonial transcende as figuras individuais e se entrelaça com os movimentos sociais, como o movimento Sem Terra no Brasil, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas, que por sua vez, são fundamentais na luta contra a exploração, a opressão e a marginalização (BALLESTRIN, 2013, p. 106).

2.1.1 Uma máquina geradora de alteridade: perspectiva crítica às alternativas epistêmicas e ontológicas

Em síntese, a decolonialidade é uma construção teórica global multifacetada, praticada por pessoas comuns, pensadores, ativistas e intelectuais. Isso significa que é uma abordagem que transcende fronteiras geográficas e disciplinares. A teoria decolonial também se distancia de qualquer pretensão de universalidade ou hegemonia, buscando antes promover o diálogo intercultural e a colaboração entre diferentes tradições de pensamento e prática (MIGNOLO, 2018, p. 107).

Waisman sugere que o florescimento das correntes teóricas divergentes foi uma manifestação do pluralismo cultural na era pós-moderna, representando uma tentativa de escapar das restrições e imposições do sistema global. Essa diversidade de perspectivas promove a construção de diálogos epistêmicos, não se limitando a meras posturas desobedientes ou insubordinadas, mas a “modos de agir que, consumada já a crítica, se separam dos caminhos marcados pela coerção do aparato da sociedade pós-moderna” (WAISMAN, 2013, p. 148).

Contudo, Castro-Gomez destaca uma questão complexa decorrente da hipervalorização da diversidade. Segundo o autor, a transição da modernidade para a globalização incorporou a diferenciação como valor agregado: “[...] a atual reorganização global da economia capitalista se apoia na produção das diferenças, portanto, a afirmação celebratória destas, longe de subverter o sistema, poderia contribuir para consolidá-lo” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 80).

No sistema do capital-global, essa “produção de diferenças” a qual o autor se refere, pode ocorrer de várias maneiras, como a exotização de culturas não dominantes, a estigmatização de grupos minoritários, a exploração econômica de regiões periféricas e a promoção de hierarquias sociais baseadas em características como raça, gênero, etnia, classe e orientação sexual. Dessa forma, a “produção de diferenças” consiste em um processo em que as diversas formas de diversidade cultural, identidade e desigualdade são construídas, reforçadas e exploradas dentro de um determinado sistema social.

Portanto, no contexto atual da globalização capitalista, o processo de acumulação de capital não requer mais a supressão das diferenças – como aconteceu durante o colonialismo – mas recorre à sua produção ativa (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 85). Isso implica que o sistema do

capital global se adapta, incorpora e até mesmo valoriza as diferenças culturais, étnicas e sociais e regionais em vez de eliminá-las. Em outras palavras, o filósofo sugere que as características distintivas das culturas, grupos étnicos, sociedades e regiões são convertidas em um processo de comercialização e exploração como uma fonte de lucro dentro do sistema econômico global (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 85).

Nesse sentido, Castro-Gomez (2005) procura desconstruir as relações binárias estabelecidas na concepção do “outro” decorrentes das denominações dualistas e excludentes. Para ele, a determinação do sujeito não deixa de existir a partir da produção das diferenças, mas ao contrário, passa a existir de forma mais ampla. Assim, o autor identifica uma “máquina geradora de alteridade”, a qual opera na produção de “outros” em diversos níveis e aspectos, mantendo divisões, categorias e identidades que colocam certos grupos em posições de poder e privilégio, bem como de subalternização e marginalização em diferentes contextos. Essa perspectiva destaca a importância de compreender como as diferenças são instrumentalizadas e cooptadas pelo sistema dominante, mantendo assim estruturas de poder opressivas.

Como apresentado anteriormente, o fim da modernidade não resultou no desaparecimento das relações de poder forjadas no colonialismo. Em vez disso, Castro-Gomez (2005, p.80) argumenta que a modernidade, embora possa ter entrado em crise, continua a operar na contemporaneidade amparada na produção de diferenças.

Para Castro-Gómez (2005, p.86), a construção de uma teoria crítica implica em tornar visíveis os novos mecanismos de produção das diferenças em tempos de globalização. Nesse sentido é relevante revisitar a proposta de Zein (2020) sobre a identificação das ausências. Para os autores, isso significa analisar e questionar as estruturas de poder que moldam as relações sociais e influenciam a produção de conhecimento, em quaisquer esferas. Ao mesmo tempo, Castro-Gómez sugere que também é necessário transcender os discursos particularistas da diferença em direção a uma abordagem mais ampla da consciência social, o que Said¹⁵ (2014, p. 132) formula como “vigilância metodológica”.

Desse modo, deve-se estar atento ao perigo das políticas de identidade essencialistas e excludentes, evidentes nos discursos nacionalistas, étnicos e contemporâneos (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.86). Em resumo, a perspectiva crítica decolonial tenciona o distanciamento

¹⁵ Edward Wadie Said foi um professor, crítico literário e ativista político palestino-estadunidense. Docente de literatura na Universidade de Columbia, foi um dos fundadores do campo acadêmico de estudos pós-coloniais. A “vigilância metodológica” proposta por Said em “*Orientalism reconsidered*” (2014), visa evitar que o Orientalismo perpetue estereótipos, preconceitos e visões distorcidas sobre as culturas do Oriente. É uma chamada para uma análise crítica das abordagens e metodologias empregadas no estudo do Oriente, com o objetivo de promover uma compreensão mais precisa e contextualizada das sociedades orientais.

de pretensões universais e hegemônicas, reconhecendo que a naturalização e a essencialização da diferença, são faces de uma mesma moeda. Portanto, a abordagem decolonial na arquitetura e urbanismo não tenciona agregar a diversidade de arquiteturas historicamente negligenciadas ou subalternizadas como forma de um “tokentismo benigno” (BOZDOGAN, 1999, p. 210). Seu objetivo também não é descartar ou substituir formas culturais, nem meramente incorporar as diferenças de modo superficial. Diversamente, a decolonialidade estabelece oposição contundente às tendências em simplificar e “exotizar” a diversidade cultural que as tratam como entidades distintas e incompatíveis umas com as outras.

Frente a isto, o desenvolvimento crítico decolonial propõe descortinar os sistemas de poder que permeiam a sociedade contemporânea, como a hipervalorização da diversidade e suas possíveis consequências, assim como mostrar que as culturas são interconectadas e influenciadas umas pelas outras, e que as fronteiras entre elas não são tão rígidas quanto tradicionalmente se pensava. Como argumentado por Mignolo (2018, p.107), a decolonialidade “[...] reivindica a necessidade de macronarrativas¹⁶ de quinhentos anos da matriz colonial de poder que as macronarrativas modernas disfarçaram e a filosofia pós-moderna ignorou”.

2.2 Atitude Decolonial: Desfazer e Refazer

A abordagem teórica e prática decolonial não se limita ao conhecimento e à realização de determinadas ações, ou mesmo à compreensão e aplicação metodológica, por exemplo. Conforme Maldonado-Torres (2016, p. 86), compreender e praticar a decolonialidade envolve uma “mudança de atitude” viabilizada pela *epoché*¹⁷. Essa mudança implica em uma transformação fundamental na postura do sujeito, provocando alteração na forma como este se situa e se conecta com o mundo ao redor. Segundo o autor, ambos os processos envolvem uma reorientação significativa do indivíduo em relação à percepção da realidade e às interações com ela.

Para Maldonado-Torres (2016, p. 86), essa mudança representa mais do que uma simples reação momentânea; é uma escolha consciente que alguns indivíduos fazem em relação à sua forma de pensar, sentir e agir. Da mesma forma que outras abordagens são permeadas

¹⁶ No contexto da publicação de Walter Mignolo (2018), entende-se que as macronarrativas desempenham um papel na compreensão da elaboração de narrativas mais abrangentes e elaboradas, que transcendem enredos individuais isolados. Elas constituem um conjunto de narrativas interconectadas que se complementam e se entrelaçam, formando um corpus coeso e significativo. Essas macronarrativas exercem influência não apenas na esfera cultural, mas também na maneira como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor.

¹⁷ A *epoché*, na fenomenologia, refere-se a uma suspensão temporária de nossas crenças e preconceitos para permitir uma compreensão mais profunda da realidade.

por decisões e escolhas que refletem visões de mundo, estruturas de poder e relações sociais presentes em uma determinada sociedade, a decolonialidade emerge como alternativa. Pelas palavras de Mignolo, “Se o decolonial é defendido como uma opção, é porque a vida é vivida entre opções, e as opções são construídas por pessoas e instituições de acordo com os seus próprios pressupostos e interesses” (2018, p.109).

O desenvolvimento de uma “atitude decolonial”, portanto, implica em um modo de estar e se relacionar com a realidade, marcando uma identificação com determinados valores, crenças ou princípios. Maldonado-Torres (2016, p.86) salienta que essa postura promove uma orientação ativa para a conduta e a tomada de decisões, muitas vezes sendo percebida como uma responsabilidade ou compromisso a ser cumprido. Ainda de acordo com Maldonado-Torres (2016, p.78), assumir essa postura crítica consiste em construir novas categorias metodológicas, formas de discurso, práticas de ensino e políticas, bem como espaços institucionais, a fim de ampliar os horizontes de emancipação, libertação e descolonização em relação ao poder, ao ser e ao saber.

Sob essa ótica, a atitude decolonial é uma construção constante, em movimento e não linear, que acontece no transcender das epistemes “disponibilizadas” e “oferecidas” (DA SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 70). Conforme explicado por Mignolo (2018, p.120), a atitude decolonial se desenvolve em um processo contínuo de desfazer-se e refazer-se. Dessa forma, o autor argumenta que a decolonialidade não é apenas sobre dismantelar ou desfazer estruturas coloniais, mas também se envolve na criação situada de novas formas de pensamento, ação e organização. Assim, trata-se essencialmente de um processo que busca integrar teoria e prática ou, reflexão e práxis, como apontado por Waisman (2013, p.43). Portanto, a decolonialidade não é uma ideia abstrata, mas um processo ativo de desfazer e refazer que envolve ações concretas embasadas na realidade histórica local, bem como na experiência situada dos sujeitos.

Mignolo (2018) ressalta a importância de desfazer algo como um ato que implica em se religar a outra coisa. Isso significa que ao questionar e desconstruir uma determinada ideia ou prática, abre-se espaço para novas conexões e compreensões. Essa abordagem vai além de simplesmente observar o que está presente, pois concentra-se nas lacunas e omissões dentro de um contexto específico. Nesse contexto, retoma-se as propostas de tornar visíveis os novos mecanismos de poder e as ausências na produção de paradigmas, como apontado por Castro-Gómez (2005) e Zein (2020). Assim, o questionamento não se limita apenas ao aspecto técnico ou prático de uma ação, mas busca compreender o propósito subjacente, o público-alvo, o contexto e a localização geográfica em que essa ação ocorre.

Questionar aspectos como "quem", "porquê", "para quem", "para quê" e "onde" de qualquer atividade ou empreendimento é fundamental para desenvolver uma atitude decolonial (MIGNOLO, 2018, p.108). Isso significa que ao considerar esses aspectos, é possível preencher lacunas, promover novas conexões e analisar criticamente os processos reflexivos e práticos. A produção de saberes situados, sob essa perspectiva, pressupõe um "deslocamento" territorial acompanhado de um "deslocamento" epistêmico (MOASSAB, 2020, p. 36).

É importante elucidar que a decolonialidade – sua construção teórica e prática – na formação de uma “atitude decolonial” não tem como objetivo oferecer soluções universais, criar projetos globais para a libertação e estabelecer-se como um novo paradigma. Diversamente, sua ênfase está na construção de perspectivas relacionais e integradas, reconhecendo a diversidade de experiências e lutas contra a colonização em diferentes contextos (WALSH, 2018, p.1).

Nesses termos, a decolonialidade não se encaixa na categoria de uma disciplina acadêmica específica, assim como a “atitude decolonial” não se insere em uma proposta metodológica cartesiana. Ao contrário de uma disciplina convencional, a decolonialidade não é caracterizada por métodos ou teorias específicas – o que não impede sua prática e discussão dentro do ambiente acadêmico - mas sim por uma perspectiva interdisciplinar que enfatiza a importância de desafiar as narrativas dominantes e promover uma visão mais crítica e democrática (MIGNOLO, 2018, p.107).

Essa postura de desafio aos paradigmas estabelecidos pela sociedade moderna – a divergência à consciência moderna - é concebida como “*decolonial consciousness*” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 93) ou consciência decolonial. Esta, por sua vez, se manifesta ao estabelecer conexões e novas formas de interação entre esferas que a modernidade contribuiu para separar: “a esfera da política ou do ativismo social, a esfera da criação artística e a esfera da produção de conhecimento” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.94). Ao fazer isso, a consciência decolonial impulsiona novos modos de agir, existir e compreender, os quais são enriquecidos pelos diálogos e interações entre diferentes campos. Portanto, é relevante reconhecer que a decolonialidade transcende a nomenclatura; mesmo que muitos processos de investigação não se autodenominem como tal, a atitude subjacente é mais importante que os termos que se criam¹⁸.

Nessa perspectiva, é importante notar que muitos estudos, embora não se autodenominem explicitamente como “decoloniais”, incorporam essa abordagem em seus objetivos e métodos. Esse fenômeno reflete o caráter diverso, interdisciplinar e situado da decolonialidade. Os

¹⁸ Reflexões provocadas a partir de diálogos com a orientadora.

estudos de Zein (2020; 2023) e Waisman (2013) exemplificam essa tendência. Ao se propor revisar os paradigmas no campo historiográfico da arquitetura e urbanismo, Zein (2020) ressalta as ausências criadas pelas elaborações canônicas e suscita o escrutínio dessa construção intelectual, argumentando que as narrativas resultantes são fruto de combinações arbitrárias. Nesse contexto, ela levanta as seguintes questões:

Quem realiza essa seleção? Com base em quais crenças e treinamentos essa pessoa determina o que é fundamental? Essas decisões podem ser consideradas "universais"? A que objetivos específicos elas servem? (ZEIN, 2020)

Aravecchia-Botas (2018, p. 77) destaca que a influente contribuição de Marina Waisman em *“El interior de la historia”*, publicado originalmente em 1988, se aproximou significativamente da abordagem decolonial. A autora propôs uma análise considerando a posição do pensador, incentivando uma reflexão mais profunda sobre a herança epistemológica europeia no campo da arquitetura e alertando historiadores e intelectuais latino-americanos a evitarem adotar discursos que perpetuassem hierarquias estabelecidas (WAISMAN, 2013, p. 86). Assim, Waisman (2013, p.17) não apenas reconhece uma produção arquitetônica latino-americana a partir da importação conceitual, como evidência a inexistência de abordagens alternativas.

De forma semelhante, como mencionado no início dessa dissertação – antes mesmo do aprofundamento no campo decolonial – esse estudo tem origem na experiência profissional, ainda que curta, que por sua vez, foi encorajado pela proposta metodológica da “escrita situada” elaborada por Livholts (2020). Posteriormente, foi mobilizado a assumir uma postura divergente, orientada pelos argumentos de Marina Waisman (2013). Para a autora, o reconhecimento e até mesmo a celebração das culturas marginalizadas podem ser interpretados como formas de resistência ou divergência (2013, p. 97). Nos países da América Latina, a resistência ideológica pode apresentar desafios, dada a sua consciência cultural frequentemente ambígua e sua posição percebida como periférica no contexto ocidental, o que pode resultar em processos de alienação, nos quais esses países se distanciam de suas próprias identidades e realidades sociais, econômicas e políticas (WAISMAN, 2013, p. 92). Isso sugere que a adesão acrítica a ideias arquitetônicas pode contribuir para uma sensação de marginalização e desenraizamento cultural, além de perpetuar “um sistema indesejável” (WAISMAN, 2013, p. 98).

Frente a isto, a autora estimula a divergência como postura contrária à resistência, uma vez que divergir implica sair desse sistema e adotar uma perspectiva situada pós-moderna. Dessa forma, nota-se a presença da decolonialidade nessa dissertação mesmo antes do engajamento em sua perspectiva teórica, algo que parece acontecer à medida que se

investiga "com a intenção de encontrar caminhos alternativos delineados pela sociedade global" (WAISMAN, 2013, p. 98).

É nesse sentido que a “atitude decolonial” é identificada como caminho para a formulação de novos conteúdos e propostas pedagógicas que renovem o ensino e a prática de arquitetura e urbanismo. Isso significa repensar não apenas o que é ensinado, mas também como é ensinado. Essa renovação pedagógica pode envolver a introdução de novos temas, como a história das populações marginalizadas, o impacto do colonialismo na arquitetura e no planejamento urbano e a interseção entre questões sociais, culturais, econômicas e políticas na prática arquitetônica. Para além de atualizar o currículo, essa mudança visa formar discentes socialmente responsáveis, engajados e críticos frente à realidade histórica do espaço que projetam.

2.3 Espaço decolonial: a cidade se faz e refaz

No campo historiográfico da arquitetura e urbanismo, Waisman (2013, p.26-27) destaca estudos do século passado que refletiram um compromisso significativo com a realidade histórica, mencionando os trabalhos dos historiadores, críticos e teóricos Giulio Carlo Argan, Bruno Zevi, Kenneth Frampton, entre outros. Em relação à prática projetiva, a autora pontua abordagens e ferramentas que exploram a realidade em busca de valores e perspectivas próprias, exemplificados pela obra dos arquitetos Charles Correa, Eladio Dieste e Severiano Porto (2013, p.86). Waisman sugere que esses modelos são fecundos nessa jornada em direção à autenticidade e contextualização com o lugar. Apesar dos esforços, ela ainda ressalta que há uma grande quantidade de trabalho a ser feito em termos de pesquisa e disseminação de conhecimento, reconhecendo que o campo disciplinar possui lacunas a serem preenchidas. Conforme Gutierrez apud Waisman (2013, p. 27), é preciso “explicar-nos a partir de nós mesmos, utilizando categorias de análises, escalas de valores e juízos críticos”.

Para Zein (2023, p. 42), é difícil alterar o conjunto de crenças, ideias e princípios que fundamentam e orientam a construção historiográfica; mesmo quando a pressão para mudança é intensa; mesmo quando alternativas mais racionais, ecológicas ou respeitadas da vida e da natureza são propostas. Para a autora, esse cenário certamente é problemático:

Como nada permanece igual depois de um século, a prevalência de paradigmas é uma anomalia curiosa, que só é alcançável pela eliminação sistemática, desconsiderando e esquecendo qualquer coisa que não seja o material que o corrobora (ZEIN, 2020, S.p.).

Ao longo desse caminho – a ser percorrido – são muitos desafios a serem confrontados em culturas arquitetônicas tradicionalmente marcadas por “descontinuidades e pela incessante influência de ideias externas em seu desenvolvimento local (WAISMAN, 2013, p.87). Nesse

contexto, definir a própria identidade arquitetônica torna-se uma tarefa complexa. Conforme Waisman, muitos intelectuais recorrem à história para compreender e contextualizar essa identidade (2013, p.87). Segundo Aravecchia-Botas, essa mobilização concentrada na esfera da produção historiográfica tem resultado em poucos progressos na reestruturação do ensino nas escolas de arquitetura e urbanismo, e, por conseguinte, no domínio da prática projetual e construtiva, ao menos no cenário brasileiro (2018, p. 78).

Essa circunstância pode ser compreendida pelos argumentos de Waisman (2013, p.86), nos quais a autora destaca que a transição do conhecimento histórico para a identificação de valores próprios, culminando na formulação de diretrizes para o projeto arquitetônico fundamentadas nesses valores, não é uma tarefa fácil. Buscar uma mudança substancial na arquitetura e urbanismo requer, primeiramente, uma reavaliação dos paradigmas estabelecidos. Isso implica questionar os mecanismos pelos quais certas obras, ideias ou práticas se consolidam como padrões ou referências aceitas dentro da disciplina (ZEIN, 2023, p.42). Assim, o objetivo é elucidar e compreender o funcionamento desses processos, conforme destacado por Waisman (2013, p.151):

Pois, o que é que deve ser compreendido? As causas dos diversos fatos, o desenvolvimento dos processos, as organizações formais ou funcionais, os efeitos produzidos por uma ação arquitetônica ...? Em resumo, o que é que constitui o significado da arquitetura?

De maneira semelhante, Livholts (2020, p.75) aponta questões fundamentais para investigar o conhecimento e suas narrativas, sugerindo pensar nas possibilidades e limitações das diversas formas de escrita nos contextos disciplinares, institucionais ou interdisciplinares em que o pesquisador se insere: “Como seria possível transgredir os limites de tais limites e trabalhar nas tensões? [...] Como você entende as relações de poder que se cruzam em sua escrita? Como você pode escrever a partir das interseções que são mais importantes em seu trabalho atual? Identifique as dimensões visíveis e invisíveis do poder e pense em quais gêneros de escrita podem ser úteis para trazê-los para o seu trabalho”.

Em segundo lugar, a transição do conhecimento histórico para a identificação de valores autênticos, seguida pela elaboração de diretrizes projetuais arquitetônicas e urbanísticas, pode se concretizar à medida a arquitetura e o urbanismo se abrem ao diálogo com o entorno. Essa correlação evidencia a importância da interação entre o aprendizado e a prática na formação dos profissionais, estabelecendo uma condição entre as operações de “pensar a arquitetura e a de comunicá-la” (WAISMAN, 2013, p.139) como possibilidade de gerar transformações consideráveis “a qualidade - e ofício - do arquiteto”:

[...] o desenvolvimento de novas pautas para suas adequadas valorações que, sem dúvida, serão diferentes das europeias e deverão estar ligadas à realidade latino-americana, ao seu entorno físico, ao seu particular

desenvolvimento histórico, à sua função sociocultural etc (WAISMAN, 2013, p. 44).

Frente a estes argumentos, entende-se que quando o discurso arquitetônico assume a materialidade histórica local¹⁹ como referência, a forma resultante tem potencial para se tornar significativa, de modo que “pode surgir uma arquitetura que ‘fale’ à cidade e a seus habitantes” (WAISMAN, 2013, p. 148). Isso implica em uma arquitetura que ressoa com a identidade e a história do local, oferecendo uma expressão autêntica e relevante para a comunidade. Tanto para Waisman (2013) quanto para Zein (2023), essa abordagem demanda um comprometimento similar ao empregado na concepção dos modelos tradicionais, evidenciando a importância de uma conexão profunda com o contexto cultural e histórico ao desenvolver projetos arquitetônicos.

O engajamento em práticas decoloniais pressupõem a compreensão da natureza essencial dessa reflexão teórica e prática, sua finalidade e seu impacto. Portanto, o processo de formação de uma atitude decolonial em arquitetura e urbanismo, ao convocar à ruptura epistemológica e ontológica, pode encaminhar a desconstrução e reconstrução de um espaço intermediário – um espaço entre – de integração entre teórica e prática ou, reflexão e práxis. Esse espaço se refaz na superação de legados coloniais, mas também a partir da abertura no diálogo com o lugar e os sujeitos, da reestruturação das narrativas dominantes, da integração entre trabalho de campo e intelectual, além de se alinhar com as “demandas ordinárias da vida cotidiana” (BALTAZAR, 2020, p. 536).

Portanto, o “espaço entre” é político, de negociação, representatividade e significado. O “espaço entre” é um lugar que os profissionais podem escolher atuar. É também uma atitude e uma forma de ver o próprio espaço, o qual não se limita à sua dimensão geográfica. O espaço entre, portanto, pode abranger aspectos sociais, econômicos, raciais, culturais e epistêmicos como elementos fundamentais para o desenvolvimento teórico, pedagógicos e de uma postura política na atuação profissional.

Abordar a arquitetura a partir dessa perspectiva crítica radical permite questionar os fundamentos da própria profissão, abrindo espaço para uma reflexão mais ampla e inclusiva sobre a disciplina, a prática e o ensino. Ao confrontar a estrutura da disciplina, a atitude decolonial - enquanto teoria emergente no contexto latino-americano - possibilita olhar o passado como um horizonte de reflexão acerca das “essências” arquitetônicas de modo

¹⁹ Nesse sentido, entende-se a materialidade histórica local a partir da abstração sobre o espaço geográfico elaborada por Milton Santos (2002, p. 226): “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Já que a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas de objetos e sistemas de ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico”.

crítico. Isso pode envolver a análise dos discursos dominantes, a perspectiva eurocêntrica, as hierarquias epistêmicas, o extrativismo epistêmico, a formação dos cânones acadêmicos e a construção dessas narrativas históricas que permeiam este campo disciplinar:

Enquanto uma teoria arquitetônica permanecer aberta ao diálogo com a realidade histórica, continuará gerando conceitos e instrumentos válidos para atuar nessa realidade; porém, quando esse diálogo se rompe, transforma-se em um corpo estéril, incapaz de renovar-se a si mesmo ou de atuar produtivamente na realidade (WAISMAN, 2013, p. 90).

Assim, tira-se partido da conjuntura emergente, na qual o “giro decolonial” está inserido, para aprender com o passado e repensar o conjunto teórico e prático presente no ensino de arquitetura e urbanismo, conforme sugerido por Waisman: “Em todas as suas formas, a reflexão deveria partir sempre da consideração do presente para compreender e aproveitar em toda a sua riqueza as lições do passado, sem cair em estéreis repetições” (2013, p.41).

De modo geral, essas sínteses apresentadas e analisadas são frutos do bom senso e não são novidade (ZEIN, 2023, p.44). No entanto, Zein argumenta que a introdução e aplicação dessas sínteses divergentes aos paradigmas – ou modelos tradicionais, ou ainda, cânones – ainda é incomum no ensino de arquitetura (2023, p.44). Embora a ampla divulgação e desenvolvimento dessas sínteses seja impossível a curto prazo, a autora relata indícios de mudanças, as quais devem provocar mais transformações no decorrer das próximas décadas.

*“Não passa disso, não me engana
Que eu sou sulamericano de Feira de Santana
Avisa o americano
Eu não acredito no Obama*

*Revolucionário, Guevara
Conhece a liberdade sem olhar no dicionário
Sem olhar no dicionário, ele conhece a liberdade
Vamo que vamo, vou traçando vários planos
Vou seguir cantarolando pra poder contra-atacar*

*Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos pra poder contra-atacar
Contra-atacar, contra-atacar
Traçando vários planos pra poder contra-atacar*

*Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos pra poder contra-atacar
Contra-atacar, contra-atacar
Eu vou traçando vários planos*

*Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas
Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil
Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu*

*Justiça é cega (contra-atacar)
Justiça é cega (eu quero contra-atacar) [...]”*

Sulamericano, Baiana System

CAPÍTULO 3 – ENSINANDO FORA DO CENTRO

DESVENDANDO PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

3. ENSINANDO FORA DO CENTRO:

Desvendando perspectivas decoloniais no ensino de A&U

O que se buscou até aqui foi refletir e tensionar os conhecimentos e práticas em arquitetura e urbanismo, com especial ênfase no contexto educacional. A decolonialidade, por sua vez, foi posta como lente analítica desse recorte de estudo, resultando em abordagens multifacetadas que percorreram temáticas, como: períodos históricos, poder, identidade, sociedade, ciência, espaço, construção e tecnologia. Nesse sentido, a teoria decolonial atualiza esses temas – que também podem ser observados individualmente – oferecendo uma possibilidade leitura integrada à educação, produção do conhecimento, espaço e do próprio campo disciplinar.

É relevante apresentar uma última consideração ao interesse e pertinência decolonial: constata-se que esta teoria não busca estabelecer-se como uma nova verdade universalista, mas como escolha ou opção distinta. Assim, a decolonialidade irrompe no caminho de muitas pesquisas como uma outra perspectiva, interpretação e análise dos dados: dos eventos, da história, da profissão, do espaço, do conhecimento e dos objetos de estudo, inclusive no desenvolvimento dessa dissertação. Essa contrapartida teórica permeia os elementos centrais – tema, objeto, objetivo e método – culminando na indicação dos principais pontos de mudança disciplinar na arquitetura e urbanismo; nas experiências de ensino que consideram as questões de poder, colonialismo, colonialidade, geopolítica do conhecimento e por fim, nas estratégias e desafios da integração dos princípios decoloniais no ensino acadêmico.

Neste terceiro e último capítulo, adentra-se em um território onde a decolonialidade atua como uma lente com o objetivo de explorar como a atitude decolonial, ou seus princípios norteadores, podem reavaliar o conteúdo disciplinar promovendo a re-identificação da realidade histórica e do conjunto de valores (linguagem, método, referencial) que informam o esquema de produção do conhecimento por meio da reflexão e práxis. Para essa finalidade, o capítulo se divide em três partes: a primeira se dedica a realização do procedimento metodológico “autorreflexão epistêmica e ontológica” da disciplina, etapa que consiste na análise dos dados qualitativos, apresentados no primeiro capítulo, a partir da mobilização de uma atitude decolonial de ruptura epistemológica e ontológica, apresentada no segundo capítulo. Em seguida, a segunda parte consiste na apresentação de estudos de casos que irrompem da identificação dos pontos de inflexão neste campo do conhecimento (ARABINDOO, 2011; BOZDOGAN, 1999; HOOKS, 1995; LARA, 2023a, 2023a; MCKITTRICK, 2013; MOASSAB, 2020; MORSHED, 2020; NAME, 2023; NAME; MOASSAB, 2020b; PYLA,

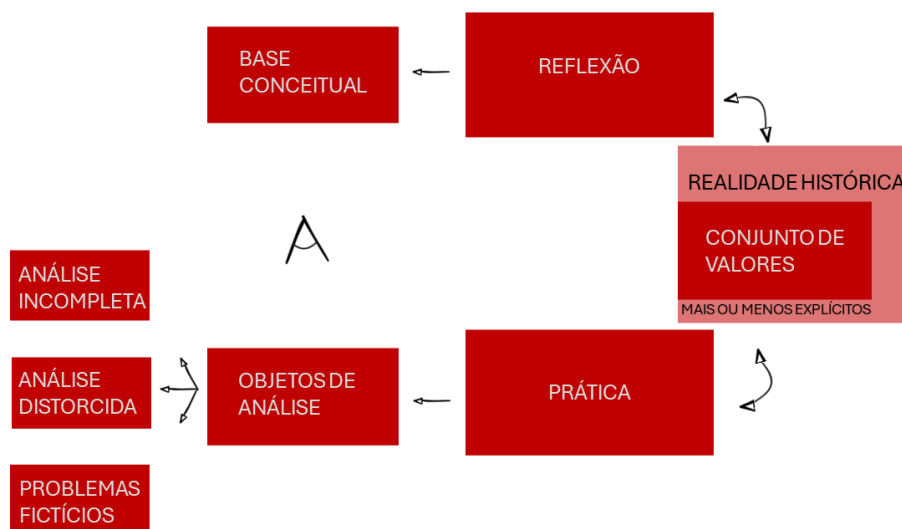
1999; TAVARES, 2022; UPTON, 2009; WAISMAN, 2013; ZEIN, 2020). Essa etapa tem como finalidade exemplificar como estas propostas têm se desenvolvido, enfrentado dilemas, ambiguidades e oposições ao se engajaram no processo de ruptura com os legados coloniais, seguida de uma reorientação epistêmica e ontológica da arquitetura e urbanismo. A terceira e última etapa deste capítulo se dedica à análise de possibilidades e potencialidades da introdução da atitude decolonial na arquitetura e urbanismo situada no contexto brasileiro e engajada no processo contínuo de descolonização epistêmica, identificando também os principais desafios e mudanças a serem confrontados ao escolher ensinar fora do centro²⁰.

3.1 Confrontos disciplinares: autorreflexão decolonial

No artigo *“Inside Architecture from the Outside: Architecture's Disciplinary Practices”* (2014, p. 152), publicado há 10 anos, as arquitetas e pesquisadoras Troiani e Ewing argumentam que arquitetos, educadores de arquitetura e pesquisadores estão tão imersos em suas próprias atividades práticas e rotinas que acabam não dedicando tempo para uma reflexão profunda sobre as complexidades inerentes às suas práticas e convenções disciplinares. Segundo as autoras, em vez disso, eles tendem a focar principalmente nas etapas e diretrizes projetuais, sem questionar as estruturas subjacentes que moldam suas atividades profissionais. Como visto ao final do primeiro capítulo, essa falta de reflexão pode derivar em uma reprodução inconsciente de padrões e normas estabelecidos, sem considerar criticamente seu impacto ou sua relevância em contextos diversos.

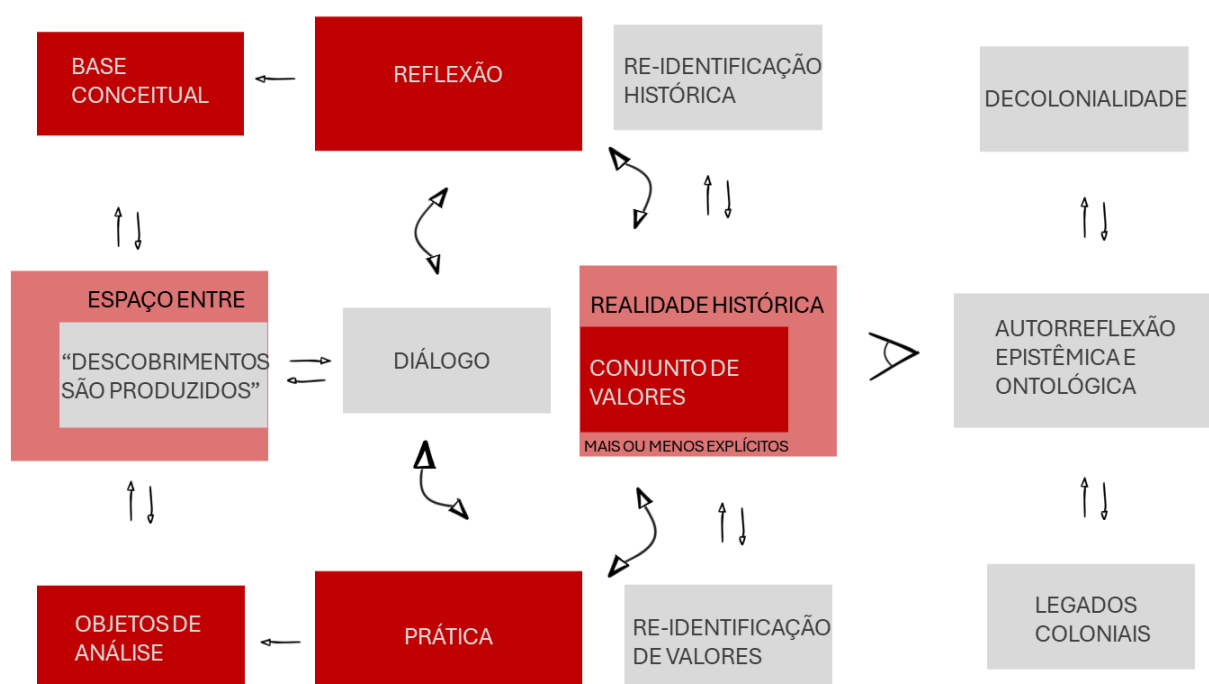
Frente a isto, esse segmento se dedica à realização do procedimento metodológico (2), o qual consiste na análise dos dados qualitativos apresentados no primeiro capítulo a partir da mobilização de uma atitude decolonial de ruptura epistemológica e ontológica. Em outros termos, a teoria decolonial oferece ferramentas para “abrir a caixa preta” da arquitetura e urbanismo, assumindo uma postura divergente que questiona a imagem refletida no espelho, buscando alterar as dinâmicas existentes. Para isto, a autorreflexão epistêmica e ontológica sob o viés decolonial retoma a relação prática-reflexiva responsável pela produção de conhecimento (montagem 1), indicada por Waisman (2013, p.139) na seção “1.3.2 Elaboraões e distorções conceituais”. Essa estratégia, aplicada nessa pesquisa, opera como exame crítico do conteúdo disciplinar estabelecido na arquitetura e urbanismo, com base nos legados coloniais indicados na seção “1.2 Colonialidade e legados nos campos do conhecimento”.

²⁰ Nesse contexto, o termo centro é utilizado como metáfora aos cânones e paradigmas que constituem o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo.



Montagem 1: Esquema do processo entre reflexão-práxis. Conforme Waisman, a prática concede os objetos a serem refletidos, ao passo que a reflexão concede a base conceitual que orientará a prática. Nesse processo, tanto na prática, quanto na reflexão, existem conceitos previamente embasados em circunstâncias e valores de uma realidade histórica específica.

A decolonialidade, nesse contexto, não se resume apenas a questões metodológicas ou a uma expansão do escopo geográfico e histórico da pesquisa (LARA; NESPRAL; QUINTANA-GUERRERO, 2023, p. 7). A análise desse conteúdo, por meio da autorreflexão decolonial, é vista como possibilidade de revelação dos “valores ocultos” que constituem os “currículos implícitos”. Esse primeiro passo na abertura da disciplina para reavaliação, tem como objetivo promover a re-identificação da realidade histórica e do conjunto de valores (linguagem, método, referencial) que informam o esquema de produção do conhecimento por meio da reflexão e práxis (montagem 2).



Montagem 2: Esquema da autorreflexão epistêmica e ontológica pela ótica decolonial.

Esse engajamento tem como ponto de partida o entendimento que, ao contrário de muitos críticos literários ou sociólogos, cujo trabalho, majoritariamente, envolve observar e analisar as obras, ações e valores dos outros de forma distanciada, os arquitetos urbanistas têm um papel mais direto na vida das pessoas. Estamos envolvidos na criação de espaços que constituem ruas, bairros, cidades, fluxos, experiência corporal e usos cotidianamente, sendo necessário articular o diálogo entre a disciplina e estes aspectos.

Em vista disso, confirma-se a inadiável reflexão das próprias práticas profissionais e identidades sociais, e das práticas cidadãs que devem envolver a edificação do território. Conforme o mundo se transforma, e com ele, a sociedade e o espaço, a atitude reflexiva se torna um processo contínuo, no qual os arquitetos urbanistas podem avaliar e autoexaminar como suas próprias visões, valores e posições sociais influenciam seus projetos e interações com a comunidade. É significativo mencionar que a reflexão sobre sua própria prática é uma tradição que remonta aos primórdios da profissionalização da arquitetura, sobretudo quando os arquitetos começaram a estabelecer sua autoridade cultural e distinguir-se dos construtores e clientes.

Quando Banham (1990, p. 22) enquadra o conjunto de práticas arquitetônicas em uma “*black box*” - reconhecido por sua produção, mas desconhecido em seu conteúdo - o autor está observando que a profissionalização da arquitetura exige que os arquitetos definam e controlem um corpo de conhecimento único a ser reconhecido por aqueles que estão fora da profissão. Nesse contexto, os arquitetos urbanistas fragmentam o campo em “especialidades”, definindo elementos e processos únicos da produção arquitetônica e urbanística como meio de legitimar sua profissão:

Mas é quase certo que a tribo teria de resistir à invasão de sua privacidade se quisesse preservar sua integridade como grupo social. Pode muito bem decidir defender o conteúdo da caixa-preta a qualquer custo, como se fosse a arca de sua aliança. O que mais os arquitetos poderiam fazer? A ameaça da revelação final, da desmistificação ou mesmo da desconstrução, certamente levaria a arquitetura a mais uma das séries aparentemente intermináveis de encruzilhadas de decisão que a confrontaram desde a primeira disputa entre Antigos e Modernos (BANHAM, 1990, p. 25).

Assim, entende-se, como argumentado por Banham (1990, p. 25), porque permanecer fechada e elitista, mantendo-se como uma espécie de prática exclusiva para sujeitos exclusivos, tenha sido uma maneira de preservar a integridade da profissão. Por outro lado, o autor sugere que ao abrir a disciplina para uma compreensão mais ampla da prática, existe incerteza de que a arquitetura possa perder sua identidade e prestígio artístico.

No entanto, o propósito do escrutínio decolonial - ainda que problematize o elitismo - não se reduz a crítica às distinções dicotômicas entre estética e estilo versus vernáculo ou popular, por exemplo. Nesse sentido, a crítica seria reduzida entre arquitetura *versus* o “outro”, como

fez Rudofsky em 1964 - apesar de suas boas intenções - ao publicar “Arquitetura sem arquitetos”. Portanto, a decolonialidade introduzida no âmbito da arquitetura e urbanismo representa uma tentativa mais ampla de reorientação cognitiva, focando na própria base de conhecimento e prática da disciplina. Isso implica manter vivo e constante o debate sobre a natureza da arquitetura e urbanismo, suas supostas características únicas e especificidades práticas, buscando responder os “como’s, quem’s, o que, onde e porquês” contidos na caixa preta. Frente a isto, através das lentes decoloniais apresentam-se as sínteses da autorreflexão disciplinar:

Perspectiva eurocêntrica (Reflexão sobre identidade e história do lugar):

- 1) A colonialidade é percebida na internalização passiva e acrítica dos paradigmas; na reprodução e perpetuação por profissionais do campo; na busca pela legitimação a partir de parâmetros dominantes;
- 2) A produção do conhecimento na arquitetura e urbanismo é, predominantemente, orientada por um sistema fechado de valores universais deslocados e tendenciosos, evidenciando as dinâmicas de poder que envolvem a história e a produção da arquitetura;
- 3) Esses sistemas, majoritariamente forjados em outras realidades e incorporados ao contexto educacional brasileiro, são descolados das questões cotidianas, o que pode limitar a compreensão da própria realidade;
- 4) Tentativas de ampliação dos conteúdos disciplinares, elaborados nos contextos tradicionais da arquitetura norte-global, ainda abordam as demais formas arquitetônicas de modo reducionista, simplificado, distorcido e inadequado;

Hierarquias epistêmicas (Reflexão sobre a divisão intelectual e espacial entre centro e periferia):

- 1) Os sistemas de conhecimento não são neutros: os conceitos são embasados em circunstâncias e valores específicos de uma realidade histórica;
- 2) A elaboração de conceitos fora do centro das principais produções intelectuais, muitas vezes é distorcida, resultando em uma compreensão inadequada ou simplificada das realidades locais. Isso cria uma assimetria no processo de produção de conhecimento;
- 3) A formação desse sistema é condicionada por fatores políticos e geográficos;
- 4) O desequilíbrio na qualidade e quantidade de informação emitida e difundida pelos países centrais em comparação com os “periféricos” demonstra uma preocupação com as consequências da colonialidade do conhecimento na disciplina da arquitetura e urbanismo;

- 5) A divisão intelectual e espacial na produção do espaço urbano destaca a importância de considerar as desigualdades socioespaciais na prática profissional da arquitetura e urbanismo;

Extrativismo epistêmico (Reflexão sobre exploração e exotização cultural):

- 1) A exploração por interesses externos dos recursos locais, como materiais de construção tradicionais ou técnicas de construção vernaculares;

Formação canônica (Reflexão sobre os paradigmas e modelos estabelecidos):

- 1) A disseminação desse sistema de valores geralmente enraizada e invisibilizada pelos próprios profissionais da área;
- 2) Este sistema delimita o acervo teórico e prático desempenha papel significativo durante a formação de competências e repertório do profissional.
- 3) Este sistema estrutura o aprendizado dos profissionais em termos reflexivos, críticos e metodológicos, estimulando a criatividade, a contextualização espacial e cultural e consciência histórica-material. Assim, o sistema de valores está intrinsecamente conectado à “formação de atitude” do arquiteto urbanista;
- 4) Sua aplicação metodológica pode ser restrita a análise incompleta dos fenômenos;
- 5) Seus instrumentos de análise podem impactar negativamente a capacidade de compreender os desafios e as dinâmicas sociais, culturais e políticas locais, dificultando a formulação de soluções eficazes e contextualizadas para os problemas a serem enfrentados;
- 6) O descolamento das questões cotidianas pode ocasionar na ruptura entre o trabalho intelectual e a prática espacial. O distanciamento das realidades locais rompe o diálogo entre a disciplina e o espaço, de tal forma que certas abordagens espaciais “parecem” não pertencer à arquitetura e urbanismo;

Construção de narrativas históricas (Reflexão sobre o diálogo constante com a realidade):

- 1) A abordagem estilística e cronológica embasada em referências europeias pressupõe uma narrativa histórica universal que não corresponde a muitas realidades; especialmente no Brasil, não ocorre o desenvolvimento sincrônico dos movimentos europeus;
- 2) A definição hierárquica dos movimentos estilísticos estabelece um ponto de partida singular e contínuo do desenvolvimento arquitetônico centrado na produção europeia que marginaliza demais contribuições;

Epistemes dos sul (Reflexão sobre a Renovação Pedagógica):

- 1) Desenvolver práticas pedagógicas que dialoguem com as circunstâncias locais é essencial para superar o contato predominantemente teórico com os conteúdos e, sobretudo, para promover processos práticos-reflexivos em que o espaço existencial e a experiência corporificada dos discentes sejam considerados fontes de elaboração;
- 2) A incorporação de modelos, paradigmas e ideologias deslocadas das realidades locais é utopia. As contingências locais ao longo do tempo-espaço denunciam os resultados materiais descontextualizados, desfamiliarizados e deshistoricizados;
- 3) Para engajar-se em uma mudança epistêmica fundamental é necessário abrir a “caixa preta” da arquitetura e do urbanismo, desenvolver criticidade sobre seus conteúdos, para então desenvolver as próprias ferramentas teóricas e práticas, afinal, “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande” (LORDE, 1979, p. 137);

Essa reflexão, necessariamente movida pela decolonialidade, permite a verificação da hipótese inicial da pesquisa, a qual supunha que “parte do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda é fundamentado em paradigmas referenciados em culturas e realidades de origem colonial”. Ao testar a hipótese por meio dos dados qualitativos a partir da atitude decolonial, foi possível identificar padrões emergentes que confirmam manifestações cognitivas e epistêmicas forjadas na matriz colonial de poder, tanto em suas dimensões teóricas, quanto práticas.

3.2 Contra narrativas disciplinares: possíveis direções epistêmicas

O desenvolvimento crítico e divergente de abordagens teóricas e práticas da arquitetura e urbanismo tem sido motor de desenvolvimento desta investigação. Segundo Waisman (2013), a crítica tradicional muitas vezes negligencia formas de arte e arquitetura que não se enquadram em padrões estabelecidos pelos valores predominantes. A autora destaca que a suspensão desses julgamentos preconcebidos no século passado foi fundamental para reconhecer e valorizar fenômenos periféricos, como exemplificado pela arte pop (figura 9) e pela arquitetura vernácula (figuras 10a e 10b), como fizeram Banham e Rudofsky (WAISMAN, 2013, p. 32).



Figura 9: Latas de sopa *Campbells* por Andy Warhol. A "art pop" emerge como crítica à cultura de consumo e transformação dos objetos de arte em produto. Por outro lado, também sugeria aproximação entre vida e arte ao "celebrar" os objetos do cotidiano em suas representações.

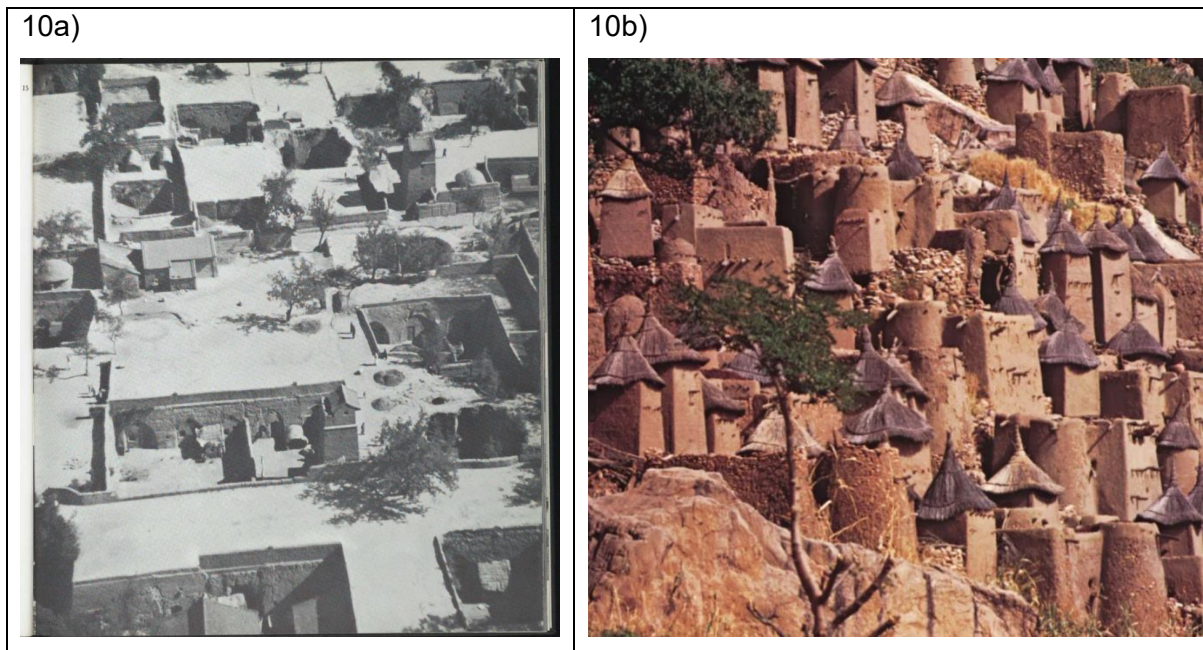


Figura 10: "vernáculo, anônimo, espontâneo, indígena, rural, conforme o caso" (RUDOFISKY, 1964, p.4). A figura 10a mostra um exemplar de edificações escavadas em Loess. Loess é uma forma de sedimentação do solo, o qual é transportado e depositado pelo vento. Devido à sua grande maciez e alta porosidade pode ser facilmente esculpido. Na década dessa pesquisa, Rudofsky identificou essa tipologia urbana nas províncias de Honnan, Shansi, Shensi e Kansu, onde cerca de dez milhões de pessoas habitam nessas tipologias arquitetônicas. Na figura 10b, mostra exemplares da arquitetura Dogon, suas formas de organização comunitária e religiosa esculpidas em rocha de arenito e madeira.

A suspensão de juízo é interpretada como uma outra possibilidade de abertura no campo disciplinar, tanto para reavaliar o sistema de valores tradicional (como feito na seção anterior), quanto para mobilizar os conteúdos pedagógicos e curriculares em espaços de experimentação e geração de ideias (como se pretende fazer nesta seção). Paralelamente a esta pausa reflexiva sobre o próprio conhecimento, a autora sugere “imaginar o que talvez ocorresse ao adotar-se um critério desse tipo para o estudo da arquitetura histórica da América Latina” (WAISMAN, 2013, p.32). Tal atitude é entendida como incentivo ao desenvolvimento de sistemas de análises que agreguem as características e qualidades específicas do material estudado, ao invés de forçar uma classificação baseada em padrões eurocêtricos.

A partir dessa premissa, nesta seção serão apresentados estudos de caso que consideram as questões de poder, colonialismo, colonialidade e geopolítica do conhecimento na constituição e condução das práticas na arquitetura e urbanismo, buscando a suspensão de juízo baseada em padrões eurocêtricos para a concepção de outros sistemas de análise. Esse panorama de pesquisas visa demonstrar como arquitetos, urbanistas, pesquisadores e professores localizam pontos de inflexão e tencionam a abertura do campo do conhecimento, considerando questões semelhantes às dessa dissertação, em suas diversas ramificações, como: historiografia, projeto, desenho, planejamento e construção. Nesse sentido, propõe-se descrever como estes exemplos elaboram conteúdos teóricos e práticos que rompem com o sistema de valores dominantes e criam um espaço intermediário de abordagens. Elencar

estes estudos também tem como propósito exemplificar de forma mais concreta como os conceitos teóricos discutidos – como a reflexão crítica acerca dos legados coloniais – podem ser aplicados na disciplina, oferecendo percepções sobre suas potencialidades e possibilidades, mas também suas limitações e contradições.

Historiografia: História, tempo e lugar

Em “*Architectural History in Professional Education: Reflections on Postcolonial Challenges to the Modern Survey*”, Sibel Bozdogan (1999, p.208) confronta a perspectiva eurocêntrica e a construção das narrativas históricas, problematizando a “auto história” da arquitetura e urbanismo como uma continuidade da tradição ocidental “contida e surpreendentemente imune a influências externas”. A arquiteta urbanista, pesquisadora e professora, nesse estudo, explora as conexões entre colonialismo e arquitetura – tanto em relação ao próprio ensino da história da arquitetura, quanto em termos de como os espaços foram projetados e construídos – para identificação do seu objeto de análise: os paradigmas dominantes na historiografia da arquitetura.

Ao longo do debate, Bozdogan (1999) menciona aspectos como o desenvolvimento de uma consciência política no campo disciplinar da arquitetura, que, por sua vez, chama atenção para “a cumplicidade da arquitetura com as estruturas de poder e agendas ideológicas dominantes” e para a “cultura arquitetônica herdada, que privilegia a autonomia da forma”. No entanto, algumas de suas considerações cumprem a crítica pós-colonial mas se encerram em questões ambíguas ou em dilemas paradoxais, os quais a própria autora qualifica como “tensões irreconciliáveis”: se por um lado ressalta o *status quo* do ensino da história da arquitetura, destacando como ele historicamente refletiu uma narrativa eurocêntrica, por outro, a autora mantém as próprias “convenções recebidas” – como metodologias de análise e paradigmas – que sugere desafiar (BOZDOGAN, 1999, p. 212).

Sua proposta para o ensino foca na abordagem de “relatos de edifícios” que discutam critérios arquitetônicos como “espaço, estrutura, materiais, textura e luz” correlacionados às “relações de poder” (BOZDOGAN, 1999, p. 212). Porém, sua crítica se desvia para métodos de comparação entre os planejamentos urbanos, realizados por Corbusier, para a Argélia e para o centro histórico de Paris, o *Plan Obus* e o *Plan Voisin*, respectivamente. Ainda que a autora considere as estratégias urbanas de segregação entre a *casbah*²¹ e a sociedade colonial como uma manifestação das relações de poder entre colonizador e colonizado, projetadas para promover a dominação e o controle sobre a população nativa, ela explica que tais ideias

²¹ Comunidades do Norte da África que vivem em cidadelas amuralhadas.

integram o pensamento geral do arquiteto sobre urbanismo moderno (BOZDOGAN, 1999, p. 213). Assim, Bozdogan (1999, p.213) iguala o primeiro plano (figura 11b), elaborado a partir da “feminização” da perspectiva projetual desde o encontro entre o “arquiteto/voyer” e as curvas das mulheres argelinas (figura 11a), à proposta de “zoneamento funcional” que resultaria na “violação do tecido histórico” de Paris (figura 12).

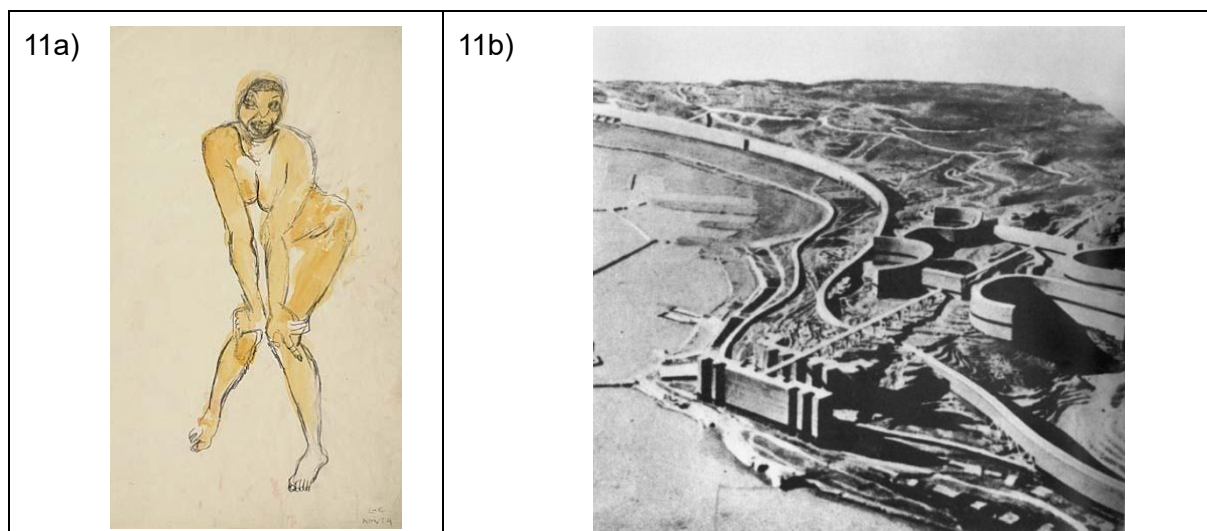


Figura 11: Figura 11a) Estudo de nudez de Josephine Baker. 11b) *Plan Obus* para Argélia. Este caso específico do modernismo na Argélia representou a superação dos planos modernos pelas forças da tradição. Apesar da ocupação colonial francesa no território, o projeto foi considerado desrespeitoso às tradições sociais e religiosas, para além de delinear a segregação espacial entre os trabalhadores e as comunidades europeias. Fonte: (ACKLEY, 2006)



Figura 12: Perspectiva de Paris com a implantação do Plano Voisin. Montagem: “The Paris of Tomorrow That Thankfully Never Was” Fonte: (GRITL, 2022)

Assim, embora sua perspectiva crítica sobre os paradigmas disciplinares esbarre no reconhecimento dos legados coloniais, a autora oferece estratégias mais diplomáticas,

concentrando-se em investigar os “cânones da historiografia” como fontes informativas sobre como diferentes histórias e culturas se manifestam na arquitetura e no espaço, considerando os intercâmbios culturais por meio de viagens, comércio e diplomacia (BOZDOGAN, 1999, p. 210). Contudo, ao reconhecer a importância política que as diferenças devem ocupar na construção histórica, a autora também considera que concentrar-se nas diferenças é um passo em direção à novas ortodoxias (BOZDOGAN, 1999, p.210).

Sua proposta opera na desconstrução do cânone, desafiando seus paradigmas hierárquicos para reconstruí-lo por meio do equilíbrio da diversidade cultural. Bozdogan explica que, “o objetivo de criticar os preconceitos eurocêntricos na constituição do conhecimento não é uma simples questão de procurar inclusão ou reivindicar um espaço para outros até então excluídos, deixando intactas as hierarquias existentes” (1999, p.209). Para a autora, as estruturas hierárquicas podem ser superadas e a crítica pode se tornar mais produtiva, quando a reconfiguração do cânone resistir à simples inclusão de grupos historicamente excluídos e transcender os aspectos que diferenciam culturas, concentrando-se em elementos que as une e conecta.

Entende-se que os argumentos de Bozdogan (1999) evitam que a diferença cultural seja reduzida a uma essência fixa e intemporal, como aconteceria se fosse reificada em discursos de identidade essencialistas. Interpreta-se que sua sugestão pedagógica busca destacar as conexões políticas e históricas, bem como as trocas e os confrontos entre diferentes culturas como método de reconstrução do cânone. Observa-se também que a autora busca se distanciar tanto de ideologias que pressupõem a Europa Ocidental como ponto zero da história, quanto as tentativas de substituição do cânone por culturas marginalizadas. No entanto, sua tentativa de desafiar o cânone por meio do equilíbrio cultural resultou em procedimentos contraditórios e em comparações não equivalentes. Inicialmente, a autora reconhece como problemas as relações coloniais e os preconceitos eurocêntricos nas formas arquitetônicas e espaciais, as quais, ao longo do texto, vão se desdobrando em “intercâmbios culturais” e parâmetros de projetos.

De maneira semelhante, em *“No se trata del canon sino de como se usa”*, Zein (2023, 41) confronta as perspectiva eurocêntricas, problematizando o cânone pelas suas restrições à diversidade cultural, o qual é formado “baseando-se em realidades externas e reduzindo as nossas próprias experiências a uma ilusão ou, ainda pior, distorcendo-as”. A autora argumenta que “analisar e criticar os cânones e o processo de canonização” é essencial para o desenvolvimento de uma “lucidez”, que se contrapõe à sua simples aceitação. Em paralelo, a arquiteta, pesquisadora e professora argumenta que a elaboração de cânones é uma “fabricação conveniente”, dada sua presença significativa no aprendizado e na formação.

No que diz respeito à formação do referencial teórico, Zein (2023) sugere que o problema em torno dos “livros generalistas” se encontra na imprecisão de seus títulos, os quais não apresentariam tais equívocos caso fossem renomeados de maneira alinhada ao conteúdo. Ao longo do seu estudo, Zein (2023, p.43) propõe uma abordagem mais diplomática, aceitando a inevitabilidade dos cânones na contemporaneidade, indicando o uso crítico dos conteúdos canônicos como alternativa indispensável para uma mudança “gradual e sensata”.

Para Zein (2023, p.44), conservá-los – até como notas de rodapé em alguns casos – possibilitaria o desenvolvimento acadêmico crítico à medida que reconhecessem sua “realidade limitada e parcial”. Nesse processo, os docentes necessariamente deveriam encorajar seus alunos à desconstrução de histórias, metodologias e personagens universais, para se engajar na elaboração de suas próprias perspectivas de pesquisa e referencial.

Em “*The meaningful emptiness of the canon*” (2020), Zein confronta a formação de hierarquias epistêmicas internas dentro do próprio contexto brasileiro. Ao considerar questões políticas e econômicas para analisar o cânone, a autora indica a existência de fronteiras “quase intransponíveis” que não permitem a elaboração de uma modernidade que não seja exclusivamente europeia. Frente a isto, a autora passa a questionar a ideia de modernidade e arquitetura moderna como resultado de uma condições social e espacial “avançada”, uma vez que a prática moderna fragmenta a sociedade entre periferia e centralidade econômica causando desigualdade e desequilíbrio, consequências teoricamente incompatíveis com o discurso de desenvolvimento e progresso.

Nesse sentido, Zein (2020, S.p.) destaca a importância em ampliar a consciência acerca das existências e manifestações canônicas que perpetuam essas narrativas, estabelecendo um método para a realização dessa tarefa. Para isto, a autora organiza um “dispositivo capaz de estabelecer o que é o cânone ou, pelo menos, o que ele contém por meio da documentação sistemática de todos os ‘exemplos’ canônicos que foram repetidamente incluídos em todas as fontes escritas disponíveis”. Nesse procedimento, deve-se considerar o edifício, sua data de projeto e construção, seu local de implantação, programa arquitetônico, autores e por fim, sua frequência nos livros, bem como é que período cronológico é citado.

Para a autora, essa proposta permite a quantificação de exemplares canônicos e abre espaço para renovação do olhar sobre eles e, portanto, para uma mudança real em direção a desconstrução da história da arquitetura global. Em seus resultados preliminares, Zein (2020) identificou um “alto grau de repetitividade” que celebra sempre os mesmos edifícios e personagens, contando a mesma história e reforçando uma “aparente homogeneidade”. Para a autora, esse padrão é problemático porque reforça idealismos e sugere uma concordância

entre vozes, que não é real. Dessa forma, os cânones alcançam uma imagem “mítica” e permanecem inertes, consolidando uma realidade reduzida e recortada.

Ao aplicar essa metodologia no caso da arquitetura moderna brasileira, Zein (2020) configura como parâmetro o número de citação por arquiteto em uma linha do tempo que vai de 1930 a 1983. Os gráficos (figura 13) ilustram a concentração de referências em Oscar Niemeyer, embora contenham tanto nomes como Assis Reis, Diógenes Rebouças e Carmem Portinho.

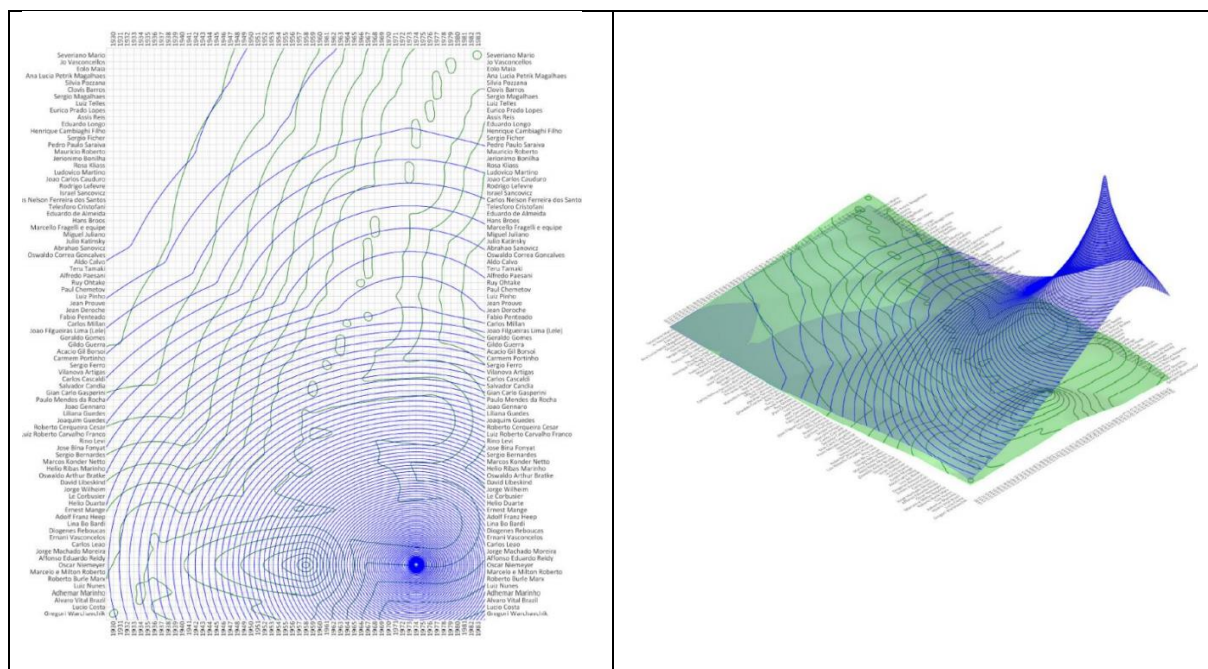


Figura 13: Representação gráfica da aplicação metodológica. Identificação de cânones na arquitetura moderna brasileira. Fonte: (ZEIN, 2020)

Por fim, Zein (2020, S.p.) conclui a investigação justificando sua intenção em promover a conscientização acerca das narrativas canônicas, mas sem a finalidade de eliminá-las. A ideia, portanto, consiste em diluir essa concentração de determinados personagens e histórias, trazendo como ênfase no ensino e na pesquisa as diferenças, vozes e obras deliberadamente anuladas por autores, leitores, professores e críticos de arquitetura e urbanismo. No entanto, o que se observa, é uma tentativa de “diluição” do cânone dentro de uma lista de nomes composta por outros cânones mais ou menos influentes, de modo que a disciplina ainda se mantém restrita à caixa preta.

Com objetivo de representar graficamente a concentração dos cânones da arquitetura e urbanismo, Lara (2023a) identifica no mapa *mundi*, edifícios mencionados em livros tidos como referência na disciplina (figura 15). Já em 2005 o arquiteto, pesquisador e professor, confronta a construção de narrativas históricas, a perspectiva eurocêntrica e as hierarquias epistêmicas, entrelaçando aspectos políticos à historiografia, identificando uma concentração geopolítica de citações que demarca os limites da Guerra Fria, por exemplo, ignorando produções da Tchecoslováquia, Hungria e Rússia (LARA, 2023a, p. 5).

Frente a estas questões, Lara (2023a) desenvolve uma postura mais radical em relação aos autores mencionados anteriormente. Conforme o autor, um cânone compõe um sistema de relações complexo. Assim, sugere de modo contundente a desconstrução dos cânones por completo, já que em casos de “concessão” sustenta-se uma lógica de “exceção que confirma a regra”, de tal forma que tudo continua igual (LARA; NESPRAL; QUINTANA-GUERRERO, 2023, p. 7).

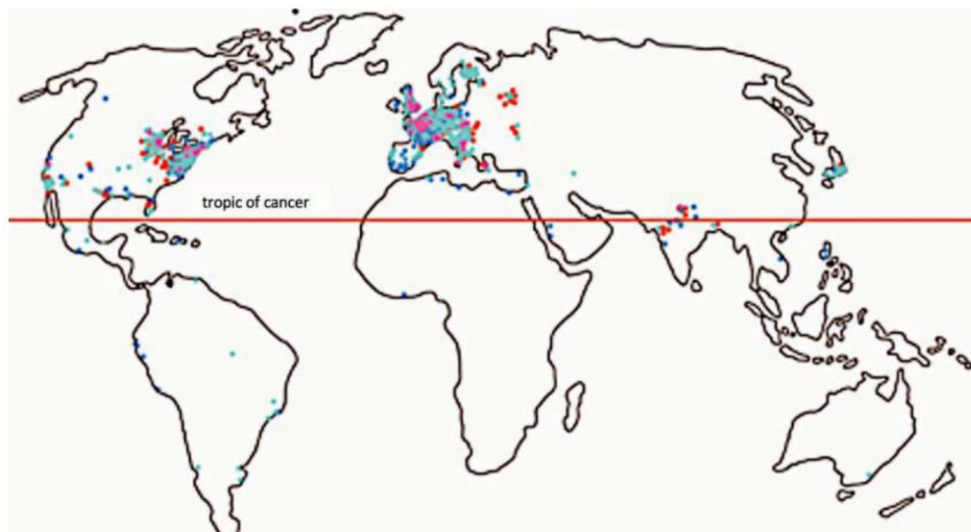


Figura 14: Representação gráfica do mapa *mundi* localizando/quantificando citações de produções arquitetônicas em livros de referência da disciplina. Fonte: Lara, 2023a.

Ao reconhecer a insuficiência epistêmica e ontológica - concentradas predominantemente no Norte-Global - no cenário arquitetônico e urbanístico, Lara (2023a) redireciona seu referencial para a América do Sul. O autor propõe abrir o debate disciplinar, desenvolver conceitos e compreender as produções locais a partir da mobilização de epistemes sul-americanas, apresentando a interlocução entre Dussel, Escobar, Mignolo, Anzaldúa e Grosfoguel (2023a, p.6). Para ele, a emergência do “giro” decolonial é uma possibilidade de interrupção da flecha do tempo linear, racional e ocidental para refletir acerca de “outro modos de avaliar e discutir arquitetura (LARA, 2023a, p. 8).

Tomando como ponto de partida as lacunas significativas no conhecimento histórico sobre a organização e a evolução espacial do continente sul-americano, Lara (2021) ressalta a colonialidade como desafio central, refletido tanto nos novos eixos hegemônicos de produção de conteúdo, como Rio-São Paulo, quanto nas narrativas de figuras canônicas, como Lúcio Costa, quando relacionadas às questões de gênero, raça e etnia.

De forma semelhante, na publicação “*Lúcio Costa era Racista?*”, Tavares (2022) confronta a formação canônica, posicionando uma interrogação polêmica que serve como ponto de partida para analisar as narrativas de Lucio Costa. Seu objetivo é não dissociar os personagens históricos de suas narrativas, demonstrando como a questão racial e o

colonialismo são elementos fundamentais que permeiam o pensamento do arquiteto. Ele ilustra isso citando duas passagens específicas: Na primeira citação, Costa associa diretamente a qualidade do governo e da arquitetura à "raça", expressando uma visão racializada da sociedade. Já na segunda citação, ele descreve o projeto de Brasília como um "ato deliberado de posse", evocando a tradição colonialista de ocupação e domínio territorial. Esses exemplos destacam como as ideias de Costa refletem noções de superioridade racial e perpetuam narrativas coloniais.

Em seguida, Tavares amplia o debate apresentando autores como Ricardo Severo e José Marianno Filho como nomes do neocolonialismo brasileiro, assim como do pensamento higienista e eugenista (2022, p.34-35). O autor destaca como as ideias desses dois intelectuais brasileiros influenciaram os processos reflexivos de Costa, destacando a importância do discurso histórico na formação dos sujeitos, inclusive de Lucio Costa. Neste contexto, o autor explora o engajamento de Costa no movimento neocolonial e como esse envolvimento estava alinhado com os valores que ele cultivava durante sua formação.

As maiores contribuições pedagógicas de Lara (2021, 2023a) e Tavares (2022), convergem na reflexão sobre o que se lê, se aprende e se ensina, revelando elementos ocultos e silêncios das críticas a Lúcio Costa, como a outros autores e obras. O desaparecimento dessas questões do discurso teórico, crítico e historiográfico não significa que elas deixaram de ser relevantes ou influentes. Pelo contrário, esse silêncio é um problema por si só, talvez até maior do que o racismo explícito do passado, pois indica a indulgência ou a alienação em relação a essas questões fundamentais. Nesse sentido, entende-se que os propósitos de Lara e Tavares focam em descortinar essas perspectivas críticas acerca da produção da história da arquitetura, bem como da própria construção do espaço.

É importante lembrar que as ideias decoloniais e o reconhecimento da presença colonial nas ideias e nas obras de personagens da arquitetura e do urbanismo, não pretendem reduzir estes sujeitos aos problemas ideológicos e projetuais. Em outros termos, não se configura como objetivo desmerecer estes trabalhos de forma simplista e anacrônica, reconhecendo, portanto, que sua formação, socialização e pontos de vista são elaborados dentro de um contexto cultural – inclusive, colonial e racista – mais amplo.

Em *“Starting from Baalbek: Noah, Solomon, Saladin, and the Fluidity of Architectural History”* (2009), Upton confronta a perspectiva eurocêntrica, a construção das narrativas históricas e, principalmente, a formação canônica de Roma, empreendendo em uma trajetória igualmente radical e desafiando as abordagens convencionais da história da arquitetura. Em vez de começar com os centros tradicionais de influência arquitetônica, como Roma, Upton propõe uma nova perspectiva, começando com Baalbek, uma cidade no Líbano conhecida por suas

antigas ruínas romanas. Além de engajar-se nessa perspectiva, Upton questiona os simbolismos de uma narração partindo de fora da centralidade tradicional (2009, p. 457).

Nesse percurso, o autor confronta três narrativas sobre a história da construção de Baalbek. Cada exemplo ilustra como diferentes personagens e eventos deixaram uma marca duradoura na compreensão contemporânea dessa arquitetura. Por outro lado, o autor dá ênfase em como essas narrativas isoladas refletem uma visão estática ou simplista da história arquitetônica em contraste com uma abordagem mais fluida (UPTON, 2009).

Em resumo, Upton (2009, p.458) primeiro discorre sobre a construção de Baalbek a partir de uma associação entre o mito bíblico de Noé e a construção da arca e o Templo de Júpiter. Em seguida, associa essa construção às sobreposições religiosas judaicas, cristãs e islâmicas (2009, p.460). Por fim, o autor associa Baalbek ao período de conflitos e mudanças políticas no território, marcado pelas cruzadas e campanhas militares de Saladino (2009, p.463). Apesar de apresentar essas possíveis narrativas, o objetivo de Upton é narrar Baalbek como produto de distintas culturas que persistiram ao longo dos séculos, compondo um espaço incongruente. Frente a isto, interpreta-se que sua análise tenciona caracterizar a construção de Baalbek como uma formação híbrida.

Para Dell Upton, arquiteto, historiador e professor, a ideia de autenticidade das produções arquitetônicas é uma ilusão. A ideia de uma Baalbek romana ou libanesa não pode ser classificada pelas categorias tradicionais de autenticidade, pureza e verdade, ainda que seja permeada por tais identidades culturais (UPTON, 2009, p. 463). Nesse sentido, o autor desconstrói a perspectiva eurocêntrica de Baalbek como materialização de sua conquista pelo império romano, desconstruindo também, nesse processo, as narrativas canônicas e seus métodos de avaliar e discutir arquitetura e espaço.

Conforme o autor, a identificação do “trilithon” (figura 15b) - uma peça megalítica de procedência ainda não confirmada - dentro do conjunto da obra (figura 15a), é um elemento arquitetônico que refuta as ideias de estabilidade e completude da forma e de suas representações:

Mesmo uma planta que mostre as “etapas” de Baalbek, ela desmente a fluidez do edifício em cada momento da sua existência. Cada parte do esquema de que temos alguma evidência foi continuamente reconcebida, retrabalhada e reconstruída, muitas vezes independentemente das outras partes, em diferentes ritmos e em diferentes momentos (UPTON, 2009, p. 463).

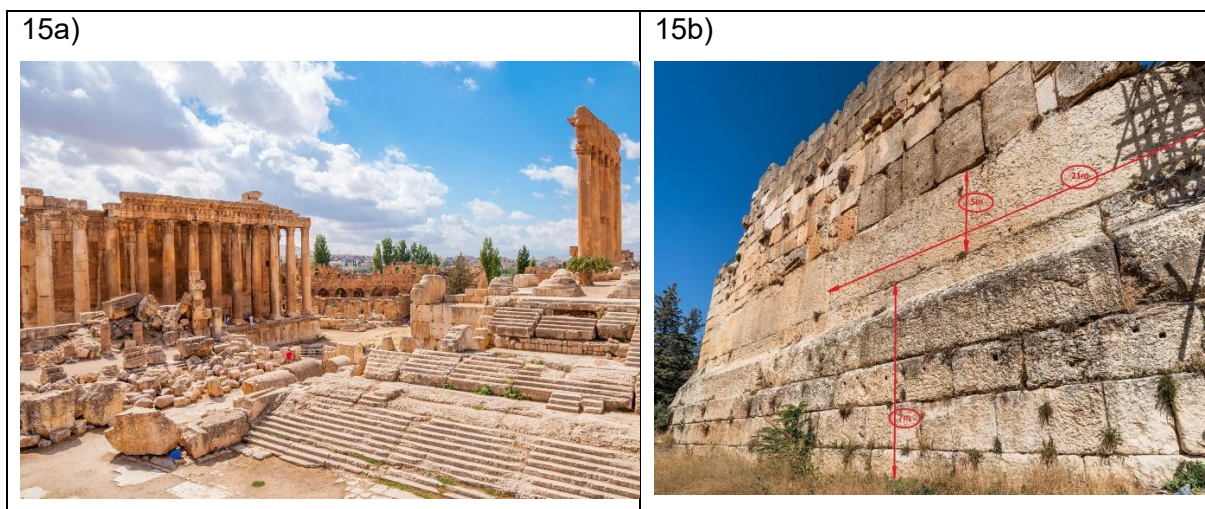


Figura 15: Perspectivas de Baalbek. A figura 15a) mostra uma vista do conjunto; a figura 15b) mostra um recorte do conjunto, identificando o Trilithon, um bloco megalítico com dimensões em metros de: 20x4,60x3,60, pesando aproximadamente 800.000 kilogramas. Fonte: Tourism Ministry of Lebanon (2024)

O autor ainda expande estas ideias desde o Stonehenge ao capitólio dos Estados Unidos, confrontando teorias e práticas contemporânea, sobretudo as europeias e americanas, que concebem a arquitetura como uma forma de arte em pequena escala, que não reflete completamente a diversidade e a complexidade da realidade histórica:

As particularidades locais fazem parte de um fluxo mais amplo de processos históricos, culturais e fenomenológicos pelos quais a arquitetura é criada e usada. Ao mesmo tempo, o modelo da história mundial não pode ser aplicado à arquitetura de forma acrítica. Uma história restrita a uma única categoria de empreendimento humano – o ambiente construído – demonstrará necessariamente mais descontinuidades e idiossincrasias do que aquela dedicada a toda a gama da atividade humana (UPTON, 2009, p465).

Sua maior contribuição pedagógica, portanto, se concentra na desconstrução da visão restrita e limitada de crenças nas quais historiadores da arquitetura se baseiam, ao mesmo tempo que ilumina um espaço descentralizado a partir do qual “as ideias arquitetônicas fluem de um lugar para o outro de tempos em tempos” (UPTON, 2009, p.464).

De maneira similar, Morshed (2020) mobiliza uma espécie de reficção das “histórias globais”, em *“De-Centering Rome: The Politics of Global Architectural History”*, confrontando a perspectiva eurocêntrica, e sobretudo, o extrativismo epistêmico, propondo uma contrapartida aos fluxos de ideias que descentraliza as narrativas que partem de Roma para o mundo. Segundo o autor, a ascensão do Império Romano não diz respeito, exclusivamente, à Europa, mas sim com a reorientação em direção ao Mediterrâneo Oriental e outras regiões do Oriente Médio e Ásia Menor. O sucesso e a glória de Roma, de acordo com essa visão, foram impulsionados principalmente pela conquista desses territórios prósperos e ricos economicamente e culturalmente (MORSHED, 2020, p. 202).

Em suas investigações, Morshed (2020) verifica que durante a era de Augusto, houve um grande período de construção e desenvolvimento urbano nos territórios do império. Muitas infraestruturas, como estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, foram construídas ou renovadas, muitas vezes com o objetivo de fortalecer a defesa e a segurança. Além disso, muitos edifícios públicos e monumentos foram erguidos, incluindo arcos triunfais e muralhas ornamentadas que refletiam o prestígio e a posição social de seus patronos (MORSHED, 2020, p. 203). Outro aspecto relevante analisado foi a influência egípcia no desenvolvimento da estética romana, com muitos edifícios e vilas incorporando elementos decorativos egípcios. Isso é exemplificado na casa de Augusto, a residência do imperador, decorada com motivos egípcios (figura 16):



Figura 16: Símbolos egípcios encontrados no quarto do imperador romano Augusto.
Fonte: Morshed, 2020.



Figura 17: Villa Adrianno em Tivoli, Italia. Fonte: René Seindal, 2024

A inspiração na cultura egípcia - tanto na disposição das estatuas, quanto no posicionamento da edificação central, no uso da água e função do edifício - também é identificada no complexo palaciano monumental Villa Adrianno (figura 17), construído um século depois da residência de Augusto, aproximadamente no século II d.C (MORSHED, 2020, p. 201). Conforme Morshed, Adrianno idealiza a arquitetura da Villa após sua visita no templo de *Serapis*, em *Canopus* (hoje, encontra-se em ruínas, conformando um sítio arqueológico) (figura 18). Para o autor, ignorar o contra-fluxo dessas influências na história da arquitetura, está mais relacionado às questões de poder que a problemas de análise dos elementos históricos (MORSHED, 2020, p. 202).

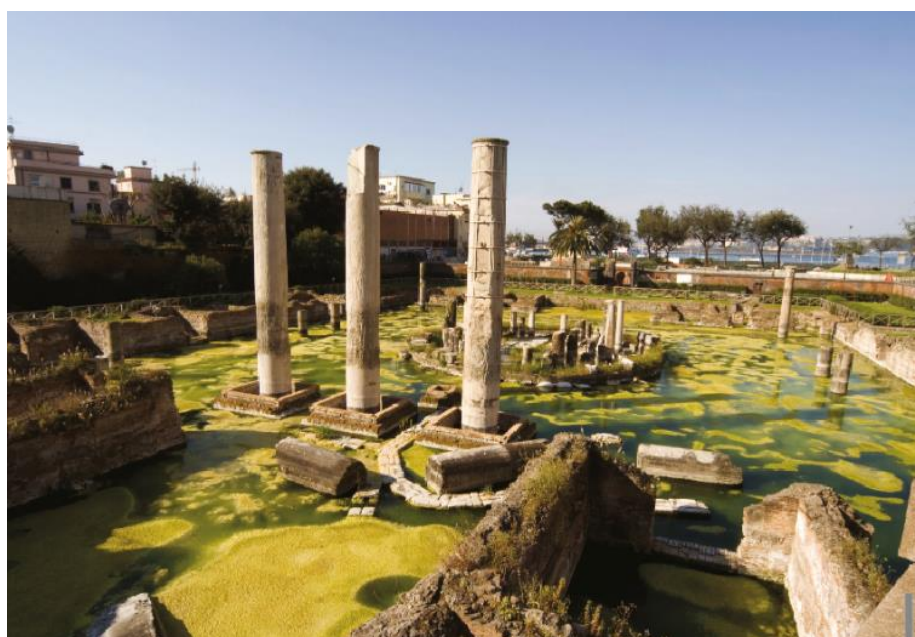


Figura 18: "Archeology & Ancient Ruins". Fonte: Bonnie Alberts (2011)

Novamente, são observadas as limitações das narrativas dominantes eurocentradas, as quais despolitizam a produção do conhecimento ao reforçar uma ideia de autonomia territorial e cultural. Morshed alerta que estas narrativas tendem a ofuscar as raízes políticas e ideológicas subjacentes e identifica dois problemas-chave: primeiro, o confronto inevitável com a "realpolitik" da produção de conhecimento; segundo, o dilema intelectual de desafiar a visão higienizada da história do cânone (2020, p.206). Por fim, o autor argumenta que a tradição histórica centrada no ocidente perpetua um conjunto enclausurado de fontes greco-romanas, o que torna qualquer interpretação alternativa do Império Romano politicamente subversiva, drástica ou extremamente radical (MORSHED, 2020, p. 206).

Reconhecendo a complexidade e o desafio em articular estes fluxos que compõem uma história muito mais ampla da arquitetura e urbanismo, a arquiteta, historiadora e professora Pyla (1999) confronta a perspectiva eurocêntrica, a construção das narrativas históricas e, e a formação canônica da disciplina. Partindo desse problema para sua investigação, Pyla

concentra sua análise em como os livros didáticos podem contribuir para uma compreensão mais inclusiva e abrangente da história da arquitetura, ao mesmo tempo em que questiona as narrativas tradicionais que muitas vezes marginalizam ou ignoram certas culturas ou perspectivas.

A autora discute o dilema enfrentado quando se tenta abordar a história das culturas marginalizadas, identificando especialmente o “cosmopolitismo iluminista” do século XVIII (PYLA, 1999, p. 220). Este demonstrava aparente generosidade na busca por uma perspectiva ampla e inclusiva, aspirando uma identificação com diversas partes e povos do mundo, e incorporando influências de diferentes culturas em suas próprias práticas intelectuais, culturais e artísticas. Contudo, os estudos de Pyla (1999) apontam que essa generosidade tem suas limitações, pois tende a desvalorizar tradições e práticas consideradas idiossincráticas, irracionais ou particularistas quando estas não se encaixam em padrões predefinidos. Isso significa que, mesmo ao tentar abraçar a diversidade, ainda há uma tendência a moldá-la de acordo com padrões normativos ou universais, ignorando as complexidades e tensões que podem existir nas culturas marginalizadas.

De acordo com a autora, essas iniciativas de expansão do escopo da história da arquitetura a partir de abordagens, sobretudo integracionistas, tendem a reforçar, em vez de questionar, a visão convencional e unificada da história. Portanto, Pyla (1999, p.220) argumenta que essa menção ou inclusão acrítica de “outras terras”, desconsiderando as realidades coloniais e pós-coloniais, ignora os impactos significativos das ocupações coloniais no desenvolvimento, por exemplo, da arquitetura moderna tanto na Europa quanto em outras culturas. Assim, sua crítica ressalta a tendência de alguns historiadores em considerar os desenvolvimentos na Europa como separados dos processos coloniais, enquanto a história dos territórios colonizados é vista como profundamente influenciada pelo imperialismo. Isso reflete uma visão eurocêntrica que subestima a interdependência entre diferentes culturas e regiões. Sobre este aspecto, Lara (2022, p. 135) declara de modo contundente que sequer haveria modernidade europeia sem o encontro, em particular, com as Américas.

Pyla (1999, p.222) busca desafiar a suposição tradicional de que as interações além das fronteiras culturais são distintas daquelas que ocorrem dentro desses limites. Frente a isto, a autora sugere que uma abordagem mais produtiva para o estudo da interação intercultural seria explorar não apenas os intercâmbios transfronteiriços, mas também aqueles que ocorrem dentro das próprias culturas. Nesse sentido, o estudo da interação intercultural deveria examinar uma variedade de canais de troca cultural e abranger uma imagem mais abrangente e complexa dos elementos da cultura material e expressiva, que vão desde registros pictóricos e arqueológicos até documentos escritos. Essa perspectiva ampliada pode

oferecer outras compreensões sobre como as culturas se influenciam e se transformam ao longo do tempo.

Apesar desse confronto entre as histórias locais e globais, que levaria a uma infinidade de possíveis histórias espaciais, o objetivo da autora não se resume a converter o livro didático e o conteúdo pedagógico em uma compilação de pesquisas minuciosas sobre assuntos especializados, tampouco se espera que os redatores, professores e discentes se tornem especialistas em todos os temas abordados. Diversamente, sua ênfase está na reavaliação dos métodos de síntese utilizados na criação dos livros didáticos. Ou seja, para Pyla (1999, p.221) é importante repensar como as informações são integradas e apresentadas de forma acessível e compreensível para os alunos, sem comprometer a precisão e a profundidade do conteúdo. Por exemplo, ao realizar análises comparativas, o historiador poderia apresentar os estudos existentes revelando a quantidade desigual de material e fontes de investigação, incluídos estas mesmas lacunas como objetos de novas pesquisas (PYLA, 1999, p. 221).

Segundo a autora, ao ignorar essas limitações, perpetuam-se desigualdades políticas e sociais ao não confrontar as assimetrias nos estudos históricos, silenciando, por sua vez, a urgência em explorar de modo mais aprofundado outras perspectivas históricas. Pyla ainda afirma que a não identificação dessas lacunas sugere um panorama de fatos “universalmente indiscutíveis” e de “hábitos de percepção des-historicizados”, que não conseguem fornecer aos professores, alunos e pesquisadores as ferramentas para negociar diferentes interpretações (1999, p. 222).

Sua maior contribuição pedagógica está na análise da importância das fontes na prática histórica e da responsabilidade do historiador de tratá-las não apenas como simples notas de rodapé, mas como parte fundamental do problema epistêmico subjacente aos eventos históricos. Entende-se que essa falta de transparência compromete a integridade do trabalho histórico e limita a capacidade dos leitores (pesquisadores, professores e alunos) em compreender plenamente o processo de construção do conhecimento histórico. Ao reconhecer a importância dos livros didáticos como fontes de informação amplamente difundidas, Pyla (1999, p. 222) argumenta que sua influência é significativa demais para justificar a inclusão de afirmações não críticas sob o pretexto da simplicidade e da acessibilidade.

A autora ressalta que a simplificação pode ser benéfica até certo ponto, mas também pode obscurecer a estrutura do conhecimento e da aprendizagem, silenciando problemas sociais, epistêmicos e espaciais, o que dificulta a compreensão completa das questões abordadas. Portanto, a inclusão ou simples ampliação do escopo da história da arquitetura enfrenta como

dilema metodológico as possibilidades de desenvolvimento plural desse campo do conhecimento e sua abordagem nos livros didáticos.

Conforme Pyla (1999, p.223), o primeiro passo é não reproduzir visões revisionistas da história com a preservação do corpo de conhecimento estabelecido pela tradição histórica canônica, destacando uma falsa dicotomia entre o conhecimento existente e o novo conhecimento. O segundo passo, é compreender que as histórias suprimidas ou marginalizadas não devem ser vistas apenas como adições ao conhecimento existente, mas como elementos que têm o potencial de transformar fundamentalmente nossa compreensão da história como um todo. Portanto, a expansão do escopo da história requer uma reestruturação radical da própria estrutura da disciplina.

Projeto, desenho e planejamento: relação, corpo, natureza, emoção

Em “Desobediência projetiva? Esboço para o ensino de arquitetura”, Name (2023) menciona a "desobediência projetiva" como confronto a formação canônica, bem como provocação e incentivo aos profissionais e pesquisadores do campo da arquitetura a repensarem suas abordagens e práticas de design. Sua proposta, tendo a desobediência como ponto de partida, sugere uma recusa em seguir cegamente métodos convencionais que tendem a produzir projetos que promovem um estilo de vida que o autor descreve como “branco e burguês”. Assim, Name (2023, p.219) instiga uma redefinição dos objetivos e métodos de design que rompam com as práticas homogênea e hegemônicas, para criar espaços mais inclusivos e sensíveis à diversidade cultural e social. A "desobediência projetiva", portanto, implica uma atitude de desafio às normas estabelecidas e uma disposição para explorar novas abordagens e perspectivas na prática arquitetônica.

Ao identificar as disciplinas de “projeto” ou “ateliê” como núcleo dos currículos atuais dos cursos em arquitetura e urbanismo, Name (2023, p.225) sugere que estas recebem mais ênfase e tempo de ensino em comparação com outras disciplinas. O problema disso, segundo o autor, é que outros conteúdos curriculares são muitas vezes relegados a um papel secundário. Isso revela uma hierarquia de valorização dentro do currículo, na qual o design arquitetônico é priorizado em detrimento de áreas como teoria, história, meio ambiente, conforto, tecnologia ou sociologia, são, majoritariamente, consideradas menos essenciais para a formação do arquiteto.

Name (2023, p.225) correlaciona essa formação voltada para o design construtivo e, conseqüentemente, para o mercado imobiliário, à atuação dos futuros profissionais concentrada em propagandas imobiliárias de arquitetura residencial que reproduzem padrões

culturais e sociais. O autor identifica a homogeneização projetual das unidades residenciais apresentadas nas propagandas imobiliárias, que embora possam destacar características únicas, quase invariavelmente contém varandas gourmet ou cozinhas em conceito aberto, bem como plantas baixas que dispõem salas de estar e jantar, banheiro social, dois quartos (um deles uma suíte) e, às vezes, um quarto de empregada, que muitas vezes é pequeno e pouco funcional.

Conforme Name, essa padronização também pode ser vista como uma continuação dos princípios da arquitetura modernista europeia do século XX, que enfatizava a setorização dos espaços em atividades específicas, como dormir, cozinhar, entre outros. Para ele, a repetição desse modelo de moradia também reflete a reprodução da estrutura familiar nuclear heteropatriarcal e burguesa branca. Esse modo de projetar, remonta a formas, linguagens e tipologias que foram transportadas e reinterpretadas ao longo da história, desde as primeiras cidades coloniais. Assim, o autor destaca a importância da compreensão da arquitetura como uma expressão cultural e social, moldada por contextos históricos e sociais específicos, além de evidenciar como os padrões arquitetônicos podem perpetuar certas estruturas sociais e culturais (NAME, 2023, p. 225).

Frente a este panorama, Name (2023) propõe duas estratégias de desobediência projetiva nos cursos de arquitetura e urbanismo. A primeira estratégia é a adoção de cotas de ingresso tanto para estudantes quanto para professores, juntamente com a inclusão deliberada de cotas epistêmicas. Essas Além disso, o autor ressalta a importância de reconhecer e valorizar a capacidade de projetar de pessoas que muitas vezes são desconsideradas ou subestimadas, especialmente aquelas provenientes de diversas periferias urbanas, rurais ou urbanas (NAME, 2023, p. 228).

A segunda estratégia propõe romper com paradigmas estabelecidos e incorporar uma perspectiva corporal e situada no ensino do projeto arquitetônico. Assim, Name (2023, p.229-230) sugere o questionar a representação na arquitetura, a qual, em algumas situações, não consegue demonstrar relações temporais e corporais relevantes para a elaboração projetual. Para isso, a representação poderia ser vista como uma ferramenta, não como o único modelo a ser seguido. Isso abre espaço para explorar novas formas de desenho e expressão, que consideram a multiplicidade de experiências e formas de expressão dos diferentes grupos sociais. O autor também destaca a importância da integração da materialidade ao processo de ensino e aprendizagem, priorizando o uso de protótipos, maquetes e canteiros experimentais como laboratórios pedagógicos. Dessa forma, as práticas poderiam permitir que os estudantes compreendessem o ato de construir como parte intrínseca do processo de projetar, promovendo também a colaboração e a coautoria entre os participantes. A interação

entre objetos, instrumentos e pessoas é vista, pelo autor, como fundamental para criar um ambiente de aprendizagem rico e inclusivo, onde a gambiarra (solução improvisada) é reconhecida como um método legítimo de projetar, valorizando a criatividade e a adaptabilidade em resposta aos contextos específicos (NAME, 2023, p. 229).

Ao trazer para o debate o ensino de paisagismo de forma crítica e emancipatória na América Latina, Name e Moassab (2020b, p. 336) confrontam a formação canônica e as hierarquias epistêmicas, apresentando quatro diretrizes principais que enfatizam os contextos de limitações econômicas ou de recursos materiais. A primeira diretriz aborda “O assentamento informal como paisagem possível” e destaca a necessidade de uma atuação profissional em intervenção na paisagem que seja sensível às realidades dessas comunidades, especialmente em relação aos assentamentos informais, frequentemente chamados de “bairros marginais” ou “favelas”. Os autores explicam que, como essas paisagens são muitas vezes consideradas como fora da norma pela teoria urbana, prática projetiva e pelo Estado, estes buscam modificá-las ou até mesmo erradicá-las (2020b, p.340).

No entanto, Moassab e Name (2020b, p.340) sugerem a inclusão desses assentamentos “anormais” no conteúdo pedagógico como paisagens possíveis, com características morfológicas e culturais específicas que merecem ser consideradas no ensino de paisagismo. Conforme os autores, essas comunidades possuem linguagens e racionalidades morfolologicamente instituídas por múltiplas tipologias, e o ensino de paisagismo pode explorar suas características positivas, como as relações de vizinhança, a escala acolhedora, as vistas inesperadas e a diversidade de usos e sociabilidades em espaços singulares.

A segunda diretriz foca em uma “Revisão crítica à monumentalização e à patrimonialização da paisagem na América Latina”, onde os centros urbanos foram historicamente marcados pela instalação de estruturas de poder que perpetuam narrativas de conquista e opressão (NAME; MOASSAB, 2020b, p. 341). Essa proposta destaca o papel do paisagismo na perpetuação dessa visão hegemônica da paisagem como mero suporte visual, muitas vezes centrado na monumentalização de elementos arquitetônicos e na valorização do patrimônio europeu construído.

A terceira diretriz elabora o conceito de “Paisagismo como narração” destacando como o design paisagístico pode influenciar a percepção e a compreensão da paisagem (NAME; MOASSAB, 2020b, p. 341–342). Nesse contexto, o paisagismo é visto como um meio de contar histórias por meio da organização e manipulação dos elementos visuais e físicos do ambiente. No entanto, os autores chamam atenção para a abordagem tradicional do paisagismo, que muitas vezes contribui para uma visão superficial da paisagem, focando apenas em aspectos estéticos e sensoriais que proporcionem prazer visual aos observadores.

Essa construção hegemônica das paisagens, para Name e Moassab (2020b), frequentemente negligência as perspectivas e os conhecimentos de culturas que valorizam aspectos como a dimensão temporal da experiência humana, a memória coletiva e os símbolos culturais que estão incorporados na paisagem. Assim, para desafiar essa abordagem os autores sugerem que o paisagismo precisa adotar uma perspectiva que valorize o tempo, o percurso e a deambulação como elementos essenciais na criação coletiva da paisagem. Isso implica reconhecer e integrar as narrativas locais, as memórias culturais e os significados simbólicos presentes na paisagem, por meio da colaboração comunitária e da criação de "micronarrativas" que deem voz aos diversos usuários e habitantes do território.

A quarta diretriz aborda o papel do “Paisagismo como justiça ambiental e ressignificação de espaços livres” enquanto instrumento para garantir direito à cidade, especialmente onde a distribuição desigual dos riscos ambientais afeta desproporcionalmente diferentes grupos sociais (NAME; MOASSAB, 2020b, p. 342). Conforme os autores, uma das principais características desse cenário é a relação direta entre a exposição a eventos naturais extremos ou a atividades tóxicas e a segmentação socioespacial, com áreas periféricas desprovidas de serviços urbanos e habitadas principalmente por indivíduos de baixa renda e não brancos. Essa segregação socioespacial contribui para a naturalização da exclusividade de acesso a espaços de lazer e contemplação por parte de grupos brancos das classes média e alta, evidenciando uma forma de "racismo ambiental" (NAME; MOASSAB, 2020b, p. 342). Frente a isto, o ensino de projeto paisagístico, bem como a atuação de paisagistas, deveria incluir como responsabilidades e condutas:

- 1) Exigir políticas públicas para ampliar os espaços de lazer e amenizar os impactos ambientais em áreas segregadas racial ou socialmente;
- 2) Incorporar nas suas intervenções as formas de sociabilidade desses grupos marginalizados, ressignificando tipologias e usos dos espaços livres;
- 3) Reconhecer que a criação de espaços livres públicos nessas áreas possibilita a expressão de culturas marginalizadas, ampliando as oportunidades de participação política e contribuindo para a configuração de centralidades urbanas;
- 4) Integrar o desenho projetivo com princípios de ecologia de paisagens, agroecologia e infraestruturação da paisagem para promover a regeneração ambiental e distribuir funções ecossistêmicas, ao mesmo tempo em que se busca mitigar os riscos ambientais.

Em “*Abstraction as a colonizing tool*”, Lara (2023b) confronta os paradigmas e modelos estabelecidos pela formação canônica, tencionando o desenvolvimento do diálogo com a realidade local como subversão a abstração espacial. O autor elabora como argumento

fundamental que o método de abstração espacial tem sido uma ferramenta do colonialismo e um instrumento de desigualdade desde seu surgimento no século XVI, destacando esta prevalência metodológica no campo da arquitetura e urbanismo, bem como a falta de atenção dada a outras formas de geração de espaço. Para isto, o autor correlaciona o método de abstração espacial em processos projetuais à separação dualista entre mente e corpo introduzida por Descartes (2023b, p.338). A *res-extensa* (corpo) refere-se à substância material ou física, o mundo material composto pela extensão do espaço, caracterizada por comprimento largura e altura; a *res-cogitans* (mente) entende-se como a coisa pensante, referindo-se à substância imaterial ou mental, a qual reflete a esfera da consciência e das emoções.

Lara (2020b, p.337) argumenta que a consolidação dessa perspectiva exigiu a dissociação entre o espaço e os corpos que o ocupam. Nessa linha de raciocínio, o espaço é visto como uma entidade independente, separada das coisas e dos eventos que nele ocorrem. Essa concepção de espaço como algo absoluto e desvinculado das realidades materiais tem profundas implicações na forma como entendemos e interagimos com o mundo ao nosso redor. Ao privilegiar o espaço como uma entidade abstrata e universal, tendemos a subestimar a importância dos lugares, suas histórias, culturas e contextos.

Nas escolas de arquitetura, os alunos são ensinados a dominar a abstração, deixando de lado muitos contextos históricos e conteúdos locais em favor da manipulação da geometria (LARA, 2023b, p. 336). Conforme o autor, isso resulta em uma desconexão dos alunos com suas experiências espaciais anteriores e uma imersão em um novo conjunto de valores arquitetônicos. O autor também chama atenção para a forma como a arquitetura tradicionalmente ignora aspectos como história, emoções, afetos e traumas, focando apenas em elementos físicos.

Ao regressar no tempo, Lara (2020b) traça a linha de construção da abstração espacial como método, identificando o século XV como momento histórico que fragmenta a atuação da arquitetura entre projetista e construtor. No contexto da colonização das Américas, destaca que a abstração é reconhecida como uma componente fundamental do processo moderno de projeto arquitetônico, envolvendo a redução de informações para manipular o que é considerado a essência (2020b, p.336).

Para o autor, esse processo de abstração pode ter eliminado importantes processos relacionais que precisam ser reintegrados no processo de design. Lara ressalta que apesar dos avanços na compreensão histórica e crítica da colonização, os estudos de arquitetura e urbanismo ainda carecem de uma abordagem abrangente do impacto desse encontro entre as culturas (LARA, 2023b, p. 336). A falta de sistemas de análise desse encontro confirma os

argumentos apresentados até o momento, os quais destacam a influência perspectiva nos modos como a história e a teoria da arquitetura são ensinadas na contemporaneidade.

Assim, sua proposta final é de "descolonizar" a abstração no design, ou seja, desfazer os aspectos excludentes e opressivos que historicamente estiveram associados a ela, incorporando a relacionalidade, a historicidade, familiaridades, emoção, entre outros. Para o autor, esse processo se inicia desde o entendimento das relações entre abstração do espaço, colonialidade e modernidade (LARA, 2023b, p. 338–339).

Essa contrapartida projetiva de Lara (2023b) converge com o provocativo ensaio “*An Ant’s view of Architecture*”, em que Latour e Yaneva (2013) desafiam a dominância antropocêntrica no contexto projetual e tencionam uma abordagem incomum para compreender a arquitetura a partir da perspectiva de formigas. Assim, ao questionar as práticas disciplinares tradicionais em Arquitetura, os autores denunciam as relações de poder e as hierarquias do conhecimento que moldam o campo e o espaço.

Latour e Yaneva recorrem a interdisciplinaridade como uma condição fundamentalmente humana e arquitetônica, reconhecendo as intrínsecas relações entre os seres humanos, o espaço, a natureza, os materiais, as tecnologias, as construções e até mesmo as formigas. Por fim, eles argumentam que, talvez, a tarefa mais difícil e importante da arquitetura, seja encontrar o equivalente “à arma fotográfica”, ou seja, desenvolver métodos capazes de captar todas as dimensões relacionais (figura 19) no modo de fazer arquitetura:

“Um projeto de construção assemelha-se muito mais a uma ecologia complexa do que a um objeto estático no espaço euclidiano. Como muitos arquitetos e teóricos da arquitetura mostraram, a biologia oferece metáforas muito melhores para falar sobre edifícios” (LATOUR; YANEVA, 2013, p. 88)



Figura 19: “Onde você incorpora as especificidades do programa em mudança? Basta pensar um minuto antes de confessar que o espaço euclidiano é o espaço em que os edifícios são desenhados no papel, mas não o ambiente em que os edifícios são construídos – e menos ainda o mundo em que são vividos” (LATOUR; YANEVA, 2013, p. 82).

Em *Art on my mind, visual politics* (1995), no capítulo *Black Vernacular: Architecture as a cultural practice*, hooks exemplifica a importância da abertura do diálogo com a realidade local e social como confronto à formação canônica, entrelaçando as profundas relações entre exploração espacial, arquitetura, estética e liberdade. Ao trazer memórias de sua infância enquanto fonte documental situada, a autora narra uma experiência no ensino médio em que seu professor de artes encoraja seus alunos a abstrair os próprios contextos de vida, para então, projetar a casa dos sonhos:

Desenhando a casa dos meus sonhos em uma aula de arte no ensino médio, eu não achava que qualquer decisão que eu tomasse fosse política. De fato, todo pensamento que eu tinha sobre a estética deste projeto estava enraizado na fantasia imaginativa. Começando com a ideia de um mundo de liberdade ilimitada onde o espaço, e em particular o *living space*, pudesse ser projetado apenas em relação ao "desejo", eu queria muito me afastar de realidades "políticas" concretas, como classe, e apenas sonhar. Quando nos foi dada a tarefa - construir uma casa dos sonhos - nosso professor de arte nos encorajou a esquecer as habitações como as que conhecíamos e a pensar com imaginação sobre o espaço, sobre a ligação entre o que desejamos, sonhamos e o que é prático (HOOKS, 1995).

Anos depois, quando se pergunta o porquê daquele homem branco e imigrante italiano ter dado esse exercício, hooks entende que os parâmetros estabelecidos para a realização da tarefa foram propositalmente colocados como forma de subversão às neutralidades disciplinares, de modo que a expressão criativa dos alunos fosse capaz de transcender a realidade política de classe, raça e gênero na qual estavam inseridos (HOOKS, 1995, p.146):

Mesmo que eu não me visse como uma brecha política na época, o próprio fato de ter projetado minha casa dos sonhos contraria a experiência de crescer em um espaço pequeno e superlotado.

Segundo a autora, caso fossem conduzidos a encarar o *apartheid* racial e a supremacia branca presente no sul dos Estados Unidos enquanto relações de poder e dominação que condicionam o acesso ao espaço e o direito à cidade, o exercício teria resultados completamente diferentes. Portanto, idealizar suas casas em um espaço irrestrito da imaginação, abriu lugar para que os alunos estivessem a frente das políticas de propriedade e controle espacial, e exercerem o direito de produção cultural (HOOKS, 1995, p.146).

De fato, os negros equiparavam a liberdade com a passagem para uma vida em que teriam o direito de exercer controle sobre o espaço em seu próprio nome, onde imaginariam, projetariam e criariam espaços que responderiam às necessidades de suas vidas, de suas comunidades, suas famílias (HOOKS, 1995, p.147).

O exercício experimentado e relatado em primeira pessoa por hooks (1995) oferece uma visão perspicaz sobre as limitações enfrentadas por indivíduos situados em espaços subalternizados ao tentar para imaginar e materializar arquitetura. Ao mesmo tempo, a autora

destaca as capacidades criativas presentes em todas as existências como potencial construtivo. Sua maior contribuição teórica reside na ênfase sobre a importância da inclusão das realidades locais, das experiências situadas e das relações entre política espacial, corpo e gênero, bem como nas considerações sobre as emoções, memória e a familiaridade na produção do conhecimento e do espaço.

3.3 Desafios disciplinares: a jornada em terreno desconhecido

As lentes críticas oferecidas pela teoria decolonial surgem como um convite para desconstruir as estruturas de poder e conhecimento eurocêntricas que moldam diversas dimensões institucionais e epistêmicas, não se reduzindo à produção do conhecimento específica no campo da arquitetura e urbanismo. Por isso, essa abrangência é considerada como um primeiro aspecto que dificulta sua ampla divulgação, uma vez que exige reflexões profundas e ações transformadoras das estruturas fundamentais do universo humano cognitivo. Nesse sentido, destacam como principais desafios:

1) Resistência à Descolonização:

Um dos maiores desafios reside na resistência “natural” que a teoria decolonial encontra nos setores institucionais, o quais se beneficiam da ordem colonial implícita e vigente. A descolonização implica questionar privilégios e sistemas de poder há muito tempo enraizados, gerando resistências e defesas por parte daqueles que se sentem ameaçados por uma mudança de paradigma. Embora o despertar de consciência tenha acontecido a pouco menos de um século, como indicado por Waisman (2013) e Maldonado-Torres (2008), e tenha contribuído para elaboração de algumas teorias críticas sobre o assunto, a negação do colonialismo e a recusa em reconhecer os efeitos persistentes do colonialismo ainda são mantidas e invisibilizadas nas dimensões institucionais e epistêmicas. Dessa forma, a defesa do *status quo*, dos modelos tradicionais de conhecimento e prática, prevalecem em detrimento dos saberes locais e subalternizados. Isso demonstra certa falta de interesse em questionar as bases que estruturam a sociedade, bem como certa acomodação em paradigmas familiares.

2) Desafios Epistemológicos:

A teoria decolonial exige uma ruptura epistemológica e desafia a orientação cognitiva colonialista orientada pelo racionalismo, positivismo e objetividade. No cenário contemporâneo, propostas que repensam e questionam conceitos, métodos e linguagens ainda são, predominantemente, consideradas radicais e menos válidas ou científicas. Porém, a limitação dos debates decoloniais a grupos específicos, juntamente com a escassez de

acadêmicos e intelectuais em posições de influência nas instituições de ensino superior e centros de pesquisa, dificulta sua disseminação generalizada, resultando em uma falta de representatividade.

3) Transformação na Arquitetura e Urbanismo:

A introdução da teoria decolonial no campo da arquitetura e urbanismo pressupõe a revisão dos paradigmas tradicionais, assim como a identificação de suas agendas e ideologias subjacentes. No entanto, se torna um desafio confrontar uma instituição despolitizada há tanto tempo, de tal maneira que a tomada de consciência à mudança substancial deverá percorrer uma longa trajetória. Esse processo também demanda reconhecer princípios ilusórios e idealizados, como a autenticidade, a pureza e a origem de histórias e construções, de modo que a desconstrução desses modelos e abertura para outras formas demandam disposição e investimento em pesquisa.

Diante dessas circunstâncias, Maldonado-Torres sinaliza que a percepção das ciências dominantes em relação aos espaços disciplinares decoloniais, são frequentemente reduzidos e distorcidos, sendo considerados como campos fragmentados e secundários (2016, p.79). Para o autor, as abordagens decoloniais geralmente são vistas como áreas de interesse limitado e parcial, cujos compromissos com questões identitárias desafiam a suposta objetividade exigida pela academia.

Esse precedente identificado por Maldonado-Torres (2016) expõe como as instituições ainda negligenciam a relevância dos estudos decoloniais nas ciências. Um exemplo disso é a falta de apoio financeiro, como bolsas de estudo, para pesquisas que incorporem uma abordagem decolonial (MIGNOLO, 2018, p.106). Apesar desse cenário de escassez de incentivo, Mignolo informa que a prática decolonial tem desafiado estes problemas, apresentando um crescimento exponencial nos últimos cinco anos (2018, p.108),

Nessa busca por espaço, ressalta-se que a teoria decolonial não visa reivindicar a originalidade dessas proposições, uma vez que tais questionamentos remontam, pelo menos, à década de 1960. Um exemplo notável é a tentativa radical de Rudofsky, apoiada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, de trazer a "arquitetura sem arquitetos" para o debate da arquitetura acadêmica e profissional. No contexto ocidental, uma das primeiras teses que abordam a própria arquitetura como objeto de análise e reflexão é datada em 1963, elaborada por Peter Eisemann e intitulada "A base formal da arquitetura moderna" (VARNELIS, 2007, p. 24). Desde então, muitos intelectuais do campo da arquitetura abriram o campo do conhecimento ao escrutínio, como Spiro Kostof, que buscava apresentar uma narrativa para além dos grandes monumentos e estilos arquitetônicos; como Kenneth Frampton, ao buscar inserir culturas marginalizadas no debate arquitetônico internacional (WAISMAN, 2013, p. 97);

como Hassan Fathy, que estabeleceu as bases do regionalismo como instrumento de análise e concepção de arquitetura; como Sigfried Giedion ao combinar aspectos sociais, tecnológicos, econômicos e filosóficos para analisar a evolução da arquitetura moderna; entre tantos outros nomes como William Curtis, Rem Koolhaas e Juhani Pallasmaa, que desde meados do século passado têm elaborado diversas perspectivas sobre a arquitetura, seja pelos seus elementos fenomenológicos, culturais, tecnológicos, formais ou funcionais.

Essa observação destaca outro desafio a ser enfrentado pelo campo disciplinar e se divide em duas chaves de análise: Por um lado, é possível identificar na linha do tempo, uma construção narrativa da arquitetura, majoritariamente liderada por homens e localizada na Europa. Por outro lado, quando se reconhecem as críticas, outros nomes se estabelecem como figuras canônicas, e suas obras, como seminais no *hall* da teoria e prática da arquitetura e urbanismo.

Ademais, a reflexão sobre a própria disciplina de arquitetura e urbanismo como objeto de análise, por ser uma tendência relativamente nova - especialmente sob a perspectiva decolonial - representa um desafio. Assumir uma postura epistêmica e ontológica decolonial implica reconhecer que se trata de um processo contínuo de construção, envolvendo teorias, práticas e diálogos em constante evolução. Frente a isto, se reconhece que essa abordagem ainda não gerou respostas materiais concretas, embora tenha provocado uma significativa conscientização histórica.

Argumenta-se ainda que, em alguns casos, a tentativa de integrar a decolonialidade na arquitetura e urbanismo resultou em soluções superficiais e pouco impactantes, muitas vezes elaborando respostas meramente decorativas ou simbólicas, sem abordar profundamente as questões subjacentes. Por exemplo, arquitetos podem projetar estruturas esteticamente atraentes que, embora levem em consideração questões raciais ou culturais de forma estereotipada, falham em abordar as reais necessidades dos indivíduos, buscando apenas a exaltação de seus próprios projetos. Assim, ao não abordar as questões fundamentais de poder que permeiam a produção do conhecimento e a materialização do espaço, tais tentativas podem resultar em soluções arquitetônicas artificiais e desconectadas da realidade social e histórica das comunidades envolvidas.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, foi impossível inferir que embora o engajamento na atitude decolonial defenda uma prática baseada na "realidade situada" como contraponto à "teoria abstrata", sua aplicação ainda permanece predominantemente retórica – com maior sucesso na historiografia – representando grandes desafios à sua efetiva aplicação em termos de projeto e construção. Em outras palavras, o discurso por uma teoria e prática desconstruída e reconstruída pela identificação da diversidade de existências, histórias, narrativas, estilos,

tempos e espaços, ainda não se conecta efetivamente com a materialidade dos espaços construídos em suas propostas.

Em contrapartida, entende-se que a decolonialidade não pode ser simplificada ou limitada a atividades ou discussões superficiais. Em vez disso, é apresentada como uma postura mais complexa que envolve não apenas discussões e representações, mas também uma mudança profunda de perspectiva, incluindo ideias, emoções, reflexões e até ações físicas não performáticas. Ou seja, é uma abordagem que transcende o meramente teórico ou simbólico, incorporando uma transformação mais abrangente na forma como vemos o mundo e nos relacionamos com ele. Nesse contexto, a consciência se refere à reflexão decolonial que, no espaço-tempo, pode ser incorporada aos corpos, pontos de vista, formação social, atuação profissional e prática projetual. Portanto, a decolonialidade – a teoria ou pensamento decolonial – envolve primeiro a consciência e depois o sentido corporal, podendo se tornar automatizadas e se manifestar materialmente.

É reconhecido também a força do mercado global - do neoliberalismo - essa entidade “invisível” que regula o espaço e as demandas projetuais. Nesse espaço, regulado pelo capital, fragmentado e racionalizado pela modernidade, a introdução da decolonialidade inevitavelmente enfrentará muitos obstáculos e provocará ambiguidades e contradições, uma vez que a perspectiva crítica situada, a construção geopolítica do conhecimento, as respostas geográficas à colonialidade, são processo reflexivos-práticos que se desdobram no contrafluxo da flecha do tempo universal. Logo, rever o conteúdo pedagógico, a formação dos profissionais até a concepção e implementação de projetos, é visto como um dos maiores desafios na transformação disciplinar.

Frente ao exposto, destaca-se que tão importante quanto levantar o debate de reinvenção do campo disciplinar ao longo do capítulo, foi explorar na contemporaneidade, como pesquisadores e profissionais tem superado e enfrentado tais desafios, e buscado concretizar abordagens alternativas de se pensar e fazer arquitetura e urbanismo. Nesse processo, as lacunas existentes são reconhecidas, especialmente em termos de metodologia, no entanto, é compreensível que as respostas e soluções não surjam de imediato, como acontece em muitas descobertas na ciência. Em decorrência disso, compreende-se que há um longo caminho a percorrer, o qual exigirá muita pesquisa, debate e desenvolvimento teórico e prático dentro da profissão.

*"We were talking
About the space between us all
And the people
Who hide themselves behind a wall of illusion
Never glimpse the truth, then it's far too late
When they pass away [...]"*

Within or without you, The Beatles, 1967

CONCLUSÕES

(IN)CONCLUSÕES

Como mencionado no início dessa dissertação, essa pesquisa reflete uma jornada intelectual e profissional contínua, movida por inquietações que surgiram desde o período de formação à prática no mercado de trabalho. Como exemplos pontuais, recorda-se o desenvolvimento projetual da disciplina de urbanismo sobre um recorte espacial na cidade de Vila-Velha. As diretrizes de projeto mais articuladas tinham como referência o livro seminal “Cidade para pessoas” de Jan Gehl (2013) e “A imagem da cidade”, de Kevin Lynch, ambas vistas como manuais para a cidade ideal e ferramenta de análise para espaços deslocados da realidade brasileira. Na entrega do projeto, a perspectiva geral da turma apontava para a impressão de que todo o processo havia se resumido ao comando “*offset*” do autocad. Recorda-se também a leitura de “Os olhos da pele” de Juhani Pallasmaa, que inicia sua obra criticando a dominação da visão na arquitetura moderna e argumentando que a ênfase excessiva na visualidade resulta em espaços que carecem de profundidade sensorial e emocional. Esse fato vivido e experimentado nos anos de trabalho em escritório de arquitetura mobilizou os primeiros temas dessa investigação, a qual buscava incorporar a importância dos sentidos, da experiência entre corpo e espaço, da memória e da imagem. A vida vivida enquanto arquiteta urbanista confirmava a relação entre o corpo, o espaço e a cidade. Mais tarde, a leitura de “*Art on my mind*” de hooks proporcionou uma experiência fenomenológica em que suas palavras evocavam o lar da infância, trazendo à tela mental as imagens do jardim ao redor da casa, da luz entrando pelas enormes janelas de madeira. Frente a estas experiências, a ideia de ser professora e estimular nos alunos como ferramentas e arcabouço teórico suas vivências, emoções, memórias e sentidos sobre seus próprios espaços existenciais se tornou um objetivo. Paralelamente, essa possibilidade de refletir e praticar arquitetura na formação foi vista como lacuna que explicava o processo projetual no escritório de arquitetura e design, focado na funcionalidade, racionalidade e tendências. Assim, o contato com a decolonialidade irrompe como oportunidade de reunir estes aspectos, tanto para uma leitura crítica da estrutura e composição da disciplina, quanto para mobilizar outros modos de pensar, ensinar, aprender e atuar profissionalmente.

Mas, anteriormente ao encontro com a teoria decolonial, sua presença insuspeitada compunha um projeto de pesquisa voltado ao cotidiano, aos sujeitos comuns, à subversão (CERTEAU, 1998); à inseparabilidade do ser e do conhecer (KASTRUP; ESCÓCIA; PASSOS, 2009), à localização do ponto de vista (LIVHOLTS, 2020), à dissolubilidade entre as fronteiras disciplinares (MADANIPOUR, 2013), às narrativas subterradas pelas forças dominantes (JACQUES, 2020). Diante disso, demonstra-se que desde o início desse estudo, se reconhecia a relação entre a arquitetura e urbanismo e os sistemas de poder, bem como se pretendia deslocar a produção do saber e do conhecimento sobre as cidades para o espaço

vivido cotidianamente, buscando assim desenvolver abordagens metodológicas contra-hegemônicas de ensino, aprendizado e prática em arquitetura e urbanismo. Portanto, o objetivo era envolver as realidades históricas, sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais dos sujeitos, suas percepções de espaço e narrativas sobre o lugar, bem como as complexidades urbanas vivenciadas por estes como objeto nessa pesquisa.

Nessa trajetória, o encontro com a teoria decolonial desponta como possibilidade de leitura desses aspectos por outros ângulos, entrelaçando-os. Revisitando alguns pontos trabalhados no capítulo 1²², o acúmulo teórico decolonial (primeiro procedimento metodológico delineado nessa dissertação), predominantemente localizado no Sul-Global, identifica uma “matriz de poder” forjada no colonialismo e sustentada pela racialização, expropriação territorial e controle de mercado. Conforme se avança, torna-se gradualmente perceptível como essa matriz persiste no tempo e no espaço, descortinando conceitos como colonialidade e modernidade; sistema-mundo e capitalismo-global; geopolítica do conhecimento e colonialidade do saber, que, por sua vez, repercutem sobre os sistemas sociais, políticos, econômicos, culturais e epistêmicos. Ao direcionar e correlacionar estes conceitos para/com o recorte do estudo²³, seus desdobramentos podem ser mapeados em teorias, cronologias, estilos, ideologias, práticas projetuais, de planejamento, modelos urbanos e desenvolvimento profissional.

A decolonialidade, portanto, oferece ferramentas para abordar estas questões no tocante às dimensões diacrônicas e sincrônicas. Isso significa que a abordagem decolonial não se concentra na descrição dos eventos históricos relacionados ao colonialismo, mas sim nos traços persistentes e duradouros desse sistema, nos modos como se atualiza e se adapta às novas realidades, aos espaços, aos tempos históricos e aos modelos de civilização. Em vez de considerar o colonialismo como algo do passado distante, a perspectiva decolonial destaca como as estruturas ontológicas (relacionadas ao ser), epistêmicas (relacionadas ao conhecimento) e axiológicas (relacionadas aos valores) continuam a moldar e influenciar as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim formal dos períodos coloniais.

Esse reconhecimento analítico e crítico do legado colonial sobre as elaborações subjetivas, cognitivas e intelectuais, emerge como postura e possibilidade de confronto ao centro de difusão de ideias – ao cerne disciplinar – dentro do campo específico da arquitetura e urbanismo. Assim, foi estabelecido o par epistêmico-espacial que orienta a pesquisa tanto em termos de conhecimento (epistêmico) quanto em termos de realidade material (espacial).

²² Por exemplo nas seções “1.1 A condição colonial e moderna” e “1.1.1 Operações coloniais e a perpetuação ao longo do tempo”

²³ Procedimento realizado no tópico “1.3.1 Uma régua para medir o mundo”

Essa abordagem proporcionou maior abertura para investigar a natureza, a origem, a validade e os valores das formas de conhecimento e sua materialização no espaço.

Nesse sentido, a investigação transcende a compreensão teórica isolada dos fenômenos, analisando o que é conhecido e como é conhecido, e como esse conhecimento se manifesta e se aplica no espaço físico, procedimentos realizados nos tópicos: 1.2 Colonialidade e legados nos campos do conhecimento e 1.3 Contextualização histórica da arquitetura e urbanismo a partir do legado colonial-moderno.

Retomando pontos trabalhados no capítulo 2, o acúmulo teórico também indica a condição contingente e relativa da decolonialidade, a qual pode ser observada em sua própria genealogia. Assim, embora o pressuposto decolonial seja o colonialismo, necessariamente de origem latino-americana, entende-se que o poder colonial se manifesta de formas diversas dada as características particulares de cada território. Isso implica que as perspectivas decoloniais são diversas e respondem às geografias coloniais, fundamento que se contrapõe às narrativas totalizantes e refuta ocupar uma posição central e absoluta.

Portanto, verifica-se que o discurso decolonial se refere ao lugar, configura um *locus* enunciativo e uma geografia epistêmica, mas também se refere a diferentes modos de pensar e estar no mundo, compondo uma espécie de consciência que orienta diferentes “geopolíticas do conhecimento” como forma de confronto à colonialidade do saber. Estes aspectos, abordados no tópico 2.2 Atitude Decolonial: Desfazer e Refazer, frequentemente se sobrepõem e se manifestam de formas diversas dada as características particulares de cada território, temática, abordagem, ideologia, método, memória, experiência corporificada, objeto de investigação, campo do conhecimento, etc.

Apesar dessa trajetória aberta e flexível aos contextos, sem imposição de paradigmas, constatou-se que percorrer esse caminho mobiliza a reorientação do sujeito e a formação de uma atitude decolonial²⁴, a qual afeta suas percepções e interações com a realidade circundante, como apresentado no capítulo anterior. Isto posto, infere-se que a decolonialidade, para além de reconhecer o passado colonial e suas consequências, também se ocupa com as respostas contemporâneas a essas realidades de dominação e exploração, debruçando-se sobre os meios que as sociedades colonizadas buscam para reconstruir suas identidades, reivindicar suas culturas e divergir à persistência do colonialismo em suas diversas formas.

²⁴ Conteúdo apresentado no tópico “2.2 Atitude Decolonial: Desfazer e Refazer”.

No contexto dessa dissertação esses vieses também foram abordados²⁵: se por um lado configura como chave de autorreflexão epistêmica e ontológica sobre a influência colonial na estrutura disciplinar da arquitetura e urbanismo (segundo procedimento metodológico delineado nessa dissertação). Por outro lado, confronta essa estrutura de poder ao identificar pontos de inflexão disciplinar como forma de reconstrução crítica dos conteúdos curriculares e pedagógicos (terceiro procedimento metodológico delineado nessa dissertação).

Assim, a trajetória decolonial percorrida nessa investigação é permeada pelo confronto com muitas certezas disseminadas pelas instituições de formação. Essa mobilização crítica em torno da disciplina permitiu levantar questões acerca dos instrumentos metodológicos, da construção cronológica, da definição de parâmetros, de estilos forjados em outras realidades, da formação e manutenção de cânones, dos modos de fazer e construir e a predominância europeia dos conteúdos pedagógicos. A partir desses pontos de inflexão na disciplina, buscou-se exemplificar como pesquisadores, professores, arquitetos e urbanistas tem enfrentado os legados coloniais e, sobretudo, como tem realizado essa ruptura epistêmica.

As ideias apresentadas – das radicais às que buscaram estratégias mais conciliadoras – sugerem que os conteúdos e métodos utilizados na construção da própria disciplina e no ensino têm impacto significativo na maneira como os estudantes constroem suas reflexões teóricas e práticas, suas propostas investigativas e sua identidade profissional. Isso confirma que as abordagens pedagógicas são fundamentais na formação, por outro lado, levanta a questão de como as abordagens divergentes podem, por sua vez, redirecionar as trajetórias profissionais.

Para cumprir esse objetivo, buscou-se apresentar como estratégias, por exemplo, a superação dos discursos naturalizados de progresso e desenvolvimento e a desconstrução das narrativas universais, ambas identificadas como narrativas fictícias e tradições fabricadas sobre as fases e origens históricas, sobre o tempo e movimentos estilísticos; orientou-se a diferenciação entre problemas próprios e problemas fictícios. Tendo em vista a desigualdade geopolítica de produção do conhecimento, o propósito decolonial não se encerra na inclusão democrática da diversidade, buscando a identificação crítica e politizada dos paradigmas. Nesse sentido, a pretende-se engajar os estudantes em práticas como: examinar as dinâmicas de poder presentes nos conteúdos e mapear fragmentos coloniais nas diretrizes, discursos e processos projetuais, para que estes sejam capazes de compreender as relações entre corpo, território e mão de obra inexoráveis à profissão de arquiteto urbanista.

²⁵ Recorte (1): Análise da influência colonial no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, destacando como se reflete nas práticas educacionais, a partir de lentes decoloniais; Recorte (2): Análise da introdução de teorias e práticas decoloniais na educação.

Em síntese, destaca-se como um fio condutor entre as reflexões sobre a disciplina apresentadas na seção “3.2 Contra narrativas disciplinares: possíveis direções epistêmicas”, a ideia de fomentar consciência política entre os profissionais e futuros profissionais de arquitetura e urbanismo, seja na produção do conhecimento, na perspectiva histórica dos fatos, nas ferramentas de desenho ou diretrizes de projetos. Identifica-se um chamado aos currículos acadêmicos, de modo que estes devam integrar discussões sobre as implicações políticas e sociais dos projetos arquitetônicos, incentivando os estudantes a verem além das linhas e formas, cânones e “monumentos”. Na realidade brasileira, observa-se tal atitude como oportuna, tendo em vista a forte influência eurocêntrica no ensino, bem como a diversidade de grupos culturais, econômicos e sociais que habitam esse espaço e estão cada vez mais inseridos no mundo acadêmico.

Como reiterado em alguns momentos, as ações projetuais sobre o espaço tem implicações nas esferas sociais, políticas, econômicas, raciais e culturais, de tal maneira que, os arquitetos urbanistas não devem apenas considerar as demandas dos seus clientes. Para isto, verifica-se como possibilidade a reorientação do programa de necessidades para além do mercado imobiliário especulativo. Pode-se alertar para o deslocamento violento de pessoas, de terra, e em muitos casos, da fauna e flora nativas. Pode-se também argumentar como esses agentes geralmente buscam maximizar os lucros, construindo edifícios padronizados, seguindo modelos pré-definidos que priorizam tendências de design, eficiência construtiva e econômica em detrimento do encaixe com o contexto local, configurando paisagens homogêneas (figura 21) que distanciam cada vez mais a ação projetual da criatividade inventiva e, sobretudo, do espaço social.



Figura 20: Paisagem da Rua Maranhão, Salvador-BA. Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Descobriu-se que a decolonialidade compõe um arcabouço crítico multivetorial, próximo à proposta de Silva (2018) a partir da leitura do trabalho de Walter Benjamin, onde as imagens de análise são construídas a partir da combinação de fragmentos conceituais. Nesse sentido, considerar questões de poder, colonialismo, colonialidade, geopolítica do conhecimento - tendo como pressuposto fundamental a transdisciplinaridade como processo de articulação da experiência situada como fonte de conhecimento - permite explorar questões análogas, contrárias e também o que está entre, apresentando resultados diversos e ao mesmo tempo, críticos.

Essa proposta é semelhante a manifestação das “maneiras de fazer”, estreitamente vinculadas à realidade cotidiana e histórica, observada por Certeau (1998, p.41). Sua teoria sugere que os sujeitos incorporam a pluralidade contingente, contraditória e incoerente em suas “táticas” de subversão aos mecanismos de dominação social:

Essas "maneiras de fazer" constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de "táticas" articuladas sobre os "detalhes" do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da "vigilância".

Salienta-se que a análise ou a introdução dessas contrapartidas teóricas como novos instrumentos pedagógicos, não espera estabelecer dualismos ou perspectivas extremas. O confronto decolonial com o conteúdo tradicional não visa estabelecer uma nova verdade universalista. Diversamente, busca iluminar a natureza contingente e relativa dos discursos teóricos, reconhecendo que as interpretações e teorias são construídas dentro de contextos específicos, podendo variar de acordo com diferentes experiências e pontos de vista. Nesse sentido, afirma-se que este estudo não pretende criar um manual de normas ou estabelecer novas diretrizes curriculares e pedagógicas. Também não se espera que a decolonialidade transforme todo espaço e todos os arquitetos urbanistas. Mas, que dê um primeiro passo em direção à descolonização da arquitetura e urbanismo, que seja uma escolha para orientação da prática destes profissionais, ampliando sua divulgação teórica, metodológica e prática no contrafluxo do espaço-tempo racionalizador.

Por fim, entende-se que assumir uma postura política de investigação e posteriormente uma atitude decolonial, pressupõe desde o princípio, a disposição dessa dissertação em investigar o cerne da arquitetura e urbanismo de modo que não reproduzissem a condição existente, proporcionando uma contribuição para o avanço do conhecimento. Isso implica em não seguir

simplesmente o fluxo estabelecido, mas sim em redirecioná-lo completamente, reconfigurando os territórios geopolíticos por onde a maior parte dos fluxos de ideias transitam. Embora possa parecer um objetivo ambicioso (e em alguns casos, pretensioso), justifica-se que o engajamento em uma arquitetura tão radical é o que mobiliza a verdadeira grandeza na pesquisa, na arquitetura e no espaço. Essa abordagem, ao confrontar os padrões convencionais, percorreu trajetórias críticas, reflexivas, simbólicas e significativas que suscitam a renovação e atualização do campo do conhecimento considerando aspectos fundamentais da sociedade e da realidade histórica.

REFERÊNCIAS

- ACKLEY, B. Le Corbusier's Algerian Fantasy: Blocking the Casbah. **Bidoun: Architectures from Middle East**, 2006.
- ARABINDOO, P. Rhetoric of the 'slum': Rethinking urban poverty. **City**, v. 15, n. 6, p. 636–646, 2011.
- ARAVECCHIA-BOTAS, N. O pensamento decolonial: Caminhos para o ensino de arquitetura na América Latina. **América**, n. 1, p. 76–81, 2018.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, ago. 2013.
- BALTAZAR, A. Não existe arquitetura decolonial. Em: **Moradia e outras margens**. 1. ed. Belo Horizonte: MOM, 2020. v. 1p. 535–550.
- BANHAM, R. A black box: the secret profession of architecture. **A black box: the secret profession of architecture**, p. 22–25, 1990.
- BARRY, J.; AGYEMAN, J. On belonging and becoming in the settler-colonial city: Co-produced futurities, placemaking, and urban planning in the United States. **Journal of Race, Ethnicity and the City**, v. 1, n. 1–2, p. 22–41, 2020.
- BOZDOGAN, S. Architectural History in Professional Education: Reflections on Postcolonial Challenges to the Modern Survey. **Journal of Architectural Education**, v. 52, n. 4, p. 207–215, 1999.
- CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. State and urban space in Brazil: From modernist planning to democratic interventions. **Managing urban futures**, p. 159–180, 2016.
- CALDEIRA, T. P. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3–20, 2017.
- CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013. v. 1
- CARNEIRO, S. **Espelho com Lázaro Ramos: Epistemicídio**. , 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 10 jun. 2023
- CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema de “invenção do outro”. Em: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80–87.
- CERTEAU, M. D. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alvez. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1
- DA SILVA, F.; BALTAR, P.; LOURENÇO, B. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados**, v. 12, n. 1, 2018.
- Dicionário Michaelis On-line**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. **Tabula Rasa**, v. 9, n. 46, p. 153–198, 2015.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: La realización de lo comunal**. Tradução: Cristóbal Gnecco. 1. ed. Buenos Aires: Universidad del Cauca, 2017.

FERREIRA, J. S. W. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. **Vitruvius**, 133.07. v. 12, 2011.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 2, p. 36–41, 2007.

FLETCHER, S. B. **A History of Architecture on the Comparative Method for Students, Craftsmen, & Amateurs**. Londres: B.T. Batsford, Limited, 1924.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRITL, C. **The Paris of Tomorrow That Thankfully Never Was**. **Messy Nussy Chic**, 18 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.messynussychic.com/2022/02/18/the-paris-of-tomorrow-that-thankfully-never-was/>>. Acesso em: 30 abr. 2024

GROSGOUEL, R. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: Una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, v. 24, p. 123–143, 2016.

GRUBBAUER, M. Postcolonial urbanism across disciplinary boundaries: modes of (dis)engagement between urban theory and professional practice. **The Journal of Architecture**, v. 24, n. 4, p. 469–486, 2019.

HENNI, S. **Deserts are Not Empty**. [s.l.] Columbia University Press, 2022.

HEYNEN, H. Space as Receptor, Instrument or Stage: Notes on the Interaction Between Spatial and Social Constellations. **International Planning Studies**, v. 18, n. 3–4, p. 342–357, nov. 2013.

HOOKS, BELL. **Art on my mind: visual politics**. New York: New Press: Distributed by W.W. Norton, 1995.

JACQUES, P. B. **Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança v. 1**. [s.l.] EDUFBA, 2020.

KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. DA; PASSOS, E. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editoria Sulina, 2009.

KHAN, A. Z.; MOULAERT, F.; SCHREURS, J. Epistemology of Space: Exploring Relational Perspectives in Planning, Urbanism, and Architecture. **International Planning Studies**, v. 18, n. 3–4, p. 287–303, 2013.

KOSTOF, S. **A History of Architecture: Settings and Rituals**. 2. ed. New York: Oxford University press, 1985.

LANDER, E. (ED.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LARA, F. What Frameworks Should We Use to Read the Spatial History of the Americas? **Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 81, n. 2, p. 134–136, 2022.

LARA, F. L. Sobre a urgência de decolonizar a história da arquitetura moderna brasileira. **Revista Docomomo Brasil**, p. 57–64, 2021.

LARA, F. L. Uma perspectiva decolonial para superar insuficiências. **Revista VIRUS**, v. 1, n. 26, p. 4–11, 2023a.

LARA, F. L. Spatial Abstraction as a Colonizing Tool. Em: FLORES, T.; SAN MARTÍN, F.; VILLASEÑOR BLACK, C. (Eds.). **The Routledge Companion to Decolonizing Art History**. 1. ed. New York: Routledge, 2023b. p. 331–341.

LARA, F. L.; NESPRAL, F. L. M.; QUINTANA-GUERRERO, I. Barajar el canon: hacia un entendimiento descolonizado de la arquitectura. **Dearq**, n. 36, p. 4–8, 28 maio 2023.

LATOUR, B. Descendo à Terra: Política no Novo Regime Climático. **Politics in the New Climatic Regime**, p. 1–33, 2018.

LATOUR, B.; YANEVA, A. Give Me a Gun and I Will Make All Buildings Move: An ANT's View of Architecture. Em: HARRISON, A. L. (Ed.). **Architectural Theories of the Environment**. 0. ed. [s.l.] Routledge, 2013. p. 80–89.

LIENUR, J. F. **Arquitectura, en teoría: escritos 1986-2010**. 1a. ed. Buenos Aires: Nobuko, 2010.

LIVHOLTS, M. **Situated writing as theory and method: the untimely academic novella**. London; New York, NY: Routledge, 2020.

LORDE, A. **Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre**. New York University Institute for the Humanities. **Anais...** Em: NEW YORK UNIVERSITY INSTITUTE FOR THE HUMANITIES. New York: New York University Institute for the Humanities, 1979. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>>. Acesso em: 24 abr. 2024

MADANIPOUR, A. Researching Space, Transgressing Epistemic Boundaries. **International Planning Studies**, v. 18, n. 3–4, p. 372–388, nov. 2013.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, p. 61–72, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75–97, 2016.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MCCLINTOCK, N. Urban agriculture, racial capitalism, and resistance in the settler-colonial city. **Geography Compass**, v. 12, n. 6, p. e12373, 2018.

MCKITTRICK, K. Plantation futures. **Small axe: A caribbean journal of criticism**, v. 17, n. 3 (42), p. 1–15, 2013.

MERKEL, J. Book-Review-A History of Architecture: Settings and Rituals. **Book Review**, v. 75, n. 87, p. 13–17, 1987.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33–49.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MIGNOLO, W. D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, n. 48, p. 187–224, 4 nov. 2020.

MIGNOLO, W.; WALSH, C. E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MOASSAB, A. O projeto pedagógico do CAU UNILA: A América Latina e o século XXI. Em: **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Editora Universitária EDUNILA, 2020. p. 33–58.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos**. 1ª edição, 4ª reimpressão ed. São Paulo, SP: Editora G. Gilli, Ltda, 2019.

MORSHED, A. Z. De-Centering Rome: The Politics of Global Architectural History. **Journal of Architectural Education**, v. 74, n. 2, p. 198–208, 2020.

MUSSI, M. J. O papel social do arquiteto e urbanista. Uma abordagem aplicado a partir da formação acadêmica. **Arquitetura e Cidade: Privilégios, Conflitos e possibilidades**, n. 9º Projeto, p. 1–11, 2019.

NAME, L. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: Algumas dimensões espaciais básicas em arquitetura. **Pos FAUUSP**, v. 28, n. 52, p. 1–12, 2021.

NAME, L. Desobediência projetiva? Esboço para o ensino de arquitetura. **Arcos Design**, v. 16, n. 2, p. 217–236, 11 jul. 2023.

NAME, L.; MOASSAB, A. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. [s.l.] Editora Universitária EDUNILA, 2020a.

NAME, L.; MOASSAB, A. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: Um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. Em: **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: Editora Universitária EDUNILA, 2020b. p. 336–348.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele: A arquitetura dos sentidos**. Tradução: Alexandre Salvaterra. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PORTER, L. **Unlearning the colonial cultures of planning**. Farnham, England ; Burlington, VT: Ashgate Pub. Co, 2010.

PYLA, P. Historicizing pedagogy: A critique of Kostof's A History of Architecture. **Journal of Architectural Education**, v. 52, n. 4, p. 216–225, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ROY, A. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism: Rethinking subaltern urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 223–238, mar. 2011.

ROZAS-KRAUSE. Decolonizing Architecture? **ARQ**, n. n.110, p. 15–15, 2022.

SAID, E. W. Orientalism reconsidered. Em: **Postcolonial criticism**. [s.l.] Routledge, 2014. p. 126–144.

SANTOS, B. D. S. **Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. edição ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Schooling the World 2010 Watch the Full Documentary Online. , 25 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oDxYWspiN-8>>. Acesso em: 7 fev. 2024

SEGRE, R. O Eterno vazio: Mito e realidade na Arquitetura brasileira. **Pini AU**, n. 137, p. 12, ago. 2005.

SILVA, D. F. DA. O evento racial e aquilo que acontece sem o tempo. Em: **Histórias afro-atlânticas**. Antologia. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2018. p. 407–411.

SILVA, E. M. DA; QUEIROZ, L. **Missa Tridentina em Brasília: Sobre a 1ª missa rezada em Brasília. Missa Tridentina em Brasília**, 23 abr. 2010. Disponível em: <<https://missatridentinaembrasil.wordpress.com/2010/04/23/aniversario-de-brasil-sobre-a-1%C2%AA-missa-rezada-em-brasil/>>. Acesso em: 26 mar. 2024

TAVARES, P. Brasília: Colonial Capital. **The Settler Colonial Present**, p. 14, 2020.

TAVARES, P. **Lúcio Costa era Racista? Notas sobre raça, colonialismo, e a arquitetura moderna brasileira**. [s.l.] N-1 Edições, 2022.

TROIANI, I.; EWING, S. Inside Architecture from the Outside: Architecture's Disciplinary Practices. **Architecture and Culture**, v. 2, n. 2, p. 151–166, 2014.

UPTON, D. Architecture in Everyday Life. **New Literary History**, v. 33, n. 4, p. 707–723, 2002.

UPTON, D. Starting from Baalbek: Noah, Solomon, Saladin, and the Fluidity of Architectural History. **Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 68, n. 4, p. 457–465, 2009.

VARNELIS, K. Is There Research in the Studio? **Journal of Architectural Education**, v. 61, n. 1, p. 11–14, 2007.

WAISMAN, M. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

YIFTACHEL, O. Epilogue: Studying Naqab/Negev Bedouins—Toward a colonial paradigm. **HAGAR Studies in Culture, Polity and Identities**, Studies in Culture, Polity and Identities. v. 8, n. 2, p. 83–108, 2008.

ZEIN, R. V. The Meaningful Emptiness of the Canon. **Revista VIRUS**, [online]. n. 20, 2020.

ZEIN, R. V. It's not the canon, it's how you use it. **Dearq**, n. 36, p. 37–45, 28 maio 2023.

APÊNCIDES

Apêndice A - Considerações situadas

Diante da possibilidade de correlacionar o contexto situado de produção de pesquisa ao postura social do pesquisador, apropria-se desse método para apresentar as trajetórias que suscitaram dúvidas e desconfortos com a experiência acadêmica e motivaram a pesquisa e seu elementos. Para Waisman (2013, p. 42) os “descobrimientos são produzidos” no ato de formulação de questionamentos que derivam dessa relação entre reflexão e práxis.

Salienta-se que ao realizar pesquisas no campo da arquitetura e urbanismo na América Latina contemporânea, é oportuno este envolvimento crítico com a própria posicionalidade. Isso é necessário para evitar reproduzir inadvertidamente as dinâmicas de poder presentes nas produções científicas.

Trajetória 01:

Durante a graduação percebeu-se para além do distanciamento físico, o distanciamento teórico e prático entre espaços luminosos e opacos. Foi preciso subir o morro do Jaburu, na cidade de Vitória e conversar com dezenas de moradores, para perceber que existiam duas cidades, a do mercado imobiliário que concentra a prática arquitetônica e urbanística, e a periférica com rarefeitas práticas assistencialistas. As narrativas deixaram claro o sentimento de pertencimento dos moradores: “Quando eu desço eu tô em Vitória, quando eu subo eu tô em Jaburu”, ou até despreziosamente “Lá em Vitória” apontando a cidade logo ali embaixo, e subjetivamente “Lá é bonito, aqui é feio”.

Nesse espaço onde a prática profissional da arquitetura e urbanismo se resumia a quatorze edifícios de moradia social multifamiliar e algumas residências unifamiliares também fruto de políticas de habitação social, foi identificada a escassez de muitos elementos urbanos, sobretudo dos espaços públicos de lazer. Esta escassez se tornou objeto de estudo, no qual se propunha mapeamentos, análises e projetos coletivos. Depois de um ano inteiro de imersão no lugar, as considerações finais revelaram alguns aspectos fundamentais: 1) Que os dados fornecidos sobre o local, pela prefeitura, são insuficientes; 2) A intenção de pesquisar Jaburu por este apresentar características sociais, bem como tipológicas e morfológicas pouco abordadas durante a formação; 3) A intenção de trabalhar profissionalmente nestes locais; 4) A dúvida acerca das ferramentas e métodos a serem utilizados. A experiência de ser arquiteta urbanista pesquisadora em Jaburu evidenciou lacunas de um processo de formação desconectado à múltiplas faces de atuação da Arquitetura e Urbanismo. Primeiro afastamento físico-espacial, em seguida revela-se o afastamento teórico e prático.

Trajetória 02:

Tendo em vista esse afastamento da realidade urbana, a falta de ferramentas e linguagens próprias e a inflexibilidade metodológica presentes na academia, a primeira temática desenvolvida para essa investigação buscava a construção do saber urbano pela perspectiva dos sujeitos comuns imersos em seus cotidianos. Embora o processo imersivo no local de pesquisa já houvesse comprovado sua importância para produção do conhecimento, o confronto se estabelecia no deslocamento dessa produção a ser realizada por seus habitantes. Assim, tencionavam-se outras leituras, metodologias e atuação sobre o espaço urbano, compreendendo as complexidades e heterogeneidades das práticas sociais que constituem a cidade.

Propunha-se o caminhar como método e ação de expansão dos domínios da arquitetura e urbanismo, identificando-o como ferramenta de imersão e descoberta do espaço. Buscavam-se as narrativas como possibilidade de construção de conhecimentos situados. Assim, imaginava-se que o caminhar levaria ao encontro com o outro, com o sujeito cotidiano e subalternizado, e suas vozes preencheriam os espaços urbanos com outros significados. Em outras palavras, procurava-se reconstituir as narrativas espaciais como forma de reaproximação entre a academia e a cidade, entre o profissional e a realidade urbana.

Supunha-se que a partir dessa postura investigativa aberta à alteridade, seria possível identificar pelos caminhos algumas pistas, outros instrumentos metodológicos e contextos históricos, bem como diversas situações de vida que orientariam de forma mais inclusiva o estudo acerca do espaço urbano. Nessa trajetória reflexiva e prática do fazer pesquisa, outros questionamentos irrompem no caminho: se esse estudo poderia contribuir para uma transformação na abordagem urbana, que aproximasse futuros pesquisadores e profissionais dos espaços opacos; se essa pesquisa seria um fim em si mesma diante das práticas disciplinares acadêmicas influenciadas pelas dinâmicas dos espaços luminosos.